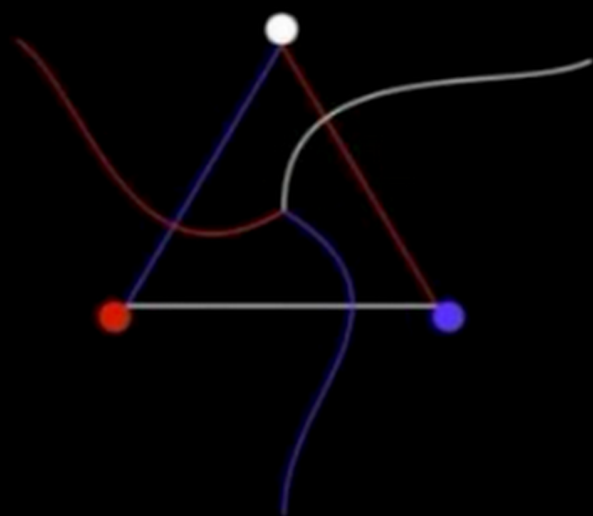


Jasutopianism



Jasone Rodriquez

Sumário

I. Preâmbulo

II. Três Princípios Fundadores do
Jasutopianism

III. Governança do Jasutopianism por
Ideologia de Poder, Fonte de Poder, Atributo
Sociopolítico e Estrutura de Poder

IV. Um Sistema de Votação Mais Adequado

V. Argumentos Filosóficos e Lógicos dos
Sistemas Monetários Contra os Sistemas Não
Monetários

VI. Filosofia do Jasutopianism sobre
Diversidade, Tolerância Cultural, Igualdade
Cultural e Influência Cultural dentro de uma
sociedade Jasutopian

VII. Artigos de Organização Societal

VIII. Argumentos

IX. Argumento I. O Valor dos Recursos Terá
Funcionalmente Valor Relativo, Não Valor
Absoluto

I. A Determinação do Valor

II. A Diferença do Padrão Ouro

III. Discrepâncias

IV. A Determinação Governamental do valor X, a Necessidade de Preservar a Sociedade em Matérias-primas

V. A Determinação Governamental do valor X, a Necessidade de Preservar a Sociedade em Materiais Processados

VII. A Determinação Governamental do Valor Y, a Abundância ou Falta do Mesmo, de Matérias-primas e Materiais Processados

VII. Como os Negócios Jasutopian Comerciarão Recursos

VIII. Comparando o Valor (X) de uma Matéria-prima com o Valor (X) de um Material Processado

IX. Os Cidadãos Que Não Estão nos Negócios Não Precisam Realmente de Matérias-primas; Precisam dos Produtos Acabados dos Donos de Negócios

X. Racionalizando o Artigo de Lei XC

XI. Como [Hipoteticamente] Deter o Bitcoin e Outras Moedas Eletrônicas em um País Jasutopian

X. Argumento II. Como um País Jasutopian Não Monetário e Seus Cidadãos Têm Valor Reconhecido Relativo a um País Monetário?

Resumo

I. Como Serão Conduzidas as Transações de Negócios Jasutopian a Negócios Monetários Estrangeiros

II. Trabalho em Troca de Matérias-primas ou Materiais Processados no Nível de Negócio Privado

III. Serviços em Troca de Matérias-primas ou Materiais Processados

III. Nivelamento de Status e Crescimento do Negócio como Dono de Negócio

IV. Transações de Negócios de País Jasutopian a País Monetário Estrangeiro

V. Tratado ou Contrato

VI. Negócios do Governo com Negócios Estrangeiros

VII. Alguns métodos de Aquisição de Recursos do Governo Jasutopian

VIII. Viagem do Cidadão Jasutopian

XI. Argumento III. A Inovação é Quintessencial em uma Sociedade Jasutopian

XII. Argumento IV. O Jasutopianism é Superior ao Comunismo

Resumo

I. O Sistema Econômico Fundamentalmente Falho do Comunismo

II. O Sistema Econômico Fundamentalmente Falho do Comunismo (2)

III. O Sistema Econômico Fundamentalmente Falho do Comunismo (3)

IV. A Carência de Propriedade Privada do Comunismo

V. A Carência de Propriedade Privada do Comunismo (2)

VI. A Supressão dos Direitos do Cidadão Individual pelo Comunismo

VII. O Aspecto Coletivista do Comunismo Reduz a Qualidade de Vida no Nível Individual

VIII. O Aspecto Coletivista do Comunismo Reduz a Qualidade de Vida no Nível Individual

IX. O Jasutopianism Oferece um Sistema de Nivelamento de Status Que Oferece Avanço Individualista, Ao Passo Que o Comunismo Não Tem Tais Mecanismos

XIII. Argumento V. O Jasutopianism é Superior ao Capitalismo Clássico

Resumo

I. O Jasutopianism Oferece um Colchão de Recursos de Nível Base, Ao Passo Que o Capitalismo Não Tem Amortecimento Econômico de Nível Base

II. O Capitalismo Cria Enormes Lacunas de Riqueza Ao Passo Que o Jasutopianism Permite aos Cidadãos Começar no Mesmo Nível de Status [Excluindo os Cidadãos Incorporados por Direito Adquirido, em uma Etapa Diferente da Vida, na Qual Têm Educação Prévia e Histórico de Trabalho Comprovados Anteriores ao Estabelecimento do Jasutopianism]

XIV. Argumento VI. Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos

I. Democratizando os Negócios

II. Passos de um Comitê Nacional Democrático
Empresarial dos Cidadãos

XV. Argumento VII. A Transição de um País Já Estabelecido com Pessoas de Diferentes Idades e Níveis de Experiência de Trabalho para um País Jasutopian Não Monetário de Níveis de Status

I. Ano Um, Colocação de Níveis de Status; I.D. Nacionais/
Sistemas de Registro de Recursos; Estabelecimento do
Sistema Não Monetário; Construção de Moradia de Nível
Padrão

II. Ano um, Disseminação de Recursos

III. Ano Um, Retirando o Dinheiro de Circulação

IV. Construção de Moradia de Nível Padrão

V. Ano Dois, Estabelecendo o Valor dos Recursos

VI. Ano Dois, Construindo os Negócios Essenciais para o
Jasutopianism

VII. Ano Dois, Estabelecendo Relações Internacionais de
Negócios

VIII. Ano Três, Aceitando Não Cidadãos para Vistos de
Trabalho e Não Cidadãos para um Caminho à Cidadania

IX. Ano Quatro, Preparando a Transição rumo à Seguinte
Tri-Presidência ou a uma Continuação da Mesma

XVI. Argumento VIII. Como Funciona o Sistema Nacional de Registro de I.D.?

XVII. Argumento IX. Como um País Jasutopian Tem Zero Impostos?

XVIII. Argumento X. Como um País Jasutopian Mantém Seu Exército?

XIX. Argumento XI. Como as Pessoas Vão Querer Trabalhar Sem Dinheiro?

XX. Argumento XII. Como Funciona em Detalhe o Sistema de Pontos e Nivelamento de Status?

XXI. Argumento XIII. Como um País Jasutopian Tem o Potencial de Tornar-se a Maior Nação Manufatureira do Mundo?

XXII. Argumento XIV. Por Que é o Estabelecimento do Jasutopianism uma Ideia Útil para uma Nação de Pessoas Cujo País Já Tem uma Dívida Nacional Alta?

XXIII. Argumento XV. É Ruim Se Outras Nações Adotassem Este Método de Governança?

XXIV. Argumento XVI. Racionalizando os Artigos das Três Autoridades de Governança

I. Visão Geral

II. Autoridade Legislativa

III. Autoridade Executiva

IV. Autoridade Judiciária

XXV. Argumento XVII. Como É Que Nenhum País Fez Isso Ainda?

XXVI. Argumento XVIII. Possíveis Funções do Jasutopianism em Uma União Supranacional; A União Supranacional do Mundo; S.U.W.

XXVII. Argumento XIX. Os Sistemas Monetários Causam a Desvalorização dos Diplomas Universitários

XXVIII. Argumento XX. Desenvolvendo Métodos Para Reduzir as Emissões de CO2 a Zero Líquido

Resumo

Ponto 1: Aspecto Científico

Ponto 2: Política e Legislação

Organizações e Universidades na Vanguarda do Desenvolvimento

Citações MLA

XXIX. Princípio Quatro do Jasutopianism;
Falha do Tribunal Humano na Determinação
da Pena de Morte

XXX. Princípio Cinco do Jasutopianism;
Falha da Função Executiva Humana e os
Limites da Deliberação Médica na
Determinação do Aborto Humano

XXXI. Teoria da Relatividade Eterna do
Jasutopianism

XXXII. Artigos de Lei do Jasutopianism

XXXIII. Artigos das Três Autoridades de
Governança

Artigo I. Autoridade Legislativa

Artigo II. Poderes Vedados aos Três Poderes de
Governança

Artigo III. Poderes Vedados aos Estados ou Territórios em
um País Jasutopian

Artigo IV. Autoridade Executiva

Artigo V. Autoridade Judiciária

Artigo VI. Relação dos Estados ou Territórios Entre Si

Artigo VII. Emendando as Três Autoridades de
Governança

Artigo VIII. Supremacia do Governo Nacional

Artigo IX. O Direito Jurídico de Verificação e Equilíbrio
do Cidadão ao Governo Nacional

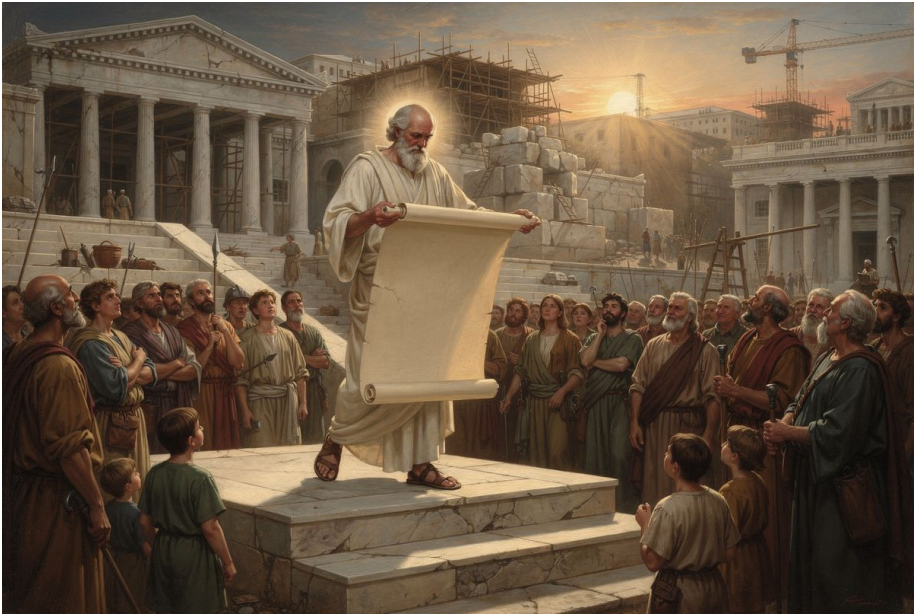
XXXIV. Carta do Autor

XXXV. Glossário

XXVI. Aviso Legal

Aviso legal: Esta é literatura acadêmica colocada de maneira hipotética explicitamente apenas com propósitos educacionais. Isto não representa as opiniões políticas pessoais do autor. Por favor veja-se o aviso legal.

Preâmbulo



Sócrates entrega a declaração.

Pelo presente declara-se diante de todos os que o leem que a motivação de um país para existir deve ser tornar-se o mais próspero que puder em todos os sentidos possíveis, permanecendo ao mesmo tempo estritamente assentado em princípios fundadores claramente definidos e excepcionais. Esses Três Princípios Fundadores do Jasutopianism estão estabelecidos com o propósito de melhorar continuamente a qualidade da liberdade, da vida e da prosperidade de seus cidadãos em um país que utiliza o sistema governamental Jasutopian. Toda lei que for criada em um país de feitio Jasutopianist será baseada em um aspecto de quão solidamente essa lei se mostra aplicável no presente e no futuro distante. Além disso, que a lei criada fique igualmente vinculada pelos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism. De fato, a asserção é que se mostra inteiramente impossível sustentar uma sociedade utópica sem essa motivação

essencial, a qual se baseia nesses Três Princípios Fundadores. Neste manifesto Jasutopian [Utópico], o sistema Jasutopianism será definido em três níveis em uma ordem sem hierarquia: o nível Nacional, o Global e o Individual, e como a nação inteira, o país e suas leis funcionarão. Além disso, este manifesto inclui igualmente teorias filosóficas inéditas e argumentos que racionalizam o sistema Jasutopianism. Este sistema funcional deve ser considerado em um padrão jamais antes alcançado na história registrada: o padrão Utópico. Em seu interior explicam-se pormenores específicos sobre como alcançar [hipoteticamente] este país utópico funcional utilizando o esqueleto de um país moderno atual em áreas tais como teoria política inédita, hipótese científica, teoria jurídica, teoria socioeconômica inédita e filosofia inédita necessárias à sua estrutura. Também se provê informação sobre como realizar [hipoteticamente] uma Fase de Transição bem sucedida de um País Modernizado para um País Utópico.

Nível Nacional Seção I [Termos e Siglas Explicados em Detalhe no Glossário]

A meta de uma sociedade utópica em nível nacional deve definir-se como possuir e incluir ao menos tudo o que se segue, sem a isso se limitar, e quaisquer critérios futuros que se considerem não contraditórios e fixados no mais alto padrão ético possível: uma lista rigidamente fixada, claramente definida e excepcional de padrões morais outorgada pelas Três Autoridades de Governança com o propósito de melhorar continuamente a qualidade da liberdade, da vida e da prosperidade de seus cidadãos ao longo das demandas contemporâneas dos cidadãos do país, uma alta classificação do padrão de vida por cidadão indexado nacionalmente (S.O.L.P.C.N.), uma alta classificação do Padrão de Vida Por Cidadão Indexado Globalmente (S.O.L.P.C.I.G), uma alta taxa de Produção de Produto Doméstico (D.P.P.), uma alta taxa de Oportunidade Inovadora (I.O.),

uma alta taxa de Norma Inovadora (I.N.R.), uma baixa taxa de Saída Nacional de Recursos (N.R.O), uma alta taxa de Entrada Nacional de Recursos (N.R.I), uma alta taxa de Recursos Nacionais Líquidos (N.N.R.), uma alta taxa de Avanço Tecnológico (T.A.R.), uma alta classificação de Oportunidade de Avanço Utópico (U.A.O.R.), um baixo Índice de Criminalidade por Cidade (N.C.I.) [as cidades não se promediam entre si] de todas as cidades de um país, e um baixo Índice de Pobreza por Cidade (C.P.I.) [as cidades não se promediam entre si] de todas as cidades de um país. Note-se a diferença definida entre taxa e classificação neste caso, uma taxa é o crescimento ou a atrofia de um valor, uma classificação é um número de valor em uma escala de classificação definida



Três longas mesas de pedra em um salão luminoso, uma acomoda uma família, outra uma cidade de delegados, outra figuras de muitas nações, cada mesa servida com pão e água idênticos.

Nível Global [Termos e Siglas Explicados em Detalhe no Glossário]

Além disso, declara-se que as metas e os princípios de um país em uma determinada sociedade próspera, ao serem observados pela lente externa em nível global, hão de ser os seguintes: O primeiro e mais importante princípio de um país no cenário global é que o país não quebrante sua lista rigidamente fixada, claramente definida e excepcional de padrões morais outorgada pela entidade governamental primária com o propósito de melhorar continuamente a qualidade da liberdade, da vida e da prosperidade de seus cidadãos às custas de assistir outro país. Isso se deve ao fato de que, como país próspero em transição no cenário global e daí em diante, um país Jasutopian não pode chegar a assistir outros países até que esse país tenha mantido, ao menos, seus padrões morais de princípio antes de assistir de qualquer forma ou modo em qualquer momento. Todo ato de ignorar esses princípios fora de eventos de crise é um ato de traição aos Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian por parte de seu próprio governo. Se tal solicitação de um país aliado ocorrer então, far-se-ão ajustes no tempo, na forma, no tipo de maneira e na ética do tipo de assistência por ambos os países antes que a confirmação da assistência seja reconsiderada quanto à correspondência da solicitação com os Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian. Se a solicitação reajustada já não interferir com a lista rigidamente fixada, claramente definida e excepcional de padrões morais outorgada pela entidade governamental primária então, a assistência poderá considerar-se factível.

A isso se soma que um país que contribui para a frente do esforço de prosperidade global deve aspirar a assistir no aumento da classificação do padrão de vida por cidadão indexado nacionalmente (S.O.L.P.C.N.) entre todos os países aliados, aumentar a classificação do Padrão de Vida Por Cidadão Indexado Globalmente

(S.O.L.P.C.I.G) entre todos os países aliados, aumentar a taxa de Produção de Produto Doméstico (D.P.P.) entre todos os países aliados, aumentar a taxa de Oportunidade Inovadora (I.O.) entre todos os países aliados, aumentar a taxa de Norma Inovadora (I.N.R.) entre todos os países aliados, diminuir quando possível a taxa de Saída Nacional de Recursos (N.R.O) entre todos os países aliados, aumentar a taxa de Entrada Nacional de Recursos (N.R.I) entre todos os países aliados, aumentar a taxa de Recursos Nacionais Líquidos (N.N.R.) entre todos os países aliados, aumentar a taxa de Avanço Tecnológico (T.A.R.) entre os países aliados, aumentar a classificação de Oportunidade de Avanço Utópico (U.A.O.R.) entre os países aliados, diminuir o Índice de Criminalidade por Cidade (N.C.I.) [as cidades não se promediam entre si] de todas as cidades entre todos os países aliados, diminuir o Índice de Pobreza por Cidade (C.P.I.) [as cidades não se promediam entre si] de todas as cidades entre todos os países aliados e uma alta classificação no Número de Países Aliados Assistidos no Avanço Global (N.A.A.C.G.A.) por parte de um determinado país que persegue a prosperidade última.

Nível Individual

Pelo presente, declara-se que o lema geral e os princípios de um indivíduo Jasutopian mediano que decide tomar sobre si sustentar o Jasutopianism em nível individual hão de ser os seguintes: O primeiro e mais importante princípio do Jasutopianism no Nível Individual é que este determinado indivíduo não quebrante sua lista rigidamente fixada, claramente definida e excepcional dos Três Princípios Fundadores outorgada pelo governo Jasutopian com o propósito de melhorar continuamente a qualidade da liberdade, da vida e da prosperidade de seus cidadãos [de si mesmo]. Um indivíduo é um cidadão, ou um não cidadão com permissão para entrar no país Jasutopian. Eles, se aplicável, estão obrigados a

Contribuir para a sociedade a fim de receber sua justa parte dos privilégios listados no Artigo de Lei 1. Um indivíduo que escolhe aderir ao Jasutopianism [no nível social] deve idealmente propor-se a ser a pessoa mais desenvolvida que puder chegar a ser em todos os aspectos de sua vida com base nos Três Princípios Fundadores de melhorar continuamente a liberdade, a vida e a prosperidade. Hão de aspirar a viver com ambição, direção e propósito. Hão de aspirar a viver com a intenção de crescimento para sua família, para si mesmos, para sua religião [se aplicável], assim como para suas contribuições excepcionais ao país Jasutopian.

Três Princípios Fundadores do Jasutopianism



*Três colossais colunas de mármore, uma cingida com correntes
rompidas, outra com oliveira e louro, outra com trigo,
sustentando juntas um único frontão dourado sobre o horizonte
de uma cidade.*

Os Três Princípios Fundadores são o precedente principal de um país Jasutopian, são a ordem mais alta acima de toda lei. Todas as leis de um país Jasutopian devem construir-se diretamente a partir deles ou construir-se de um modo que não interfira com estes Três Princípios Fundadores. Estes Três Princípios Fundadores são mais que princípios, são um modo de vida que permitirá à sociedade viver em harmonia e crescimento contínuo.

Princípio Um; Criar Leis para Melhorar Continuamente a Qualidade da Liberdade de Todos os Cidadãos em uma Sociedade Jasutopian

Na superfície isso parece singelo, no entanto, esta é uma forma singular de princípio. É um princípio que está estritamente assentado para conservar a liberdade de seus cidadãos, mas possui também um elemento contemporâneo para adaptar-se aos tempos que mudam. No entanto, ao fim de todo o discurso, a lei criada deve declarar-se fixada com o propósito de acrescentar a qualidade da liberdade de seus cidadãos, não de permitir uma lenta eliminação dessas liberdades privilegiadas. A qualidade de melhorar as liberdades ao longo do tempo poderia descrever-se como remover barreiras jurídicas quando se considerar apropriado para que os cidadãos Jasutopian explorem outros países ou planetas; criar métodos civilizados para acrescentar as liberdades de expressão dentro do razoável; construir espaços para melhorar a discussão intelectual e a iluminação da sociedade; aprovar métodos para unificar o mundo estritamente pelo bem da humanidade ou da iluminação global, &c.



Uma avenida urbana onde cada lar conduz sobre sua porta a mesma árvore de três ramos, um em flor, outro em fruto, outro em grão, a mesma lei crescendo em cada casa.

Princípio Dois; Criar Leis para Melhorar Continuamente a Qualidade da Vida de Todos os Cidadãos em uma Sociedade Jasutopian

Como o princípio anterior diante do leitor, este princípio sustenta que as leis criadas estão estritamente assentadas para conservar a vida de todos os seus cidadãos, afirmando ao mesmo tempo que estas leis criadas fiquem estabelecidas igualmente de um ponto de vista contemporâneo para melhorar continuamente a qualidade da vida de todos os cidadãos em um país Jasutopian. A qualidade da vida poderia descrever-se como melhorar os cuidados de saúde, melhorar as leis de ética, melhorar os padrões de moralidade na sociedade, dar à vida um maior propósito inerente percebido, melhorar o acesso à educação e à iluminação, dar à vida uma maior direção de carreira, &c.

Princípio Três; Criar Leis para Melhorar Continuamente a Qualidade da Prosperidade de Todos os Cidadãos em uma Sociedade Jasutopian

Por fim, como os dois princípios prévios, este princípio sustenta que as leis criadas ficam por isso estritamente assentadas para conservar a qualidade da prosperidade de todos os seus cidadãos, afirmando ao mesmo tempo que estes princípios jurídicos criados devem apontar para melhorar continuamente a qualidade da prosperidade de todos os seus cidadãos em uma sociedade Jasutopian de maneira contemporânea. A qualidade da prosperidade poderia descrever-se como melhorar com o tempo os benefícios do Nivelamento de Status, melhorar com o tempo a alcançabilidade de certos níveis de status, ampliar o alcance da prosperidade para todos os cidadãos, manter e melhorar a ambição dos cidadãos através do tempo, melhorar a qualidade dos direitos padrão de todos os cidadãos com o passar do tempo, &c.

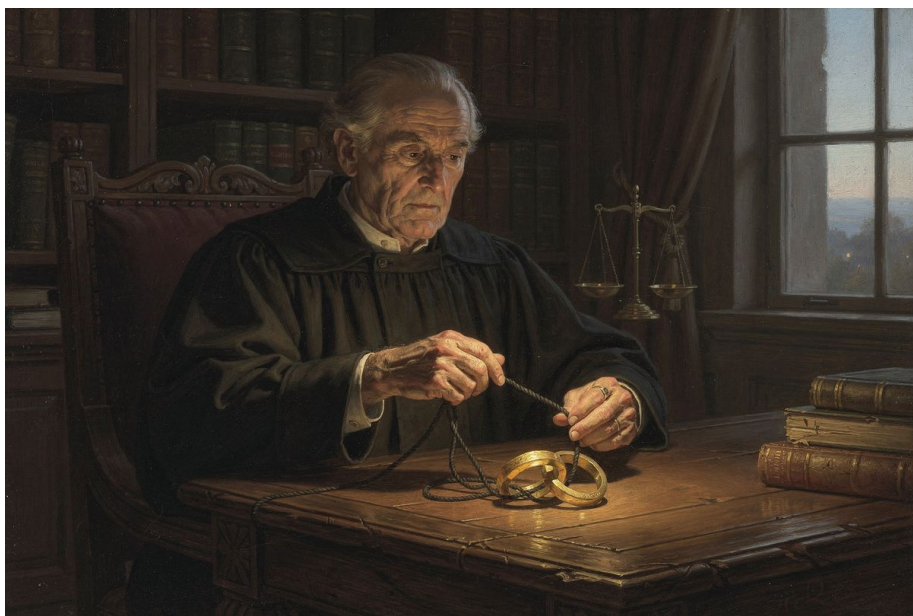
Medida Precautória



Os enormes portões de tempestade de um porto meio fechados contra um temporal negro enquanto as lâmpadas da cidade seguem acesas atrás deles; os guardiões forçam o cabrestante, a liberdade estreitada somente enquanto dura a tempestade.

Em um evento em que uma lei esteja sendo considerada para sua criação com o propósito de melhorar um dos três princípios acima, e essa lei venha a contradizer um ou os dois princípios restantes então, estas medidas estão dispostas para assistir o país: A lei somente poderia ser aprovada se puder provar-se além de toda dúvida razoável em um tribunal que sua função e propósito prolongarão ainda mais esta sociedade utópica. Ao passo que, se a lei não fosse aprovada, existiria um perigo mensurável de que a sociedade pudesse perecer de imediato ou perecer no futuro claramente previsível. Somente então deveria aprovar-se esta lei. Por exemplo, no evento de uma pandemia, as liberdades dos cidadãos podem razoavelmente diminuir-se com o propósito de manter a

qualidade da vida de seus cidadãos e da humanidade inteira. Isso só é justificável se e somente se, em um determinado cenário, não se diminuindo essas liberdades então, a nação pudesse possivelmente perecer por causa de uma pandemia. No entanto, depois que esta ameaça cessar, a Autoridade Judiciária fica obrigada por lei a revogar tais leis do mesmo onde for imediatamente possível para restabelecer o equilíbrio e a harmonia dos Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian.



Um juiz togado afrouxando a pesada corda que mantinha atados três anéis dourados entrelaçados; os anéis voltam de golpe ao seu equilíbrio aberto.

Governança do Jasutopianism por Ideologia de Poder, Fonte de Poder, Atributo Sociopolítico e Estrutura de Poder



Uma única coroa ornamentada deixada intacta sobre uma almofada fora da porta da câmara, enquanto dentro três iguais se sentam a uma só mesa singela, a entidade monárquica impedida por desenho.

Governo por Ideologia de Poder

A ideologia de poder do Jasutopianism tem base Constitucional. O Jasutopianism, como se revela adiante neste manifesto, possui uma lista fixa de Artigos de Lei. Esses Artigos de Lei, junto com os Três Princípios Fundadores de um país utópico Jasutopianism, representam as estruturas básicas da ideologia de poder. Os Artigos de Lei, assim como todo o Jasutopianism, têm a

capacidade de ser acrescentados como um único documento inteiramente abrangente a uma Constituição existente na forma de um só projeto de lei. Dito isso, o Jasutopianism [em teoria]; seus Artigos de Lei, os Três Princípios Fundadores e todos os demais aspectos do sistema social utópico possuem um meio mais ideal para atuar como um determinado Governo Inédito [Hipoteticamente] com uma lista completa de instruções jurídicas para a base do governo. Assim, como resultado, superando o sistema governamental previamente estabelecido [Em teoria].

Governo por Fonte de Poder

Um país Jasutopian e sua fonte governamental de poder declara-se ser de fato uma democracia representativa com Tri-Presidentes eleitos que presidem. Dito isso, esses Tri-Presidentes poderiam ser eleitos diretamente por seus cidadãos ou por um colégio eleitoral, ambos os métodos são inerentemente funcionais em uma sociedade Jasutopian. Em teoria, é possível ter também outras formas de fontes governamentais de poder. No entanto, o Jasutopianism observa que esta é a fonte de poder superior nos tempos modernos até a data. No evento de que exista uma fonte de poder mais construtiva no futuro, não há razão pela qual não seja teoricamente possível que o Jasutopianism adote essa determinada fonte governamental de poder do futuro mantendo ao mesmo tempo sua ideologia de poder anterior e os Três Princípios Fundadores. Eles, os Presidentes, denominam-se Tri-Presidentes, com três Presidentes igualmente eleitos sob o mesmo partido e a mesma campanha que ficam estabelecidos como Presidente. Hão de tomar todas as decisões da Autoridade Executiva com base em um voto formal de 3/3, todos a favor. Isso evitará que o Gabinete do Presidente no futuro atue como uma entidade de tipo monárquico, atuando irracionalmente com poder nuclear, e proverá dois indivíduos adicionais com o mesmo poder [e status político] para dar

retorno crítico e perspicácia sobre decisões que não teriam sido previamente ponderadas de maneira apropriada se fosse um membro de menor patente ou de outra patente no governo.



O mercado sem dinheiro.

Governo por Atributo Sociopolítico

Neste grande país utópico, seus atributos Sociopolíticos não são Comunismo, não Marxismo, não Anarquismo, não Colonialismo, não Despotismo, não Distributismo, não Feudalismo, não Monarquismo, não Fascismo, não Republicanismo, não Totalitarismo, não Tribalismo, não Socialismo, não de todo Capitalismo, é Jasutopianism. Seja sábio e informado para não confundir o inédito sistema Sociopolítico.

Hoje se provê diante de todos os que leem um presente, uma teoria inédita que eliminaria por completo o sistema monetário do “dinheiro” e basearia o “sistema de valor” na cidadania, no Nível de

Status, no trabalho e na direção educacional como formas de moeda ou valor. Ainda que, sem o “dinheiro” como sistema monetário que preside, tenham a certeza, com a leitura continuada todos entenderão que os componentes essenciais, motivacionais e inovadores de um “sistema monetário” de livre mercado seguem em seu lugar. Aqueles que trabalharem mais duro e com mais inteligência terão o maior luxo na vida e todos são encorajados a fazê-lo, tornando sua vida uma jornada sem fim. No entanto, no mesmo contexto, cada cidadão e residente não cidadão legal, sem importar seu status, terá um melhor padrão na qualidade de vida e uma oportunidade igual de sobressair comparado a um sistema monetário, isso se teoriza com a máxima confiança. Isso se deve ao fato de que a todos os cidadãos contribuintes de um país Jasutopian se proverá gratuitamente alimentos essenciais, água potável, educação, vestuário, cuidados de saúde, moradia de nível padrão e serviços; em que, o Novo Padrão ficará fixado em que se um governo não puder prover apropriadamente desta maneira em um determinado país, onde quase todos os cidadãos já estão trabalhando e contribuindo com alguma forma de emprego, então, ao fim de todo o debate, *esse é um governo falido e ineficiente que não pode prover suficientemente para seus cidadãos trabalhadores* . Todos os artigos não essenciais são ganhos mediante o Nivelamento de Status, que é um sistema inédito e eficiente explicado adiante neste manifesto. A taxa de desemprego será de 0-2% obrigatórios no total coletivo de todos os cidadãos capazes de trabalhar entre as idades de 18 - idade de aposentadoria. Os impostos monetários, como resultado, já não existirão [explicado adiante no Argumento IX] devido ao trabalho ser uma parte essencial da vida e por meio de ter estabelecido um sistema não monetário funcional e aplicável. A sociedade Jasutopian tornar-se-á um país funcional e com o tempo autossuficiente sem grande necessidade de recursos externos à medida que a inovação em recursos renováveis aumentar. Assim, limitada a manipulação de países estrangeiros sobre o governo Jasutopian.

O país Jasutopian terá também menos corrupção interna, já que os colegas de trabalho, as companhias e os funcionários eleitos já não poderão ser “comprados” no nível monetário para fazer o que é errado com propósitos de interesse próprio. O incentivo simplesmente não estará ali ou não terá o mesmo alcance ou forma. Como resultado, o país Jasutopian poderá focar a meta da existência humana na experiência de viver; na liberdade; na realização social; no avanço científico; na iluminação própria; na religião; na iluminação da sociedade; na produtividade; no legado; na qualidade da vida, na prosperidade geral e menos em “ter o maior dinheiro” ou “lutar para chegar ao fim do mês.”

Os negócios poderão conduzir seus assuntos em uma sociedade de livre mercado, o governo não controla todos os meios de produção. Tenha presente, este é um sistema completamente alheio ao que a sociedade vem usando.

Governo por Estrutura de Poder



Um anel de pedras angulares entrelaçadas, cada uma talhada de modo distinto, formando um único círculo de arco contínuo erguido sobre um espaço comum aberto.

Em um grande país utópico deve existir a capacidade de convidar outros estados ou territórios ao país enquanto ainda se adaptam suas necessidades contemporâneas, se tal situação vier a apresentar-se. Um país Jasutopian será portanto uma Federação. Isto é, uma união de estados ou territórios autogovernados para assegurar que a governança se localize no nível onde for necessária, permanecendo ao mesmo tempo assentada pelas Três Autoridades de Governança, pelos Artigos de Lei, pelos Artigos de Organização Societal e pelos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism. Que a união se mantenha unida através de cada empreendimento que um país Jasutopian houver de suportar.

Um Sistema de Votação Mais Apropriado

I. Passos

Neste momento da história registrada, o ano dois mil e vinte e um, existem países onde seus cidadãos não estão satisfeitos com a integridade ou a segurança do sistema democrático de votação estabelecido em algumas democracias representativas ao redor do mundo. Aqui se provê uma solução de formato que seria uma resposta definitiva aos presentes problemas alegados nos sistemas de votação de algumas democracias representativas com respeito às capacidades tecnológicas atuais. Com este sistema, os votos depositados representarão verdadeiramente a voz dos cidadãos em uma sociedade Jasutopian.

Passo I: Todos os cidadãos estão obrigados a registrar-se para votar a cada ano de eleição. O processo para confirmar um registro de eleitor é prover um cartão nacional de I.D. de cidadão emparelhado com o cartão de I.D. de eleitor do cidadão no momento do registro. Esta informação é levada pessoalmente. Se usada em linha, uma fotografia de confirmação deve ser tirada no momento do registro em linha por propósitos de segurança. A cada ano de eleição este processo será reiniciado, e a informação já

não se armazena depois que o candidato é oficialmente eleito e empossado.

Passo II: Toda votação se fará em linha ou pessoalmente, não haverá formas de votação por correio postal. Isso evitará que as eleições durem períodos incomuns de tempo por um processo de contagem manual, prevenindo possibilidades de corrupção neste nível.

Passo III: Uma I.D. de votação será emitida para todos os cidadãos, a qual é uma identificação separada da Carteira de Motorista ou de outra I.D. governamental.

Passo IV: Criar um Arquivo de Votação publicamente disponível [número dois] [os Arquivos de Votação estão listados adiante neste manifesto] que liste os nomes, um número público temporário único de votação que se recebe depois de depositar um voto, em que, é separado de um número privado de confirmação de voto, e por último a fotografia da I.D. de votação de cada cidadão que votou, nenhuma outra informação

privada de identificação é necessária. Este é o fator mais importante para assegurar que os cidadãos possam verificar de forma cruzada que seus votos não foram depositados a um partido político opositor. Isso é importante para o passo 7. Este arquivo é separado do arquivo [número um] dos cidadãos que se registraram para votar. Todos os arquivos hão de reiniciar-se ou remover-se depois que a eleição tiver sido concluída. Nenhum partido político nem seus integrantes têm permissão de solicitar informação alguma nem contatar nenhum dos eleitores com o propósito de receber seus votos na eleição seguinte.

Passo V: Três representantes dos 3 [ou mais] principais partidos atuais, na companhia da polícia estadual [ou territorial] e de uma companhia tecnológica independente de terceira parte [escolhida de comum acordo entre os representantes dos 3 [ou mais] partidos principais], viajarão conjuntamente para receber uma cópia única do software e do hardware de votação para os votos em linha e as máquinas de votação

usadas nas urnas, para permitir a inspeção dos mecanismos do software em busca de falhas de desenho em todos os níveis de uso em um determinado lugar de sua escolha. Isso pode fazer-se ao acaso, tantas vezes quantas forem necessárias. No evento de que uma falha de desenho seja detectada antes da eleição, o software será atualizado com um remendo de sistema ou uma correção de hardware [se possível] proveniente de uma inspeção de terceira parte. Se houver suspeita de manipulação, os representantes dos partidos principais terão também a autoridade de apreender software e hardware [em pares dos 3 [ou mais] partidos políticos principais] nas urnas de votação na companhia da polícia, para levá-los de imediato à delegacia onde possam ser inspecionados quanto a manipulação por uma terceira parte [escolhida de comum acordo entre os 3+ representantes]. Se a falha for encontrada depois da eleição, será levada ao tribunal mais alto para decidir se a falha é capaz de alterar o resultado da eleição, se sim, o

resultado é mudado, se não, a falha é corrigida, e o candidato eleito antes do julgamento será declarado vencedor dessa determinada eleição. Este julgamento deve ser um julgamento célere para evitar a sobreposição da administração que entra. A Autoridade Legislativa do Senado tem também o poder de conduzir um julgamento da mesma maneira, e a Autoridade Legislativa do Senado tem a decisão superior nesta maneira singular.



Um vasto salão com paredes de vidro em que os cidadãos depositam votos em púlpitos abertos, cada movimento visível da rua; sobre um estrado, representantes de três partidos, um policial e um técnico inspecionam juntos uma máquina de votação aberta.

Passo VI: Depois que um cidadão vota, seu voto e em quem votou será enviado de imediato a um correio eletrônico de sua escolha como prova de que votou em um candidato específico de um determinado partido. Esse correio terá sido previamente verificado com o governo com uma confirmação de que este correio é o único correio que este cidadão em particular usa para votar. Esse cidadão receberá um correio

de confirmação do governo de que confirmou este correio como o correio primário e único para propósitos de eleição. Idealmente os cidadãos devem escolher um correio cifrado em ambas as extremidades e os cidadãos devem também configurar um Início de Sessão com Verificação de 2 Fatores com um código de confirmação enviado a um dispositivo externo. Então depositarão seus votos, receberão um número privado de confirmação por correio, e um número público de confirmação de voto [via correio] para verificar de forma cruzada no arquivo de votação [número dois]. No evento de que o nome do candidato apresentado no correio de confirmação seja de outro candidato, terão a opção de disputar de imediato, reclamar um erro, e mudar de imediato de candidato e receber outro correio de confirmação antes que a eleição seja contabilizada. Se isso persistir, o cidadão tem a opção de dirigir-se a uma urna de votação para corrigir manualmente este problema. Então, receber um correio adicional com número privado e

público de confirmação de voto conforme corresponda.

Passo VII: No dia em que os votos são contados na noite da eleição via formas em linha ou pessoais das urnas de votação, os resultados devem ser exibidos de imediato no arquivo de votação publicamente disponível [número dois] nessa mesma noite. Os cidadãos podem então verificar de forma cruzada para assegurar que o voto depositado foi para o candidato em que votaram.

Passo VIII: Haverá um período de espera obrigatório de 7 dias antes que a eleição seja finalizada e confirmada, no qual os cidadãos podem disputar reclamações de seus votos se notarem que seu voto foi depositado a outro candidato. Durante este período de espera, nenhum voto novo pode ser acrescentado ao total de votos depositados. Idealmente, os cidadãos podem disputar em linha, e prover prova de que sua confirmação prévia por correio não coincide com o candidato em que votaram exibido no

arquivo público e o voto deve ser mudado de imediato, e o cidadão receberá outro correio de confirmação. Isso pode fazer-se em linha ou nas urnas de votação. Idealmente este processo não deve levar mais de 24 horas. Um cidadão não pode simplesmente mudar um voto sem prova de que votou em outro candidato, esta informação se obtém através do correio de confirmação que recebeu ou de ter gravado em vídeo [em um formato verificável] o momento em que votou ou outros meios adicionais de confirmação acrescentados ao sistema.

Passo IX: Para assegurar que não se depositem votos falsos, o total de eleitores e sua informação apresentada no arquivo público de votação [número um e dois] pode conferir-se automaticamente com um censo nacional durante este período de espera, os eleitores registrados vigentes para esse determinado ano de eleição e os números de I.D. de eleitor ativos vigentes. Se forem detectados votos falsos, removem-se do total. Esses votos removidos colocam-se então em

um terceiro arquivo público [número três] para que os cidadãos e terceiras partes possam verificar que esses votos descartados não eram de cidadãos vivos reais cujos votos foram deslegitimados. No evento de que se encontrem votos deslegitimados, o cidadão será contatado para confirmar que é um eleitor legítimo, vivo e registrado por telefone ou correio, então, os votos serão mudados de volta, e o cidadão receberá uma confirmação. Tudo isso se faz dentro do período de espera de 7 dias.

Passo X: Os votos que foram revertidos de um voto previamente deslegitimado a um voto novamente legítimo serão exibidos então em um quarto arquivo público separado [número quatro] para que terceiras partes e cidadãos verifiquem de forma cruzada a seu critério uma segunda vez.

Passo XI: Uma vez que tudo isso se conclua depois do período de espera de 7 dias, os candidatos poderão então ser oficialmente declarados Tri-Presidentes ou

outro poder. O candidato ou grupo de candidatos, com respeito aos Tri-Presidentes, que tiver a mais alta pluralidade do voto, vence.

II. Arquivos de Votação

Arquivo Número Um: A lista de todos os cidadãos eleitores registrados de todos os partidos. A informação de partido político não será provida publicamente neste arquivo para a preservação da privacidade.

Arquivo Número Dois: As listas dos nomes, um número público temporário único de votação recebido depois de depositar um voto e por último a fotografia da I.D. de votação de cada cidadão que votou. Os partidos políticos não serão providos neste arquivo para a preservação da privacidade

Arquivo Número Três: O arquivo que detecta inicialmente votos falsos a partir de uma conferência automática dos arquivos um e dois com o Censo Nacional de Cidadãos de um país Jasutopian. Esses votos removidos colocam-se então neste arquivo para inspeção dos cidadãos e de terceiras partes para verificar que esses votos descartados não eram de cidadãos vivos reais cujos votos foram deslegitimados

Arquivo Número Quatro: Este arquivo é onde ficam os votos que foram previamente determinados como falsos [pela conferência automática do Arquivo Número Um e Número Dois com o Censo Nacional de Cidadãos] mas que de fato se encontraram válidos devido a um cidadão verificado que reclama que seu voto foi descartado ou a uma terceira parte que provê informação de verificação de que o voto de um cidadão vivo e legítimo foi

descartado. Esses votos colocam-se então aqui para serem verificados formalmente outra vez antes de serem contados como votos oficiais. No entanto, a informação do eleitor permanecerá neste arquivo até que os Tri-Presidentes ou outros funcionários eleitos sejam empossados.

Argumentos Filosóficos e Lógicos dos Sistemas Monetários Contra os Sistemas Não Monetários



Um fórum romano em ruínas ao entardecer, mercadores despejando com pás moedas quase sem valor sobre balanças aos sacos, capim crescendo nas fendas do calçamento, os anos finais que o capítulo aponta.

I. Por Que os Sistemas Monetários Falham com a Sociedade

Premissa I.

Em um determinado sistema monetário onde há 3 pessoas, todas têm um valor de 2 moedas cada uma para um total de 6 moedas no sistema. A Pessoa A é um trabalhador de desenvolvimento de produtos, a Pessoa B é um trabalhador de posto de combustível [trabalhador de distribuição de energia] e a Pessoa C é um trabalhador de serviço de entrega de desenvolvimento de

produtos. A Pessoa B encomenda um produto da Pessoa A e paga a Pessoa C pelo serviço de entrega. A Pessoa C compra combustível e deixa a entrega com a Pessoa B.

Premissa II.

Deve sempre existir igualdade econômica em uma sociedade grande e moderna. Isso é requerido para que existam oportunidades iguais de todos prosperarem continuamente no nível individual.



Mesmo trabalho, recompensa desigual.

Resultado

Depois desta transação, a Pessoa A resulta com 3 moedas porque recebeu 1 moeda da Pessoa B. A Pessoa B tem 1 moeda porque comprou um produto da Pessoa A, comprou a entrega da Pessoa C e recebeu 1 moeda da Pessoa C. A Pessoa C tem 2 moedas porque adquiriu combustível da Pessoa B e recebeu 1 moeda da Pessoa B. Portanto, a Pessoa A é a mais rica e a Pessoa B é a mais pobre nesta sociedade artificial de 3 pessoas. Resultando em um

argumento inválido devido a uma falha no cumprimento da Premissa 2.

Razão

O panorama geral é que mesmo quando reduzido ao nível mais básico, uma sociedade monetária de 3 pessoas, este argumento é inválido. Semelhante à escala macro onde países com milhões de pessoas estão endividados e têm enormes lacunas de riqueza. Assim, ao fim os sistemas monetários sempre falharão em servir a todos com justiça na sociedade. Quando alguém obtém muito dinheiro, está tirando-o desigualmente de outras pessoas dentro do mesmo sistema monetário ou causando indiretamente desigualdade monetária em escala global através dos efeitos da manipulação do valor da moeda de um país. Com o tempo, em um determinado sistema monetário, as poucas pessoas tornam-se ricas e todas as demais pessoas do sistema tornam-se pobres ou ficam “lutando para chegar ao fim do mês.” Ou em escala global, duas pessoas põem a mesma quantidade de trabalho no mesmo emprego mas um indivíduo recebe maior pagamento, independentemente do “custo de vida.” O resultado final é sempre [de alguma forma] o colapso da sociedade. Olhe-se a grande Roma antiga de uma perspectiva econômica em seus anos finais como exemplo. Uma pena, de fato. Claro, o governo pode tentar imprimir mais dinheiro, então o país será vítima infeliz da hiperinflação como o país da Venezuela desde o ano dois mil e dezesseis até o presente ano dois mil e vinte e um. Efeitos verdadeiramente terríveis de uma sociedade monetária dos quais ser testemunha.

Além disso, este sistema falharia com o tempo mesmo se uma hipotética “Pessoa D” estivesse trazendo recursos ao sistema, os recursos neste caso são dinheiro [para comprar recursos] porque o dinheiro está substituindo a transferência direta real de recursos. Isso falharia com o tempo porque pôr mais dinheiro no sistema apenas

causaria inflação dos valores já injustos sem diferença real no desfecho da dispersão desses recursos [dinheiro]. Não haveria diferença real porque ainda há pessoas perdendo dinheiro desigualmente e outras pessoas obtendo desigualmente mais dinheiro com a hipotética mesma quantidade líquida de dinheiro no determinado sistema, ou o mesmo “valor do dinheiro” quando a inflação não é levada em conta; criando um cenário impossível de igualdade, isso só se torna ainda mais difícil à medida que mais pessoas entram no sistema e quando as pessoas exploram este sistema inerentemente falho. Este processo conduzido repetidas vezes com o tempo apenas piora as lacunas de riqueza.

Em uma determinada sociedade, uma que esteja modernizada e utopizada, respectivamente, as pessoas, sem importar sua origem, sempre deveriam ter a oportunidade de prosperar, e o governo deveria construir um sistema que encoraje isso pelo bem do indivíduo, de cada indivíduo. Por sua vez, pelo bem do governo e da sociedade em geral como resultado. Se esta premissa é verdadeira então, quando aplicamos o argumento lógico do sistema monetário. Como pode a sociedade possivelmente alcançar isso? Não pode! Nunca o fará porque não está desenhada para isso. Para levar este argumento mais longe, o país com uma das maiores economias que já existiu, os Estados Unidos, de acordo com seu escritório do censo do ano dois mil e dezenove; trinta e quatro milhões de cidadãos americanos viviam em pobreza no ano dois mil e dezenove. Este é um número ultrajante para uma das maiores economias do mundo, e este número nem sequer leva em conta os milhões de pessoas não registradas ou indocumentadas ou ilegais que vivem ali, apenas cidadãos americanos. Além disso, de acordo com Worldbank.org, seiscentos e oitenta e nove milhões de pessoas vivem em pobreza extrema globalmente, ganhando menos de 1.90 Dólares dos Estados Unidos por dia; isso é 9.2% da população mundial total. Estes são os resultados dos sistemas monetários, toda a riqueza do mundo está

sendo canalizada de propósito para lugares específicos em excesso, repetidas vezes, para alimentar e realimentar as necessidades de uns poucos, enquanto seiscentos e oitenta e nove milhões de pessoas ficam para trás. Estas cifras numéricas são fatos baseados em dados governamentais e de organizações internacionais.

II. Por Que os Sistemas de Nivelamento de Status Prosperam



Uma composição circular como um relevo talhado: o coletor alimentando o círculo, o fabricante dando forma, o trabalhador de energia abastecendo, o mensageiro levando, o desenvolvedor diante de seus instrumentos, os bens fluindo em roda, nada estagnando.

Premissa I.

Em um determinado sistema não monetário, há 5 pessoas. Todas têm um valor de 1, o qual é representado por prova básica de emprego enquanto o desemprego é um valor de 0. A Pessoa A trabalha como coletora de recursos para a sociedade. A Pessoa B é uma trabalhadora de desenvolvimento de produtos. A Pessoa C é uma trabalhadora de posto de combustível. A Pessoa D é uma trabalhadora de serviço de entrega de produtos. A Pessoa E é uma desenvolvedora de eficiência de recursos. A Pessoa A continua seu

trabalho de ingressar recursos no sistema. A Pessoa C decide encomendar um produto enquanto está no trabalho. O cartão de I.D. Nacional da Pessoa C é verificado quanto à validade em linha, então, a encomenda é verificada e feita. A Pessoa B fabrica a encomenda para a Pessoa C no trabalho. A Pessoa D entrega a encomenda da Pessoa C. A Pessoa C recebe sua encomenda e depois continua seu trabalho. A Pessoa E continua seu trabalho como desenvolvedora de eficiência de recursos, aumentando a eficiência do consumo geral de recursos através do avanço científico de sistemas portadores de energia mais eficientes [com o tempo].

Premissa II.



Um cidadão talhando sua própria escada ascendente de pedra por uma encosta, cada degrau terminado permanente, enquanto abaixo na margem a maré dissolve castelos construídos com moedas.

Deve sempre existir igualdade econômica em uma sociedade grande e moderna. Isso é requerido para que existam oportunidades iguais de todos prosperarem continuamente no nível individual.

Resultado

Depois desta transação, todas as partes ainda têm exatamente o mesmo valor de 1 antes e depois da transação. Todas as partes estavam trabalhando, e a aplicação de um sistema não monetário foi posta em seu lugar. O sistema funcionou como foi desenhado.

Razão

A ideia principal e abrangente é que, quando reduzido ao nível mais básico, este sistema funciona. Enquanto a Pessoa A estiver coletando recursos para o sistema, o sistema pode funcionar com base em verificações e comprovações de trabalho aplicadas no sistema. A Pessoa E desenvolve avanço científico rumo à eficiência de recursos para melhorias no consumo e uso de recursos por indivíduo. Alguém poderia tentar fazer o argumento de que as pessoas consumirão recursos demais rápido demais e colapsarão o sistema, a asserção do Jasutopianism é que as pessoas consumirão o mesmo número de recursos que a sociedade necessita para funcionar apropriadamente a uma taxa controlada. De fato, isso também se verifica e equilibra através do sistema de Nivelamento de Status. O Sistema de Nivelamento de Status servirá também sua função secundária como um mecanismo de retardo para proteger a sociedade de consumir todos os desejos de uma vez. Como resultado, amortecendo os efeitos do consumo imediato de recursos. No entanto, ao contrário do dinheiro, que vem e vai, um Nível de Status é permanente e pode garantir que um cidadão eventualmente chegará aonde quer estar na vida em termos de luxo sem perder seu dinheiro ou, neste caso, seu Nível de Status, no processo. Os Níveis de Status oferecem mais segurança que uma sociedade monetária tradicional. Assim, dando à Pessoa A mais tempo e apoio para

coletar recursos e dando à Pessoa E mais tempo e apoio para desenvolver meios eficientes para a eficiência de recursos. A sociedade funcionará com maior fluidez enquanto também expande sua capacidade e alcance de recursos desta maneira.

Filosofia do Jasutopianism sobre Diversidade, Tolerância Cultural, Igualdade Cultural e Influência Cultural Dentro de uma Nação Jasutopian



Uma praça da cidade à noite abrigando muitos círculos festivos distintos, vestimentas diferentes, instrumentos, lanternas, danças, cada um celebrando à sua maneira, nenhum elevado acima de outro, todos sob as mesmas estrelas.

Diversidade e Tolerância Cultural

Em uma Nação Jasutopian, indubitavelmente haverá muitas culturas diferentes e diversas de cidadãos; cidadãos de uma determinada cultura que não compartilharão os mesmos pontos de vista sobre temas de interesse que outros, cidadãos que terão interesses musicais diferentes, cidadãos que terão interesses festivos

diferentes, cidadãos que terão tradições diferentes, cidadãos que terão religiões diferentes, &c. No entanto, cada cidadão Jasutopian de qualquer cultura será mais sábio ao reconhecer que não existe uma única cultura verdadeira que haja de ser a realidade cultural dominante. Ao passo que, com maior precisão, há muitas culturas diferentes de cidadãos coexistindo realmente ao mesmo tempo dentro do mesmo país, e todas tomam orgulho em sua própria cultura singular. É antes através da tolerância da diversidade, não da assimilação forçada de culturas e ideias diferentes em uma cultura ou ideia singular, que se permite a um país tornar-se verdadeiramente mais iluminado de forma coletiva através do entendimento destas perspectivas diferentes.

Igualdade Cultural



Um pátio circular de espelhos altos rodeando uma fonte, cada espelho refletindo-a de forma diferente, luz diferente, hora diferente, cor diferente, cada reflexo verdadeiro ao mesmo tempo.

Deve também reconhecer-se que as diferentes perspectivas culturais e visões culturais da realidade são todas cem por cento verdadeiras com base nas realidades subjetivas de cada determinada cultura em coexistência. Será sábio reconhecer que não há uma só cultura que reine suprema ou mais valiosa que as outras culturas.

Influência Cultural

Deve também reconhecer-se que os limites da Influência Cultural de uma determinada cultura sobre a sociedade como um todo em um país Jasutopian se deterão no momento em que os princípios, ideias, tradições, normas ou outro modo de vida cultural de uma determinada cultura impactem ou prejudiquem objetivamente as realidades ou a existência de outras culturas. Deve notar-se que as culturas diversas só podem coexistir em uma sociedade Jasutopian se todas reconhecerem e aceitarem uniformemente a filosofia de que há mais de um modo de vida cultural além de sua própria cultura, e de que seu modo de vida cultural não é mais verdadeiro que outra cultura. É este reconhecimento cultural universal que fortalece a realidade desta filosofia.

A Desobediência do Mesmo

Se estes princípios filosóficos de diversidade, tolerância e influência cultural não forem praticados então, uma sociedade Jasutopian verá inevitavelmente um país onde o genocídio se torna realidade, se trava guerra, a opressão cultural se manifesta, um país onde o racismo infecta as mentes de uma determinada cultura, e um país onde o preconceito se torna norma. Uma sociedade Jasutopian verá um país onde uma cultura se torna a cultura dominante e, por definição, o fim de uma verdadeira Sociedade Utópica Jasutopian. É com estas verdades que cada cidadão Jasutopian há de reconhecer uniformemente, que cada cultura é igual; que é o mais sábio para cada cultura de cidadãos Jasutopian viver em uma coexistência

pacífica, tolerante e construtiva pelo bem e pela preservação da humanidade.

Artigos de Organização Societal



Manhã em uma longa colunata: cidadãos de todos os ofícios saindo para o trabalho de um lado enquanto mordomos que levam pão, água, tecido e chaves de casa caminham no sentido contrário rumo aos lares, a troca em um só quadro.

I. Os Cidadãos

I. Os cidadãos e os não cidadãos legalmente autorizados proveem trabalho para a sociedade.

II. Alimentos essenciais, água potável, educação, moradia de nível padrão, vestuário, serviços e cuidados de saúde são providos a todos os cidadãos sem importar seu Nível de Status desde que estejam cumprindo os requisitos mínimos de horas apropriados com seu respectivo grupo etário.

III. Os Níveis de Status são dados aos cidadãos como seu meio formal de obtenção de luxo, em que, estes Níveis de Status são

ganhos na vida através do desempenho no trabalho e do desempenho educacional.

IV. Os cidadãos têm o direito à igualdade política através da eleição direta dos Senadores da Autoridade Legislativa.

V. Os cidadãos elegerão os Tri-Presidentes através de um colégio eleitoral que não usa nenhuma forma de linhas distritais, apenas linhas de estado ou território, em que, os territórios não estão dentro dos estados mas são localizações geográficas separadas fora dos estados.

VI. Os cidadãos têm o direito de iniciar seu próprio negócio uma vez alcançado um certo Nível de Status, idealmente, em um sistema de Níveis de Status onde os níveis estejam apropriadamente calibrados para alcançar este determinado Nível de Status quando um determinado cidadão estiver perto da idade de vinte e cinco anos

II. Nova Forma de Colégio Eleitoral

I. O colégio eleitoral funcionará unicamente para prover representação igual de estado ou território na eleição dos Tri-Presidentes.

II. Não haverá linhas distritais divisórias dentro dos Estados ou de outros territórios com o propósito de dividir a representação em nenhum momento em absoluto. Os estados e territórios hão de representar-se independentemente como uma só grande população, em que o voto popular total se conta diretamente do total do Estado ou território como um todo.

III. Os resultados da votação dos cidadãos do estado ou território indiviso transcenderão diretamente ao colégio eleitoral na forma de 1 voto por Estado ou território para assegurar a igualdade geográfica entre cada estado e território.

IV. Uma vez que um estado ou território fica estabelecido, não pode dividir-se em estados ou territórios menores, nem ganhará um aumento de votos eleitorais por tentativas de dividir-se em partes menores.

V. O colégio eleitoral de cada estado ou território fica obrigado por este Artigo a votar em correspondência com o resultado do voto popular dos cidadãos em seu respectivo estado ou território.



Um salão eleitoral onde o delegado de cada estado deposita exatamente uma pedra idêntica em uma grande urna, estados grandes e pequenos depositando o mesmíssimo peso, estandartes lisos e iguais atrás deles.

VI. Os resultados da soma total do voto do colégio eleitoral elegem por esse meio os Tri-Presidentes.

III. Os Negócios

I. Os negócios de livre mercado dos cidadãos proverão para a sociedade.

II. Os negócios não de comerciar recursos diretamente [transações de recursos] entre si e com negócios estrangeiros diariamente conforme necessário.

III. Todos os Negócios que conduzam transações devem usar o cartão Nacional Eletrônico de I.D. com Fotografia, o qual registra e rastreia o fluxo de todos os recursos dentro de um país Jasutopian. Em que, este processo será aplicado com verificações e equilíbrios para assegurar que os donos de negócios estejam usando seu respectivo cartão Nacional Eletrônico de I.D. com Fotografia.

IV. Os negócios ganham pontos rumo a um Nível de Status através do número de transações com cidadãos Jasutopian. A quantidade de pontos por transação permanece uniforme em cada patamar de negócio sem importar a experiência, mas o número de pontos é regulado por patamar. Em que, se as transações forem conduzidas com cidadãos sem que tanto o cidadão quanto o dono do negócio usem seu cartão Eletrônico de I.D. com Fotografia então, o dono do negócio e os empregados não receberão pontos rumo ao seu Nível de Status. Assim, esta é uma transação ilegal conduzida.

V. As transações a cidadãos são reguladas por Nível de Status, em que, um cidadão pode obter livremente “X” quantidade de “Y” artigo de luxo por um “Z” Nível de Status.

III. Estado de Direito

I. Os Três Princípios Fundadores regem em chefe e proveem as estruturas fundadoras na sociedade, seguidos pelos Artigos de Lei, então, a vontade contemporânea de seus cidadãos, respectivamente.

II. A vontade de um cidadão Jasutopian é representada por seus funcionários eleitos escolhidos através da eleição direta de representantes da Autoridade Legislativa e da eleição indireta dos Tri-Presidentes com o uso do colégio eleitoral. Um colégio eleitoral

está sujeito a ser dissolvido ou reformado através de um voto direto rotineiro dos cidadãos a cada 4 anos.

IV. Três Autoridades de Governança

I. Representa a execução do Estado de Direito em ordem de hierarquia; Três Princípios Fundadores, Artigos de Lei e a vontade dos cidadãos.

II. Cria novas leis com base nestas três ordens supracitadas.

II. Executa as leis com base nestas três ordens supracitadas.

III. Julga as leis com base nestas três ordens supracitadas.

Argumentos:



Uma casa pública de pesagem onde o pão, a água, o grão e o ferro ocupam a prateleira de honra e um bloco de ouro repousa em um banquinho baixo no canto, o valor atribuído pela necessidade, não pela raridade.

Argumento I. O Valor dos Recursos Terá Funcionalmente Valor Relativo, Não Valor Absoluto

I. A. I. A Determinação do Valor

O governo nacional de um país Jasutopian determinará seu valor singular de cada recurso de que o país necessita com base em *sua necessidade para preservar a sociedade* (variável X) contra a *falta do mesmo de cada recurso determinado* [em cada território ou estado] (variável Y) no país inteiro. Estes dois valores serão então

lançados juntos em um gráfico. Isso por sua vez, significa que um país Jasutopian não terá um valor artificialmente inflado de certos recursos, tais como o ouro, o qual historicamente se baseava apenas em sua escassez e não em sua necessidade objetiva de perpetuar o funcionamento da sociedade.

I. A. II. A Diferença do Padrão Ouro

Se surgirem mais países de feitio Jasutopianist, seu valor fixado de recursos será baseado relativamente à necessidade de cada território e estado de cada recurso preciso para a preservação da sociedade (variável X), contra a falta do mesmo [de cada estado e território] de cada recurso determinado (variável Y).

Isso por sua vez, é muito diferente de uma sociedade de “padrão ouro” porque em lugar de colocar um valor absoluto sobre certos recursos que aparentam ser os menos abundantes globalmente, isto é, o ouro, o valor dos recursos coloca-se sobre a necessidade do recurso (variável X) contra a falta do mesmo em cada território ou estado do país (variável Y). Isso por sua vez, cria uma sociedade muito mais fluida e igualitária baseada no verdadeiro valor de seus recursos para os negócios.

Além disso, como se disse antes, o país Jasutopian colocaria também valor sobre os Níveis de Status, que são uma forma inédita de moeda não monetária para usar-se em conjunto com a transação de recursos de negócio a negócio, as quais se verificam e equilibram todas através de um sistema de Registro Eletrônico de Cartões que reporta ao governo Nacional Jasutopian.

I. A. III. Discrepâncias

A necessidade de um recurso para a sobrevivência e o funcionamento da sociedade seria portanto julgada pelo governo nacional, isso se colocaria como a variável independente (X), este seria um valor permanente (X) para um artigo determinado a menos

que esse artigo determinado seja declarado menos essencial em data posterior pelo governo nacional. A disponibilidade do recurso seria a variável dependente (Y). Estas duas, ao serem lançadas juntas em um gráfico, determinarão o valor de cada recurso em um território, estado ou país durante as transações entre negócios.

Este é um método muito mais útil que ser doutrinado na crença de que uma nota monetária artificial ou uma peça de ouro é necessária para a preservação e o crescimento da vida de um indivíduo e para o funcionamento social em geral.

I. A. IV. A Determinação Governamental do valor X, a Necessidade de Preservar a Sociedade em Matérias-primas

O valor de todas as matérias-primas não receberá valores arbitrários mas antes estará em ordem de classificação de todas as matérias-primas [por cada estado ou território] conforme decidido pelo governo nacional. Isso é para prevenir a superinflação do valor de qualquer matéria-prima determinada. Uma vez classificadas, podem então ser lançadas individualmente em gráfico contra a abundância de cada matéria-prima determinada. Este valor lançado em gráfico será o *valor de cada matéria-prima* .

I. A. V. A Determinação Governamental do valor X, a Necessidade de Preservar a Sociedade em Materiais Processados

O valor de todos os materiais processados não receberá um valor arbitrário nem um valor classificado mas antes um valor escalonado em uma determinada escala fixa, por exemplo, 1-Z. Esta escala há de ser a mesma escala [de 1-Z] que fixa o valor X de todos os materiais processados conforme decidido pelo governo nacional. Isso se deve ao fato de que haverá um número potencialmente ilimitado de materiais processados mas um número finito de matérias-primas. Este valor escalonado dos materiais processados será então lançado em gráfico contra a abundância determinada

desse material processado específico. Este processo repetir-se-á independentemente para cada material processado.



Uma cidade à noite onde cada transação do mercado envia um ténue fio de luz em arco rumo a uma cúpula central de arquivo, e os fios de uma única banca ardem em vermelho onde os bens excedem o que seu dono jamais registrou.

I. A. VI. A Determinação Governamental do Valor Y, a Abundância ou Falta do Mesmo, de Matérias-primas e Materiais Processados

O valor Y da abundância de todas as matérias-primas e materiais processados não receberá um valor arbitrário, nem um valor classificado, nem um valor escalonado mas antes um valor contabilizado. O valor Y de abundância será forjado contando o valor com a maior exatidão possível. Supondo que os valores sejam grandes demais para serem contados à mão, deve fazer-se um esforço por contar todas as matérias-primas e materiais processados dentro do país Jasutopian. Então, daí em diante, todas as transações,

exportações e importações serão registradas para determinar o valor de cada matéria-prima ou material processado.

I. A. VII. Como os Negócios Jasutopian Comerciarão Recursos

Todos os negócios, sejam privados, públicos ou governamentais, terão um sistema posto em seu lugar que registra automaticamente a **quantidade** e o **tipo** de recurso usado como moeda durante uma transação [durante transações entre negócios] ao governo nacional. Isso é para ter uma determinação exata do movimento de todos os recursos através dos acordos de transferência de recursos entre negócios. Isso pode fazer-se provendo a cada negócio um software singular de cartão eletrônico [instalado no software do cartão de I.D. Nacional] que se usa em conjunto com todas as transações, de modo que as transações não possam processar-se sem o uso do cartão eletrônico [cartão de I.D. Nacional]. Isso pode aplicar-se de tal maneira que o negócio ou vendedor privado que está vendendo o recurso *não receberá pontos* rumo ao seu Nível de Status por suas transações *sem* que o negócio que recebe o produto durante a transação use também seu cartão eletrônico, o qual será criado para registrar todas as transações.

Ademais, uma maneira de detectar se um determinado negócio não está usando os hipotéticos cartões eletrônicos de registro [cartões de I.D. Nacional] é se suas transações de negócio a cidadãos [não donos de negócios] superam o número de recursos que comerciaram legalmente [em trocas de negócio a negócio]; esta é outra verificação e equilíbrio. Assim como algoritmos que detectarão outras formas de comércio suspeito. Portanto, com isso, as determinações totais de recursos podem fazer-se apropriadamente no nível nacional.

I. A. VIII. Comparando o Valor (X) de uma Matéria-prima com o Valor (X) de um Material Processado

Comparar estes dois valores será como comparar “maças com laranjas.” A menos que alguém possa determinar o tempo exato de trabalho e quais matérias-primas se usam para criar cada material processado, é o mais sábio tê-los colocados como duas categorias separadas durante as transações.

Dito isso, se forem criadas as capacidades para fundir as duas categorias, e as medições do tempo médio de trabalho que leva criar cada bem processado e de quais matérias-primas foram usadas forem formalmente registradas então, o valor [x] das matérias-primas e o valor [x] dos materiais processados podem facilmente estar na mesma categoria durante uma transação. Com isso, a sociedade pode determinar com maior exatidão quanto é a diferença em valor de 2lb de aço comparadas com uma cadeira de madeira.

I. A. IX. Os Cidadãos Que Não Estão nos Negócios Não Precisam Realmente de Matérias-primas; Precisam dos Produtos Acabados dos Donos de Negócios

Em um país Jasutopian, os cidadãos não precisarão fazer escambo [comerciar] para receber recursos, isto é o que os donos de negócios farão entre si [se necessário]. O sistema de Nível de Status que possuem atuará como o meio para identificar quais artigos de luxo ganharam através do trabalho. Ao passo que os donos de negócios estarão usando este sistema transacional listado acima [assim como o sistema de Nível de Status]. Neste sentido, não haveria causa para que um cidadão precisasse de forma alguma de matéria-prima em grande abundância em sua forma base [porque têm suas necessidades básicas cobertas] mas antes, desbloqueiam certos produtos acabados de luxo em determinados Níveis de Status.

I. A. X. Racionalizando o Artigo de Lei XC

Como o Artigo de Lei XC declara adiante nesta leitura “Nenhum negócio tem licitamente permissão de conduzir mais de 4

transações de ida e volta com o mesmo negócio, encorajando antes grandes transações de estoque Contra múltiplas transações pequenas com um determinado negócio: todos os negócios devem pré-registrar o respectivo negócio com o qual conduzirão transações de recursos antes de conduzir tais transações junto ao Arquivo do Governo Nacional; os negócios serão marcados em vermelho se o sistema de Registro Eletrônico de Cartões detectar que um negócio está comerciando de ida e volta os mesmos recursos com múltiplos negócios diferentes para manipular o sistema de Níveis de Status.”

Esta lei está fixada desta maneira como uma verificação e equilíbrio para prevenir que os negócios comerciem de ida e volta incessantemente para fraudar o sistema de Níveis de Status. A integridade do sistema de Níveis de Status é o que mantém o governo Jasutopian ciente do número real de recursos que estão em circulação para determinar o valor do país por seus recursos disponíveis estado por estado [e por território].

I. A. XI. Como [Hipoteticamente] Deter o Bitcoin e Outras Moedas Eletrônicas em um País Jasutopian

A moeda eletrônica estrangeira representa uma ameaça à integridade do sistema de Nivelamento de Status e portanto, uma ameaça ao país Jasutopian inteiro. Se um negócio está processando mais transações que seu *Número e Qualidade [tipo]* registrados de recursos através do sistema de Registro Eletrônico de Cartões que está conectado através de seu I.D. Nacional então, isso é um indicador de *Fraude de Recursos* . Isso mostra que um negócio está comerciando recursos com outros negócios sem usar o sistema de Registro Eletrônico de Cartões porque têm mais, ou tipos diferentes de recursos sendo usados em transações com cidadãos comparados com o que se mostra disponível para conduzir tais transações em seu Número e Qualidade de Recursos registrados. Esse negócio será penalizado.

O Registro Eletrônico de Cartões funciona de tal maneira que todas as transações devem completar-se usando um Cartão Eletrônico que, ao usar-se em conjunção com uma troca de recursos em mão, sirva para atestar como uma forma de *recibo eletrônico* de todos os recursos disponíveis e das transações de recursos de um determinado dono de negócio, o qual se arquivaria então automaticamente de forma direta ao governo e a um Sistema automático de Detecção e Monitoramento de Fraude de Recursos. Além disso, um Registro Eletrônico de Cartões há de ser usado também pelos cidadãos ao realizar transações permitidas por seu Nível de Status para atestar que receberam X produto acabado de Z negócio e que B quantidade de recursos C, D, E, F e G foram usados para criar X produto acabado por parte de Z negócio. Portanto, com isso, a *contabilidade total em todas as direções* das transações de recursos fica registrada e todas as moedas eletrônicas hão de ser fúteis e ficar proscritas no país Jasutopian. Isso pode também deter o comércio ilegal de drogas e outro comércio ilegal em sua totalidade devido ao conhecimento total do fluxo e da direção de todas as matérias-primas e materiais processados por parte do governo Jasutopian dentro de um país Jasutopian.

Argumento II. Como um País Jasutopian Não Monetário e Seus Cidadãos Têm Valor Reconhecido Relativo a um País Monetário?



Um porto onde um navio estrangeiro descarrega minério e madeira sobre o cais enquanto, no mesmo cais, fileiras de trabalhadores locais sobem pela prancha vazia para trabalhar, trabalho trocado por materiais, sem cofre de moedas em parte alguma.

Resumo:

Uma sociedade não monetária tende a ter o problema de seu valor reconhecido a respeito de países externos que usam um sistema monetário. No entanto, o Jasutopianism resolveu por desenho esta questão para permitir transações internacionais entre países não monetários e monetários e para prover um canal para que os

cidadãos de um país Jasutopian não monetário viagem a um país monetário com propósitos de turismo.

O valor de um país Jasutopianist aos olhos de outros países basear-se-á nos Níveis de Status, na D.P.P., nas negociações comerciais, na disponibilidade de mão de obra para negócios internacionais e em sua força militar absoluta para respaldar seu crédito. Isso por sua vez, cria um valor mais alto da cidadania em um país Jasutopian relativo ao determinado país monetário em acordo, assim, os cidadãos que viajarem a estes países estrangeiros reconhecidos em acordos e tratados com o país Jasutopian serão retribuídos durante suas visitas turísticas. Acordos como os seguintes serão fixados entre o país Jasutopian e o determinado país monetário:

I. Como Serão Conduzidas as Transações de Negócios Jasutopian a Negócios Monetários Estrangeiros [Visão Geral]

Para entender isso, perceba que um negócio Jasutopian só precisaria fazer negócios com um negócio estrangeiro se estivesse buscando recursos, não dinheiro. Os recursos, sejam matérias-primas ou materiais processados, são o único produto que um negócio Jasutopian desejaria ao conduzir negócios com um negócio estrangeiro que usa um sistema monetário, além de uma possível concessão de terra. Portanto, em troca, um negócio Jasutopian pode oferecer o seguinte:

II. Trabalho em Troca de Matérias-primas ou Materiais Processados no Nível de Negócio Privado

Os negócios de um país Jasutopian parecerão muito diferentes dos negócios de hoje até que o país Jasutopian tenha alcançado 100% de uso de recursos renováveis. Se um negócio Jasutopian conduz negócios com um negócio estrangeiro que usa um sistema monetário, o negócio Jasutopian realizará “Parcerias Empresariais

por Filial.” Dois negócios aparentemente independentes sob a mesma licença de negócio do dono Jasutopian. Em troca de matérias-primas ou materiais processados, um negócio Jasutopian estabeleceria uma filial que é uma extensão do negócio do dono estrangeiro como beneficiário dentro da fronteira de um país Jasutopian sob a licença do cidadão Jasutopian que conduz a parceria empresarial por filial. O trabalho realizar-se-ia sem custo monetário algum para o negócio estrangeiro por parte de cidadãos Jasutopian, os quais poderiam também ganhar pontos rumo a um Nível de Status por trabalhar neste negócio. Essencialmente, para um cidadão Jasutopian será irreconhecível se está trabalhando em um negócio estrangeiro com respeito às suas capacidades de avanço de Nível de Status. Em que, o negócio estrangeiro obtém trabalho gratuito; o negócio Jasutopian obtém matérias-primas ou recursos processados; os cidadãos Jasutopian ganham pontos rumo a um aumento de Nível de Status enquanto trabalham. Os pontos que os cidadãos ganham serão naturalmente providos pelo governo Jasutopian, não pelo dono do negócio estrangeiro. Se o negócio estrangeiro decidir não permitir aos cidadãos Jasutopian o acesso gratuito aos produtos ou serviços da determinada filial do negócio estrangeiro estabelecida no país Jasutopian então, o negócio estrangeiro deve pagar uma taxa de X quantidade de matérias-primas ou materiais processados uma vez ao ano, separada do pagamento original de matérias-primas ou materiais processados, para entregar-se ao Governo Nacional Jasutopian. Esta taxa é denominada uma “Taxa de Não Permissão.” Como se disse previamente, os cidadãos Jasutopian que trabalhem em um negócio estrangeiro terão permissão de Nivelamento de Status, portanto, os cidadãos Jasutopian podem ganhar pontos dentro deste negócio igual que em qualquer outro negócio.

Serviços em Troca de Matérias-primas ou Materiais Processados

Um país Jasutopian que busque obter matérias-primas ou materiais processados pode também oferecer serviços internacionais de seu negócio Jasutopian ao negócio estrangeiro ou [à população estrangeira] em troca de matérias-primas ou materiais processados. Isso significa que um país estrangeiro que busque serviços [ou uma população estrangeira que busque produtos] pode recorrer a um negócio Jasutopian e, em lugar de pagar-lhe dinheiro, o negócio [ou a população estrangeira] compra matérias-primas ou materiais processados como moeda e os provê como pagamento ao negócio Jasutopian.

Nivelamento de Status e Crescimento do Negócio como Dono de Negócio

Uma vez que um cidadão desbloqueia o direito de iniciar um negócio, matérias-primas e/ou materiais processados serão outorgados a esse negócio com base em quão exitosamente se desempenhe [relativo ao seu patamar] a cada 3 [ou X] meses e segundo seu patamar, pelo governo estadual [ou territorial] e nacional Jasutopian. Os negócios que são de patamares maiores [ou menores] ou mais essenciais [ou menos] para o país são recompensados com quantidades diferentes [mais ou menos] de matérias-primas por patamar. Isso, somado às parcerias de negócios estrangeiros VIA filiais de negócios, é como um negócio Jasutopian crescerá. Um dono de negócio que cumpra uma cota semanal ou mensal baseada no tipo de negócio de transações de produtos ou serviços receberá pontos rumo a um Nível de Status conforme corresponda. Quanto mais exitoso o dono do negócio, mais rápido se ganham os pontos rumo a um Nível de Status.

III. Transações de Negócios de País Jasutopian a País Monetário Estrangeiro



Sob um arco fronteiro, o cartão especial de um viajante que retorna dissolvendo-se em brasas suaves em sua palma aberta enquanto pisa novamente o solo de casa, a cidade estrangeira ainda acesa atrás dele.

I. Tratado ou Contrato

I.

Um acordo de tratado ou contrato estabelece-se para montar negócios por um período fixo de tempo, após o qual o contrato pode renovar-se depois com um negócio estrangeiro.

V. Negócios do Governo com Negócios Estrangeiros

I.

A uma taxa controlada baseada na Necessidade Governamental de Recursos, um governo Jasutopian oferecerá a um governo monetário estrangeiro [ou negócio] a opção de que o país estrangeiro [ou negócio] estabeleça um negócio independente no país Jasutopian para ser trabalhado exclusivamente por cidadãos

Jasutopian ou não cidadãos [em processo de tornar-se cidadãos Jasutopian], isso para o país estrangeiro considera-se essencialmente trabalho gratuito dentro de seu respectivo país monetário. Isso é em troca de matérias-primas ou materiais processados para o governo nacional Jasutopian. Existe também a possibilidade de negociação sobre se os cidadãos Jasutopian têm acesso gratuito aos produtos ou serviços estabelecidos no país Jasutopian. Se o país estrangeiro decidir não permitir aos cidadãos Jasutopian o acesso gratuito aos produtos ou serviços do determinado negócio [negócio Z] estabelecido no país Jasutopian então, o negócio estrangeiro deve pagar uma taxa de X quantidade de matérias-primas ou materiais processados uma vez ao ano [ou em pagamentos mensais menores], separada do pagamento original de matérias-primas ou materiais processados, para entregar-se ao governo nacional Jasutopian. Como se disse previamente, esta taxa chama-se uma “Taxa de Não Permissão” igual que as taxas de negócios não governamentais a negócios estrangeiros. Os cidadãos Jasutopian que trabalhem como negócio estrangeiro terão permissão de Nivelamento de Status, portanto, os cidadãos Jasutopian podem ganhar neste respeito igual que em qualquer outro negócio, como se disse previamente em outras circunstâncias.

Alguns métodos de Aquisição de Recursos do Governo Jasutopian

Há três maneiras formais pelas quais um Governo Jasutopian adquirirá recursos. O primeiro método está declarado acima [através de negociações com países estrangeiros]. Uma segunda maneira pela qual um país Jasutopian poderia adquirir recursos é através do avanço da tecnologia de recursos renováveis, provendo acesso a novos conjuntos de recursos não disponíveis previamente para uso. Uma terceira maneira pela qual um país Jasutopian poderia adquirir recursos é usar seus recursos de reserva. Um país Jasutopian poderia usar suas reservas até que tenha desenvolvido exitosamente um meio

para expandir a energia renovável pelo país na forma de um programa focado de período de transição de recursos, isso idealmente deve fazer-se tão rápido quanto possível para evitar a perda de recursos de reserva.

IX. Viagem do Cidadão Jasutopian

Um acordo de contrato ou tratado entre o país Jasutopian e um determinado país monetário estrangeiro, o país X, pode fazer-se com respeito à viagem dos cidadãos Jasutopianist. Um visto de turista de 90 dias [ou outra duração de estadia acordada] é o serviço que o país Jasutopian estará buscando. Aqui é onde o valor de um cidadão Jasutopian ficará estabelecido relativo ao país monetário estrangeiro.

Com base em quantos negócios estrangeiros do país X estão estabelecidos em um país Jasutopian e quanto trabalho está oferecendo um país Jasutopian contra quantas matérias-primas e materiais processados se usam como pagamento, prover-se-á uma avenida para colocar um valor para um cidadão Jasutopian que entre no país X com propósitos de turismo.

Por exemplo, se um acordo for alcançado exitosamente, um cidadão Jasutopian pode entrar no país X por 90 dias (cerca de 3 meses) e ser-lhe-á dada Z quantidade de moeda para gastar explicitamente dentro do país X durante a estadia turística. Essa dotação de turismo só pode usar-se dentro do país X VIA um Cartão de Crédito Especial que não permite saques em dinheiro nem compras internacionais/estrangeiras relativas a esse país X. Se o turista Jasutopian sair do país X ou da união, esse cartão ficará então inválido.

Portanto, isso garante que o país X não está perdendo moeda alguma dentro de seu país por causa de um turista Jasutopian, a moeda teoricamente está simplesmente circulando dentro do país X.

Pode então decidir-se se o Cartão de Crédito Especial permitirá a Viagem de União dentro do país. Idealmente para um país Jasutopian e seus Três Princípios Fundadores, o acordo deve aspirar a alcançar a viagem livre com o Cartão de Crédito Especial dentro de uma união estabelecida, tal como a União Europeia. Esta quantidade Z pode ajustar-se anualmente com base nos acordos de negócios e nos tratados.

Alternativamente, um tratado pode fixar-se para negócios de mais longo prazo entre um país Jasutopian e o país X . Portanto, uma quantidade Z de moeda provida pode fixar-se permanentemente para os turistas Jasutopian, ajustada pela inflação. Este processo ocorrerá múltiplas vezes entre todos os países monetários estrangeiros com os quais um país Jasutopian conduza negócios. A Taxa de Não Permissão de matérias-primas ou materiais processados pode dispensar-se em negociações com o país X em questão para oferecer aos cidadãos Jasutopian uma dotação de turismo mais alta rumo ao país X ou a Viagem de União livre com o uso do Cartão de Crédito Especial.

Argumento III. A Inovação É Quintessencial em Uma Sociedade Jasutopian



Uma única tocha passada de um velho mestre a fileiras de jovens artesãos ao longo de uma extensa arcada, cada um acendendo sua própria forja em seu turno.

I. Resumo



Engenheiros erguendo um grande prato receptor sobre um vale à primeira luz, captando um feixe de um captador solar muito acima, enquanto as velhas chaminés atrás deles permanecem frias, a independência construída pela invenção.

Em uma sociedade Jasutopian a inovação é uma marca rumo ao alcance da independência de recursos. Quanto mais um país Jasutopian investe e inova em recursos renováveis, mais eficiente e independente pode ser esta sociedade. Acender a ambição e a inspiração nos cidadãos Jasutopian é chave para levar seus cidadãos a inovar em um livre mercado para criar estas inovações tecnológicas necessárias para preservar o país e seus Três Princípios Fundadores.

Sem acender a ambição nos cidadãos Jasutopian e sem desenhar tecnologia inovadora, a sociedade [e o país] poderia ficar para trás e ser conquistada como resultado. A motivação no Nível de Base é um reflexo exato do Progresso Nacional porque tudo está interconectado; um país é apenas tão grande quanto seu Denominador Mais Baixo.

Argumento IV. O Jasutopianism É Superior ao Comunismo



Um quadro dividido: de um lado um celeiro estatal cercado onde um funcionário serve com concha rações idênticas e escassas a uma fila cinzenta; do outro, um mercado livre variado e abundante de bancas de cidadãos sob um só arco compartilhado de lei.

Resumo

Karl Marx é um filósofo alemão que está fundado como o criador do Comunismo. No entanto, o Jasutopianism argumenta contra e condena as proclamações do comunismo de Marx quando comparadas contra a estrutura e os princípios de um sistema utópico Jasutopian não monetário. Se os aspectos do sistema Sociopolítico do Comunismo competissem contra os aspectos Sociopolíticos do Jasutopianism, um país Jasutopian veria que tem a capacidade de superar em desempenho esta sociedade comunista devido às falhas

de desenho do sistema da sociedade comunista. Primeiro, para definir o comunismo como o entende o autor: é uma sociedade, um manifesto e um sistema Sociopolítico que se baseia na propriedade governamental total ou quase total da propriedade privada e no controle total ou quase total de todos os meios de produção. Existe também uma ausência de classes sociais e do nível estadual de governo. Existe também uma forma de comunismo que usa um sistema monetário e outra forma de comunismo que, em ideologia, não usa um sistema monetário, ainda que esta forma não monetária nunca tenha chegado de todo a materializar-se.

I. O Sistema Econômico Fundamentalmente Falho do Comunismo

O fato de que o Comunismo esteja tentando alcançar sua versão de igualdade suprema enquanto está em sua forma monetária de comunismo, usando um sistema monetário [desenho falho], é literalmente impossível como se explicou antes neste manifesto. Sempre existirá um grupo notável de indivíduos que sempre têm menos sem importar quão duro tentem prosperar, devido aos esforços opostos simultâneos de outros por obter o maior dinheiro em um sistema controlado. Isso então por sua vez, cria atraso no sistema geral e debilita exponencialmente o progresso coletivo construtivo. Quando em um sistema monetário, na escala mais básica como também se explicou acima, se há 4 indivíduos que têm dinheiro, e qualquer um deles faz uma compra, esse indivíduo perde então dinheiro em troca de um bem, produtos, terra ou serviço.

No entanto, em uma sociedade Jasutopian, se há 4 indivíduos do mesmo valor e 1 deles faz uma compra ou uma reivindicação de um artigo não de luxo, desde que esse indivíduo seja um membro contribuinte da sociedade então, os 4 indivíduos manterão o mesmo valor de 1 antes e depois da transação. Isso equivale a que o valor geral do sistema não monetário mantém seu valor antes e depois de

todas as transações, e à medida que a produção de produtos e a inovação aumentam, a força e a integridade deste sistema aumentam. A única ressalva é que os aspectos de funcionamento externo deste sistema Jasutopian, como qualquer sistema, necessitam de um canal apropriado para um influxo de coleta de recursos e de um canal apropriado para criar cientificamente sistemas portadores de recursos mais avançados e eficientes [isto é, eletricidade, gás, &c]. Com estes dois aspectos acrescentados, os recursos afluirão consistentemente e o uso de recursos será constantemente inovado e melhorado através de formas melhoradas de sistemas portadores de recursos, como um painel solar melhorado, por exemplo.

Dito isso, os aspectos de funcionamento interno das transações de livre mercado do Jasutopianism são mais perfeitos por desenho, o progresso social ocorreria a uma taxa exponencial e os cidadãos de uma sociedade Jasutopian seriam capazes de superar eficientemente em desempenho os cidadãos de uma sociedade Comunista. Os cidadãos de um país Jasutopian não estariam retidos pelos problemas mesquinhos apresentados em um sistema monetário falho. Os cidadãos terão então a capacidade de focar seu intelecto em meios construtivos para si mesmos, sua família e a preservação do país através dos privilégios do acesso ao livre mercado. O acesso ao livre mercado define-se simplesmente como o acesso gratuito a todos os bens, produtos, terra ou serviços de nível padrão de qualquer cidadão que seja um membro contribuinte da sociedade.

II. O Sistema Econômico Fundamentalmente Falho do Comunismo (2)

Quando o comunismo está em sua forma teórica não monetária, apresenta uma perspectiva diferente do comunismo. Para analisar o comunismo em sua forma não monetária, cada aspecto deve levar-se em conta antes de declarar esta forma Sociopolítica não monetária de governo menos capaz que o aspecto Sociopolítico

não monetário do governo em um país Jasutopian. Os problemas que surgem na economia comunista não monetária que não surgem em uma economia Jasutopian não monetária são consideráveis. Por exemplo, o fato de que o governo controle todas as formas de produção é uma receita para o *desastre inovador*. Uma sociedade necessita da inovação do livre mercado para florescer, há problemas atendidos no nível local que não podem ver-se nem atender-se com a mesma eficiência com uma entidade governamental singular que tudo supervisiona controlando todos os meios de produção. Afirma-se que é mais inovador e eficiente para um país ter livres mercados, mesmo em uma sociedade não monetária. Isso é algo que nunca se alcançou de todo nem se buscou totalmente no comunismo, isso se deve ao fato de que uma economia de livre mercado é mais uma iniciativa e uma narrativa capitalista. Sem mencionar que quase todos os governos comunistas são ideologicamente uma ditadura, seria estranho que um ditador totalitário permitisse a seus cidadãos conduzir negócios como escolham, esse ditador perderia quase todo o poder [que usualmente é sua preocupação primária].

Ademais, não houve país comunista até a data que tenha logrado exitosamente implementar um sistema não monetário completo. Todos falharam em suas tentativas porque não puderam construir exitosamente um meio de negócios para gerir transferências internacionais de bens e serviços sem o uso do dinheiro. O que termina ocorrendo, como na Rússia Soviética, é que havia partes do sistema comunista que tinham negócios usando dinheiro em circulação sob estrito controle do governo e depois havia outras implantações de negócios separadas no país que conduziam transferências de bens sem dinheiro entre negócios, esta inconsistência não é senão outro aspecto de um sistema falho e incompetente em geral.

O Sistema Econômico Fundamentalmente Falho do Comunismo (3)

Os aspectos de uma economia comunista que envolvem o controle governamental total de todos os meios de produção violam os princípios de uma Verdadeira Sociedade Utópica. Uma Verdadeira sociedade Utópica cujos princípios fundadores se baseiam em melhorar continuamente a qualidade da liberdade, da vida e da prosperidade de seus cidadãos não pode ser válida sob um sistema governamental comunista que permite o controle governamental total de todos os meios de produção. Os aspectos da liberdade e da prosperidade são violados diretamente por essa forma de controle governamental. Isso por sua vez, mata os aspectos essenciais da inovação que são quintessenciais em uma sociedade utópica e torna um governo comunista mais propenso a estagnar em termos de inovação tecnológica ou outra inovação científica em comparação com uma sociedade Jasutopian ou outras sociedades de livre mercado, sejam monetárias ou não monetárias.

A Carência de Propriedade Privada do Comunismo

Em adição, outro aspecto do Comunismo que contrasta contra o Jasutopianism com respeito aos direitos dos cidadãos, é a carência de propriedade da propriedade privada. No Jasutopianism não é necessário nem requerido que o governo possua toda a propriedade privada para ter uma estrutura Sociopolítica utópica exitosa. Isso se deve ao fato de que enquanto a cota de projetos de moradia de nível padrão se crie exitosamente durante a fase de transição, todas as casas que se possuíam previamente podem herdar-se. Estas casas já não serão tributadas monetariamente de forma alguma. As casas que previamente se alugavam em um sistema monetário ficarão a critério do dono de continuar permitindo a seus inquilinos viver ali depois que a fase de transição se complete, ou os inquilinos terão acesso gratuito a moradia de nível padrão criada em outro lugar desde que estejam trabalhando. O mesmo se aplica a toda propriedade alugada ou possuída. A propriedade em uma sociedade Jasutopianism pode comprar-se ou “ganhar-se” em certo sentido uma vez que um

Cidadão alcança um determinado Nível de Status, existe a propriedade privada na sociedade Jasutopian ao passo que em uma sociedade comunista, o governo possui toda a propriedade privada. Para mais informação sobre como funciona o sistema de propriedade privada em um sistema Jasutopian não monetário, veja-se o argumento “Argumento XII. Como Funciona em Detalhe o Sistema de Pontos e Nivelamento de Status?”



O dia da transição: escrevões em longas mesas guiando os cidadãos que chegam, de toda idade, diretamente ao degrau da escada que seu trabalho e sua educação já ganharam, ninguém empurrado ao primeiro degrau para fabricar igualdade.

A Carência de Propriedade Privada do Comunismo (2)

Sobre a ideologia da carência de propriedade privada do comunismo. Isso viola diretamente os Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian. Os princípios de criar leis para melhorar continuamente as liberdades, a vida e a prosperidade de seus cidadãos não podem existir em uma sociedade onde não existe

propriedade alguma em parte pelos cidadãos dessa sociedade utópica. Isso se afirma porque como podem a prosperidade e a liberdade existir se um cidadão que declarou uma vida dedicada a buscar possuir a casa do maior tamanho possível pode logr  -lo em uma sociedade Comunista onde os esforços capitalistas de livre mercado estão impedidos, e onde todos têm Moradia Comunal? Não podem, os esforços do trabalho de sua vida não podem passar-se a seus filhos e como resultado, seu trabalho torna-se sem sentido com o tempo. Há pouca ou nenhuma ideia de legado na carência de propriedade privada do comunismo. Este é somente um dos muitos cenários onde a carência de propriedade privada do comunismo viola os Três Princípios Fundadores de uma sociedade utópica.

A Supressão dos Direitos do Cidadão Individual pelo Comunismo

Além disso, outro aspecto do Comunismo por desenho de base    que se dirige unicamente através de uma ditadura do proletariado ou de um grupo supremo de líderes que exercem controle político absoluto. Isso viola os Três Princípios Fundadores da liberdade em uma sociedade utópica porque não têm voz na sociedade, entre muitas outras razões. Quando os direitos políticos e humanos individuais se suprimem, os cidadãos inevitavelmente desenvolvem ressentimento rumo a seu governo de tal maneira que se acumula constantemente com o tempo. O pensamento livre e as ideias suprimem-se de sua materializa  o como resultado e as revoltas [e outras reações] são mais propensas a ocorrer e esse governo é mais propenso a colapsar a seu devido tempo. Quanto mais conscientes estão os cidadãos de que seus direitos individuais estão suprimidos, mais propensos são a rebelar-se ao longo de um período de tempo. Ao longo de um período de tempo suficientemente longo na história uma revolta será inevitável [seja externa ou internamente], e esse governo colapsar   ou se reformar  .

Além disso, quando o pensamento livre e os direitos individuais se suprimem, uma sociedade comunista [e país] vê uma carência de inovação e motivação de seus cidadãos, pode não ser tão notório para os cidadãos, mas é notório no sentido de que o país não pode competir exitosamente contra as outras formas de governo que permitem livres mercados e mais liberdades no nível individual. Isso em troca, é por que os governos comunistas [e outras ditaduras] tendem a cobrir os olhos de seus cidadãos censurando informação ou impedindo-os de sair do país para ver formas mais exitosas de governança [democrática/de livre mercado] que estão ocorrendo no mundo.

VII. O Aspecto Coletivista do Comunismo Reduz a Qualidade de Vida no Nível Individual

Em uma sociedade comunista a qualidade de vida no nível individual mal se considera em contraste com uma sociedade não coletivista como o Jasutopianism. As qualidades coletivistas do comunismo forçam os cidadãos de maior status econômico a redistribuir sua riqueza entre a população inteira, pois esta é a versão comunista da “igualdade.” Essencialmente, estão regressando cada cidadão a um valor de 1. Isso frequentemente fracassa em um sistema comunista de base monetária com o tempo pelas falhas de base de um sistema monetário, porque haverá eventuais lacunas de riqueza e as pessoas terão valores de 0, 3, 4, &c. [como se discutiu antes] igual que em qualquer sistema monetário. Dito isso, o fato de que o comunismo redistribua a riqueza e tire dos cidadãos que ganharam sua riqueza nas partes iniciais de sua vida não é algo fundado em princípios de prosperidade como os de uma sociedade [e país] Jasutopianism. Em uma sociedade comunista todos são reduzidos à classe média baixa no início para criar “igualdade.” Uma sociedade Jasutopianism nunca faria isso, não há necessidade de fazê-lo, uma vez que a fase de transição se estabelece apropriadamente nem todos ficam fixados no “Nível de Status 1.”

São colocados apropriadamente em seus respectivos Níveis de Status pelos empregos que atualmente possuem, pelo nível educacional que atualmente têm, pelo número de anos que estiveram empregados, por possíveis exames de colocação, &c. Haverá milhões de pessoas que já contribuíram para a sociedade de todos os caminhos da vida que não serão esquecidas e serão corretamente colocadas em seus respectivos Níveis de Status na fase de transição. Tudo isso está contemplado para criar uma transição suave rumo a uma sociedade não monetária e destrói a narrativa coletivista que se associa com o comunismo. O Jasutopianism afirma oferecer mais priorização no nível individualista do que qualquer sociedade prévia poderia possivelmente alcançar devido à sua disponibilidade aberta de alimentos essenciais, água potável, moradia, cuidados de saúde e moradia de nível padrão em combinação com seu sistema de Níveis de Status provido para seus cidadãos.

VIII. O Aspecto Coletivista do Comunismo Reduz a Qualidade de Vida no Nível Individual (2)

A ideia do coletivismo como ideologia não é um princípio utópico. Os cidadãos não deveriam ter de ser reduzidos para avançar, especialmente se não fizeram nada de errado. A ideologia de que os indivíduos ricos em uma sociedade monetária tenham de perder seu status ou equivalente viola o Princípio Fundador de melhorar continuamente a qualidade da prosperidade para os cidadãos de uma sociedade utópica. Dito isso, os impactos negativos dos indivíduos ricos em uma sociedade Jasutopian não teriam o mesmo nível de impacto negativo que teriam em uma sociedade monetária. Em uma sociedade monetária existe logicamente uma quantidade total fixa de dinheiro disponível para a população total, quando as pessoas ricas se tornam mais ricas, em essência estão tomando dinheiro possível que poderia ter estado disponível em outra parte para cidadãos mais pobres. Isso é essencialmente por que as sociedades comunistas tentam usar uma abordagem coletivista para combatê-lo.

No entanto, em uma sociedade Jasutopianism isso está contemplado porque o sistema pelo qual corre um sistema monetário é uma “equação matemática” diferente da de um sistema não monetário, e um sistema não monetário Jasutopian é funcionalmente mais eficiente que um sistema não monetário comunista. O sistema não monetário em uma sociedade Jasutopian funciona assim:

Os recursos essenciais são gratuitos para todos os cidadãos trabalhadores, os recursos de luxo podem acumular-se e possuir-se, mas a taxa a que se acumulam é regulada através do Nivelamento de Status. Isso cria um “efeito de funil.” Desde que a taxa total de consumo da população permaneça abaixo da taxa total de coleta anual de recursos através de dissuasores como o Nivelamento de Status então, todos permanecem no valor de 1 antes e depois de todas as transações com respeito ao seu Nível de Status, isso é a verdadeira igualdade. Isso se deve ao fato de que o sistema está sendo alimentado continuamente com recursos mais rápido do que se esgotam para manter-se, assim como encontrando novas maneiras de usar esses recursos com maior eficiência usando mais recursos renováveis e tendo indústrias de pesquisa científica montadas para sistemas portadores de energia mais inovadores [eletricidade, gás, &c.] em um sistema de livre mercado. Para mais informação, veja-se o argumento “Argumento XII. Como Funciona em Detalhe o Sistema de Pontos e Nivelamento de Status?”

Além disso, o fato de que o Jasutopianism requeira um Comitê Federal Democrático Empresarial de representação de cidadãos donos de negócios para ter uma voz direta na legislação de negócios é a ideologia mais democrática e antioletivista quando se compara com o controle governamental inteiro do Comunismo de todos os meios de produção. Os cidadãos de um país têm mais olhos no terreno que uma entidade governamental, literalmente. As pessoas sabem do que as pessoas necessitam nos negócios; as pessoas sempre estão tentando pensar em novas maneiras de melhorar

produtos e serviços em uma sociedade de livre mercado. Com o controle governamental total da produção do Comunismo, esta inovação e criatividade é esmagada e sobrecentralizada.

Além disso, outro atributo antioletivista que o Jasutopianism tem e que o Comunismo não possui é a Segunda Câmara na Autoridade Legislativa, a Câmara dos Cidadãos. A Câmara dos Cidadãos permite democratizar a Legislatura. Permite também que todos os cidadãos estejam envolvidos nos assuntos de seu país de tal maneira que previne futuras formas de corrupção lenta e degradação dos direitos dos cidadãos. É a qualidade individualista última contra a corrupção de uma forma coletivista de governo. Com a Câmara dos Cidadãos, o governo não poderá erodir os direitos dos cidadãos, garantindo assim que o futuro da liberdade, da vida e da prosperidade fique para sempre preservado no nível individual.

IX. O Jasutopianism Oferece um Sistema de Nivelamento de Status Que Oferece Avanço Individualista, Ao Passo Que o Comunismo Não Tem Tais Mecanismos

No comunismo, quase não há espaço para o crescimento pessoal, a maioria dos assuntos do indivíduo são secundários ao bem maior do país. De fato, coisas como a religião são malvistas em uma sociedade comunista porque subtraem das ideias e da narrativa coletivistas pertencentes ao governo de uma sociedade comunista. Como resultado, o comunismo oferece poucas ou nenhuma saída na inovação individualista e como resultado, coisas que são essenciais para o avanço da sociedade como a inovação científica podem ficar para trás comparadas com uma sociedade de livre mercado. A criatividade também é esmagada nesta forma de governo. No entanto, no Jasutopianism o sistema de Nivelamento de Status oferece uma saída para os incentivos individualistas de trabalhar e avançar. Com o tempo, as recompensas e os incentivos do sistema de Nivelamento de Status melhorarão e permanecerão contemporâneos

aos tempos. Poderia inclusive haver múltiplas Linhas de Tempo de Nivelamento de Status que dependam do caminho de carreira que um indivíduo escolha. Oferece uma maneira de manter os cidadãos produtivos, felizes e ambiciosos; assim é como a sociedade ajuda o “bem maior”, trabalhando primeiro no nível individualista e depois para cima; isso se deve ao fato de que, como se disse antes, um país é apenas tão grande quanto seu Denominador Mais Baixo.

Argumento V. O Jasutopianism É Superior ao Capitalismo Clássico



Escaladores ascendendo um grande penhasco de oportunidade; sob eles uma rede tecida de bronze e pedra está ancorada na própria rocha, aparando com suavidade um escalador que cai, não há fundo contra o qual se estilhaçar.

Resumo

O Jasutopianism, em seu núcleo, é uma forma derivada do capitalismo porque o sistema econômico se baseia na propriedade privada e os meios de produção são controlados por seus cidadãos, não pelo governo. Existe também uma oportunidade para que os cidadãos avancem ao longo de suas vidas através de um sistema de Nivelamento de Status. O governo pode sugerir possíveis ideias de mercado ao Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos ou dar incentivos encorajadores para iniciar negócios em certos mercados mas em seu núcleo, está nas mãos dos cidadãos

criar seu próprio negócio de sua escolha. Isso está fixado assim no Jasutopianism porque os mercados florescem quando os cidadãos têm o controle dos meios de produção e a propriedade de seu negócio. A sobre-regulação esmaga a inovação, a criatividade e as oportunidades potenciais de negócio poderiam não estar disponíveis devido ao controle governamental dos meios de produção. Além disso, a ideia de que os negócios possam delegar-se no nível cidadão libera a Supervisão Governamental do sistema inteiro. Os cidadãos são os olhos no terreno. Que a sociedade esteja ramificada e gerida por cidadãos é, em alguns respeitos, muito mais eficiente que a supervisão de uma entidade governamental inteira de todos os meios de produção. Dito isso, argumenta-se que o Jasutopianism é superior ao capitalismo clássico de muitas maneiras:

I. O Jasutopianism Oferece um Colchão de Recursos de Nível Base, Ao Passo Que o Capitalismo Clássico Não Tem Amortecimento Econômico de Nível Base

No Jasutopianism, sem importar que tipo de emprego tenha um cidadão, desde que esteja trabalhando esse cidadão tem direito aos direitos do **Artigo de Lei I**, que são alimentos essenciais, água, cuidados de saúde, vestuário, serviços e moradia de nível padrão gratuitos. No mesmo respeito, encoraja-se que tentem ganhar empregos de nível mais alto através de incentivos maiores de Nivelamento de Status.

No capitalismo, se um cidadão atinge o fundo do poço há poucas ou nenhuma proteção disposta para cuidar dele e levantá-lo novamente [se não tiver uma forma de deficiência ou for inelegível para o seguro-desemprego]. Se não estiver com deficiência e simplesmente não esteve empregado ou não pôde receber pagamento de desemprego, esse cidadão está praticamente por conta própria até que encontre seu próximo emprego, o que poderia significar a vida ou a morte para alguns cidadãos. Devido a isso, argumenta-se que

um sistema Jasutopianism também combate diretamente a crise da falta de moradia.



Atrás de uma cortina do tribunal, mercadores abastados pendurando em silêncio pequenos pesos em um prato da balança pública da lei, as regras viciadas mantidas viciadas.

Isso é também por que alguns cidadãos podem desesperadamente recorrer ao crime para receber recursos rápidos de curto prazo em lugar de estabelecer-se apropriadamente no plano financeiro a longo prazo, porque já estão perdidos nas armadilhas do capitalismo clássico. Esta situação pode tornar-se trágica porque os cidadãos já não estão na mentalidade construtiva [de aspirar a prosperar], esses cidadãos estão agora presos na mentalidade destrutiva de apenas tentar sobreviver, uma forma de escravidão mental. Isso em resultado, é um processo econômico ineficiente em uma sociedade capitalista clássica do qual muitos caem vítimas, e muitos cidadãos nunca alcançam a Verdadeira Autorrealização porque estão presos tentando encontrar um emprego para pagar as contas ou presos apenas tentando sobreviver.

II. O Capitalismo Cria Enormes Lacunas de Riqueza Ao Passo Que o Jasutopianism Permite aos Cidadãos Começar no Mesmo Nível de Status (Excluindo os Cidadãos Incorporados por Direito Adquirido, em uma Etapa Diferente da Vida, na Qual Têm Educação Prévia e Histórico de Trabalho Comprovados Anteriores ao Estabelecimento do Jasutopianism)

Os efeitos monetários do capitalismo clássico alegam que [em um sistema] para que alguém se torne extremamente rico, o dinheiro é tirado de outros cidadãos dentro do sistema. Isso se faz de maneiras justas e injustas. O resultado é que os negócios se tornam tão grandes que a população começa a desenvolver lacunas de riqueza entre os ricos e os pobres. No capitalismo clássico, se alguém alcançasse a autorrealização e se tornasse rico então, por padrão alguém ou um grupo de indivíduos deve perder parte de sua riqueza. Para evadir a prestação de contas, os negócios simplesmente culpam as más leis de negócios atualmente estabelecidas e continuamente permitidas no sistema, no entanto, estes mesmos negócios fazem lobby por trás dos bastidores para manter essas exatas leis de tal maneira que eles continuam ganhando, e os pobres continuam perdendo.

No Jasutopianism, cada cidadão tem o potencial de ser próspero ao mesmo tempo. Isso se deve ao fato de que uma vez que um Nível de Status é ganho, não pode tirar-se de um cidadão respeitador da lei que é exitoso em seu emprego. Desta maneira, um Nível de Status é uma forma de moeda que em lugar de ser descartável como o dinheiro, é como um nível fixo de energia de recursos que é permanente. A partir desse determinado nível de energia de recursos os cidadãos continuam elevando-se a níveis mais altos de energia de recursos, quanto mais alto chegar, mais benéfico se torna para si mesmos e para o país em geral também. No capitalismo clássico, se o cidadão médio gasta seu dinheiro em recursos essenciais e custos básicos de vida então, não lhe restará

quase nada de dinheiro para poupar e fica preso em um ciclo vicioso destrutivo de tentar sobreviver sem nunca alcançar de todo suas metas devido às cargas econômicas da vida por um sistema monetário capitalista clássico.

Além disso, devido às implicações monetárias com o uso do capitalismo clássico, e a que não há amortecimento de recursos base, tão rápido quanto um indivíduo pode subir no capitalismo clássico, é literalmente tão rápido quanto pode afundar até o fundo [e ficar preso] se algo sair errado ou alguém mais o superar em desempenho em um determinado cenário.

Portanto, ao fim é muito plausível que o Jasutopianism tenha o potencial de ser uma forma mais fluida de livre mercado de um sistema socioeconômico, uma que permite maior crescimento que um sistema monetário capitalista clássico.

Argumento VI. Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos



Uma cidade no alto da colina ao entardecer: lojistas, agricultores e artesãos reunidos ao redor de um grande modelo de madeira de sua própria cidade sobre cavaletes, apontando ruas que suas mãos conhecem, os elos mais fracos encontrados pelas pessoas que ali vivem.

I. Democratizando os Negócios:

Um Comitê Nacional Democrático Empresarial de cidadãos é uma forma de governança de negócios mais eficiente, prática e democrática que um controle governamental total dos meios de produção [Comunismo] por muitas razões. O fato de que os negócios estarão nas mãos de cidadãos locais, que melhor conhecem os “meandros” de seu estado, cidade e vila, respectivamente, é uma forma muito mais analítica e exata de representar as verdadeiras

necessidades contemporâneas e de ritmo acelerado que os cidadãos têm dos negócios em um estado, cidade e vila, respectivamente. Essencialmente, os cidadãos saberão quais são as necessidades de suas áreas locais muito melhor que uma única entidade nacional que está desconectada do nível local por um desenho de base. Os cidadãos locais serão muito mais diligentes em avaliar os elos mais fracos dos negócios com muito maior exatidão do que um negócio de nível nacional ou internacional jamais poderia.

Isso não significa que o governo nacional não assistirá de maneira essencial informando estes negócios de dados críticos de que possam necessitar, o governo terá a capacidade de prover dados nacionais coletivos do fluxo total de recursos em cada estado, território, cidade e vila. O governo poderá ajudar os cidadãos locais como uma equipe a determinar quais negócios estão em escassez e onde [se solicitado]. Isso se faz provendo um censo de cada cidade, isso, somado à experiência de um cidadão local de viver em sua cidade natal, criará uma estrutura de potência econômica por desenho. Portanto, dado que será muito mais fácil para um cidadão médio iniciar um negócio por este desenho, haverá múltiplos negócios menores em comparação com os grandes negócios que o mundo vê hoje, e mais pessoas estarão empregadas e entenderão como funciona um negócio, em comparação com deixar as cargas de criar negócios na sociedade a uns poucos informados. Em essência, esta é a forma mais democrática de negócios jamais desenhada.

II. Passos de um Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos

Passo I. Ganhar o Nível de Status Que Dá Direito a um Cidadão de Iniciar um Negócio Não Monetário

Uma vez que um cidadão ganhou este direito, essencialmente ganha o direito de mover os recursos do país a seu critério [dentro do razoável quanto às limitações jurídicas] para construir e fazer crescer

o país e ajudar a sociedade a funcionar com maior eficiência. Ao contrário dos negócios monetários, no coração das intenções de um dono de negócio estará melhorar a sociedade e o país em geral enquanto simultaneamente ganha mais pontos por semana sendo um dono de negócio exitoso para melhorar a si mesmo e à sua família, respectivamente.

Quantas mais transações de produtos e serviços fizer um dono de negócio no negócio não monetário, mais pontos por semana ganhará esse determinado cidadão rumo a um Nível de Status mais alto.



Um grande salão de trinta modestas mesas de guilda, cada uma disposta com as ferramentas de seu ofício, um porta-voz eleito de pé em cada mesa, e um único pergaminho de projeto de lei em branco levado dentre elas rumo às portas do Senado.

Passo II. Implicações de uma Licença de Negócio em uma Sociedade Não Monetária

Uma vez que o cidadão recebeu sua licença de negócio depois de solicitá-la [e de alcançar o determinado Nível de Status] haverá expectativas para o desempenho de seu negócio. Depois da fase de transição e/ou da fase de construção do negócio, que depende do patamar do negócio, esperar-se-á que o dono do negócio se desempenhe sob uma cota de transações. Como qualquer emprego, o negócio terá cotas, mas estas cotas virão do governo Jasutopian para Nivelar o Status de um cidadão contribuinte à *taxa* de um dono de negócio. Não cumprir uma cota resultaria em uma taxa mais lenta de Nivelamento de Status ao passo que cumprir a cota resultaria nos bônus de pontos adicionais que acarreta possuir um negócio. Estas cotas realizam-se em base semanal e são portanto microcotas por desenho. Para negócios de patamares maiores, pode haver uma estrutura diferente no desenho de cotas e bônus de pontos [tais como cotas trimestrais].

Passo III. Registro Automático no Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos

O cidadão licenciado para iniciar um negócio será registrado automaticamente no Comitê Nacional Empresarial dos Cidadãos e poderá depositar seus votos sobre questões relacionadas a matérias de negócios dentro de seu patamar.

Passo IV. Eleições dentro do Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos

As eleições são a cada 2 anos para cada posição em cada patamar. Isso garante que haja uma rotação democrática constante na liderança e que tantos donos de negócios quantos for possível tenham uma voz justa nos assuntos de negócios. Estes funcionários eleitos são mais propensos a que suas vozes sejam ouvidas que outros membros do Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos [como qualquer posição de funcionário eleito], mas isso não significa que os outros membros não tenham voz. Se há uma

questão que um não funcionário deseja levantar, está em seu direito de realizar quaisquer meios civis para que sua voz seja ouvida, tal como solicitar reuniões formais com os funcionários eleitos ou com seus assistentes.

Passo V. Votação sobre Questões

Os funcionários eleitos têm numerosas maneiras quando se trata de formar uma questão para passá-la ao corpo legislativo [diretamente ao Senado]. Podem escrever independentemente qualquer projeto de lei que tenham pensado para processá-lo a votação ou recolher pesquisas das questões mais levantadas pelos milhões de donos de negócios para processá-las a votação. O método de votação pode alcançar-se usando o mesmo sistema de votação que se usa na eleição Tri-Presidencial, já que este será o meio de votação mais seguro até a data. No entanto, se um método indubitavelmente mais seguro for criado, pode ou não ser atualizado por um voto direto dos cidadãos.

Argumento VII. A Transição De um País Já Estabelecido com Pessoas de Diferentes Idades e Níveis de Experiência de Trabalho para um País Jasutopian Não Monetário de Níveis de Status



A liquidação de seis meses: cidadãos trocando suas últimas moedas por luxos em bancas ao crepúsculo enquanto os escrivães guardam em silêncio os caixas atrás deles.

Pelo presente, proveem-se diretrizes arbitrárias dos anos um a quatro da primeira Tri-Presidência. Este argumento serve mais como um guia do que como uma medida obrigatória do êxito da primeira Tri-Presidência. A primeira eleição de Tri-Presidentes assistirá com a Autoridade Legislativa e a Autoridade Judiciária na transição juntos,

como uma equipe. O primeiro ano de Eleições provavelmente usará um sistema de votação temporário, estabelecido explicitamente dentro do país, até que os programas do sistema de votação apropriado e as urnas estejam operantes. A fase de transição será uma das tarefas mais desafiadoras para um gabinete de Tri-Presidentes jamais vista, os cidadãos devem ser muito diligentes em fazer esforços por eleger os líderes mais analíticos e de mente mais aguda acima de um líder com força bruta, explicitamente para esta eleição.

I. Ano Um, Colocação de Níveis de Status; I.D. Nacionais/ Sistemas de Registro de Recursos; Estabelecimento do Sistema Não Monetário; Construção de Moradia de Nível Padrão

Um período de tempo será dedicado a montar Exames de Colocação de Nível padronizados nacionalmente para o sistema de Níveis de Status. O procedimento para os exames de colocação será que todo aquele que deseje fazer um exame de colocação, para uma oportunidade de ganhar um Nível de Status mais alto ao fim do ano um, terá de apresentar-se nos edifícios governamentais formalmente estabelecidos, escolas secundárias, universidades e estádios para fazer um exame supervisionado presencialmente durante um período fixo de seis meses de disponibilidade para fazê-lo [para a primeira leva] a fim de compensar a falta temporária de infraestrutura. Depois, qualquer um que deseje refazer o exame deve esperar até depois da marca do sexto mês, para repetir o processo, com um total estrito de duas possíveis oportunidades de exame outorgadas. Qualquer cidadão que nunca tenha feito o exame pode fazê-lo pela primeira vez em qualquer momento, mas se fizer o exame depois da primeira marca de seis meses então, só tem uma única oportunidade de fazer o exame. A nota mais alta dos dois exames será a nota oficial que um cidadão receba.

A avaliação do exame de um cidadão, em combinação com uma quantidade comprovável de trabalho passado prévio, e as horas e transações realizadas no ano um de um país Jasutopian, fixará os padrões para a colocação de Nível de Status de todos os cidadãos em um País Jasutopian, idealmente ao fim do ano um ou dois. Durante este tempo, o trabalho normal e outras atividades retomam-se.

Além disso, as I.D. Nacionais que estão equipadas com o software do Sistema de Registro de Recursos serão produzidas e distribuídas a todos os cidadãos. Em adição, o hardware do sistema de registro de recursos será estabelecido em todos os negócios legais.

Até que as tecnologias de I.D. Nacional e do sistema de Registro de Recursos estejam estabelecidas, os Cidadãos terão a opção de montar um registro em papel de Nível de Status com seu empregador, este registro há de assentar o tipo de emprego, as horas semanais trabalhadas e o número de transações realizadas se aplicável. Este processo será monitorado caso um empregado tente falsificar o número de horas com o propósito de obter um Nível de Status mais alto ao fim do ano. Com isso estabelecido, cada cidadão está obrigado a trabalhar suas horas obrigatórias como se declara nos Artigos de Lei para seu grupo etário se não estiver na universidade. Os estudantes universitários devem solicitar um Documento de Isenção de Trabalho por seu tempo na universidade com base em suas horas de crédito atuais. Os negócios serão encorajados a registrar o número correto de horas porque isso provê mais trabalho para seu negócio. Por exemplo, se um determinado cidadão tem vinte e seis anos e nunca foi à universidade então, pode estar obrigado a trabalhar quarenta horas semanais enquanto estiver empregado. Esta informação será enviada ao corpo governamental apropriado mensalmente para seu registro até que a tecnologia de I.D. Nacional e do sistema de registro de recursos esteja oficialmente estabelecida. Em uma data determinada, idealmente ao fim do

primeiro ano, todos os cidadãos receberão seu primeiro Nível de Status oficial com base em seus exames, sua experiência de trabalho prévia comprovável anterior ao Jasutopianism e seu total de horas trabalhadas e transações realizadas no ano um de Jasutopia (Ou outro nome de país determinado).

II. Ano um, Disseminação de Recursos

Desde o momento em que um país Jasutopian é declarado, todos os alimentos essenciais, a água potável, a moradia de nível padrão, os serviços e a educação serão gratuitos para todos os cidadãos Jasutopian. Com isso estabelecido, devido ao país estar em uma fase de transição, a distribuição destes recursos será estreitamente monitorada até que o sistema de Níveis de Status seja plenamente funcional. Exortar-se-á os cidadãos a manter fé e paciência nos líderes recém-eleitos do País Jasutopian.

III. Ano Um, Retirando o Dinheiro de Circulação

Desde o momento em que um País Jasutopian fica estabelecido, haverá um período de seis meses para que os cidadãos e os negócios usem seu dinheiro explicitamente em artigos de luxo não essenciais, terra ou para comprar recursos estrangeiros, devido a que os artigos essenciais do **Artigo de Lei I** se consideram gratuitos para todos os cidadãos trabalhadores. Estes recursos podem usar-se depois pelos donos de negócios para estabelecer seu primeiro negócio Jasutopian, se assim o escolherem. Um cidadão não pode usar seu dinheiro para comprar um Nível de Status mais alto ao fim do primeiro ano, e o governo não teria incentivo para permiti-lo, pois o dinheiro já não terá valor.

VI. Construção de Moradia de Nível Padrão

O primeiro ano de moradia será o mais peculiar dos tempos [como se espera]. Todos os cidadãos que já possuem uma casa têm, naturalmente, o direito de ficar em sua casa sem pressão alguma de

mudar-se para a moradia de nível padrão se seu Nível de Status assim o justificar. Os cidadãos que atualmente alugam uma casa terão a autoridade legal de permanecer nessa casa durante o primeiro ano, enquanto os sistemas monetários são deslocados e a moradia padrão é desenvolvida.

Qualquer locador que alugue uma casa sem intenção alguma de jamais viver nessa casa de aluguel tem a opção, mas não está legalmente obrigado, de trocar a casa de aluguel ao governo em troca de um impulso de Nível de Status ou outro incentivo igual que possa ser estabelecido pelo governo Jasutopian para enfrentar a escassez temporária de moradia de nível padrão que possa desenvolver-se no curto prazo.



Um amplo friso em quatro faixas: exames e cartões na luz da primavera, levantamentos de recursos no verão, pranchas estrangeiras e recém-chegados no outono, e a eleição julgada sob lâmpadas de inverno, a transição inteira como um só ano que gira.

A produção de moradia de nível padrão começará de imediato, no entanto, este será um esforço contínuo que compreensivelmente durará até depois da primeira Tri-Presidência. As medições e ditames do que define uma casa como de “nível padrão” devem ser estabelecidos por cada estado e território dentro dos primeiros 6 meses, respectivamente.

V. Ano Dois, Estabelecendo o Valor dos Recursos

Cada estado e território hão de tentar prover ao governo nacional uma quantidade apropriadamente levantada de cada matéria-prima e outro recurso que tenham disponível dentro de seu estado ou território, seja extraído ou não extraído, que esteja dentro de um alcance acessível. Com estes valores, a Autoridade Legislativa usará a fórmula provida no **Argumento I** para criar o valor relativo de cada recurso para propósitos de transação, e para prover também os valores relativos do conjunto de recursos de cada estado ou território. Os dados coletados pelo governo nacional com estes levantamentos ajudarão a informar todos os donos de negócios do que carece seu estado ou território, onde poderiam encontrar recursos dentro do país, e também o valor relativo em recursos de cada determinado estado ou território.

VI. Ano Dois, Construindo os Negócios Essenciais para o Jasutopianism

Embora o governo Jasutopian tenha pouco ou nenhum controle legal sobre os meios de produção dos negócios privados. No ano dois, idealmente, o governo Jasutopian estará assistindo e divulgando para que cidadãos voluntários se tornem donos de negócios do setor privado dos primeiros negócios que são essenciais no Jasutopianism, tais como o desenvolvimento do software e hardware de votação apropriados. O governo Jasutopian proverá incentivos de arranque de negócios por assistir em negócios cruciais para o estabelecimento do País Jasutopian, isso inclui mas não se

limita a, incentivos de Nível de Status e concessões de terra. Após o que, o governo já não interferirá salvo para prover seus papéis tradicionais e outra assistência onde for solicitada.

Ano Dois, Estabelecendo Relações Internacionais de Negócios

Depois que os negócios Jasutopian tiverem sido montados e continuem montando-se, pode ou não haver oportunidade no terceiro ano de Jasutopia de montar “Parcerias Empresariais por Filial.” Durante este tempo, o governo Jasutopian deve prover as ferramentas apropriadas aos negócios para que conduzam transações internacionais. Em que, todas as transações devem registrar-se usando o cartão de I.D. Nacional para o cidadão dono de negócio e um dono de negócio não cidadão usará um Cartão de Negócios de Não Cidadão, estes dois cartões hão de usar-se uniformemente no Sistema de Registro de Cartões para que o governo Jasutopian mantenha o rastreio de todos os recursos e transações.

Ano Três, Aceitando Não Cidadãos para Vistos de Trabalho e Não Cidadãos para um Caminho à Cidadania

Depois que os aspectos mais elementares de estabelecer um país Jasutopian estiverem terminados, Jasutopia pode começar a divulgar aos não cidadãos um caminho à cidadania ou um caminho a um padrão de vida mais alto, em que, os **Artigos de Lei I** aplicam-se aos não cidadãos trabalhadores registrados.

Durante este tempo, um não cidadão que solicite um caminho à cidadania proverá os documentos necessários para fazê-lo. Após o que, dentro de um prazo de quatro meses, se esse não cidadão tiver obtido um emprego seja buscando em linha desde seu país de origem, ou pedindo à embaixada assistência de busca de emprego, esse não cidadão pode entrar no país e receber seu cartão de I.D. de Não Cidadão se um emprego estiver assegurado. Desde que esse não

cidadão mantenha o emprego, tem direito a todos os privilégios do Artigo de Lei I como residente legal não cidadão. Depois de um período de 5 anos de estadia mantendo o emprego, esse residente não cidadão ganhou o direito de tornar-se Cidadão.

Os não cidadãos que desejem entrar *unicamente com um visto de trabalho* devem prover todos os documentos necessários para fazê-lo, e dentro de quatro meses devem buscar um emprego em linha ou buscar assistência de emprego na embaixada. Após o que, dentro de um prazo de quatro meses, se esse não cidadão tiver obtido um emprego, pode entrar no país e receber seu cartão temporário de I.D. de Não Cidadão, o qual está fixado para expirar depois de um período de seis meses e é renovável presencialmente na embaixada de seu respectivo estado ou território.

Qualquer não cidadão, seja que busque um caminho à cidadania ou esteja com um visto temporário de trabalho, que perca seu emprego deve obter emprego de imediato dentro de trinta dias ou arriscar a deportação e a desativação permanente do cartão de I.D. de não cidadão. Toda a informação de emprego está conectada diretamente a seus cartões de I.D. de não cidadão, e com o desemprego, esses cartões de I.D. de não cidadão desativar-se-ão depois de trinta dias. Se não puderem encontrar emprego, devem ir à embaixada de imediato para buscar assistência de emprego.

IX. Ano Quatro, Preparando a Transição rumo à Seguinte Tri-Presidência ou a uma Continuação da Mesma

Neste momento, será claro para os cidadãos Jasutopian medir o êxito do primeiro gabinete da Tri-Presidência, no qual, a reeleição será determinada unicamente pela transição exitosa do país Jasutopian. Durante este tempo, haverá muitos partidos opositores oferecendo novas ideias, de diferentes perspectivas, e seria sábio que os cidadãos Jasutopian considerassem todas as suas opções. Pois esta será a primeira eleição de um Tri-Presidente que usa o protocolo do

sistema de votação apropriado [se o protocolo do sistema de votação apropriado se estabelecer exitosamente a tempo para a primeira eleição dos Tri-Presidentes].

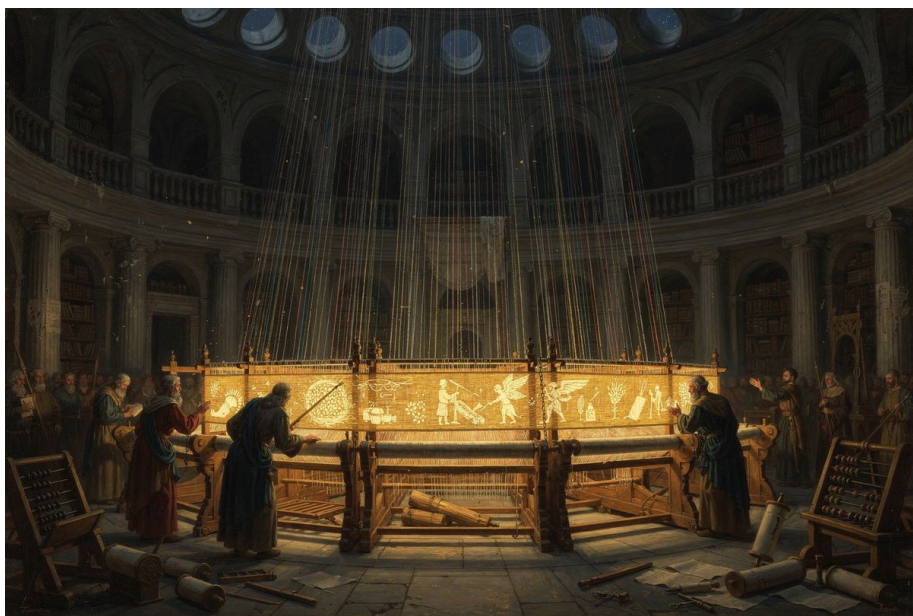
Argumento VIII. Como Funciona o Sistema Nacional de Registro de I.D.?



Uma criança de seis anos recebendo sua primeira I.D. Nacional em um balcão, ficando na ponta dos pés para tocá-la ao pedestal enquanto o lojista sorri, um sistema aprendido para a vida toda.

O sistema Nacional de registro de I.D. terá duas funções primárias. A primeira função primária de uma I.D. Nacional é prover uma forma superior de identificação entre estados ou territórios que seja plenamente reconhecível sem importar onde um cidadão esteja em um país Jasutopian. A segunda função de uma I.D. Nacional é o “Sistema de Registro.” O sistema de registro é um meio para rastrear e verificar todas as transações de recursos dentro de um país Jasutopian. Este é um meio para prover um censo oficial em tempo real dos recursos disponíveis e dos recursos de que se possa necessitar. Em adição, também provê informação sobre onde certos recursos podem estar escasseando em certos estados ou territórios,

em que, os negócios poderiam usar estes dados para ajudar o país a conduzir transações de negócios onde haja necessidade. Além disso, isso também se usaria para uma determinação apropriada do valor dos recursos em determinados estados e territórios por parte do governo. O governo realizaria a determinação do valor de cada recurso via o processo mencionado no **Argumento I** com a assistência do sistema de registro para determinar a quantidade de recursos.



Dentro de uma grande cúpula de arquivo, fios de luz que caem de cada mercado do país tecem uma tapeçaria viva dos bens da nação, o censo acontecendo por si só, momento a momento.

Quando uma transação é conduzida, um dono de negócio ou empregado passará seu cartão de I.D. Nacional pela máquina ao mesmo tempo que o cidadão o faz, isso então, registrará a transferência de recursos ou produto acabado a um cidadão por parte da companhia, então, o dono do negócio e o empregado poderão receber crédito por essa transação, o qual depois se transforma em

pontos por semana rumo a um Nível de Status para o dono do negócio [e o empregado que realizou a transação].

Quando a transação de recursos diretos se comercia entre negócios, as I.D. Nacionais também se usarão da mesma maneira. Os artigos serão trocados em mão, e formalmente passados via o mesmo processo de acima. Um negócio de um país estrangeiro deve adaptar-se ao sistema e retirar um cartão de I.D. do Sistema de Registro de Não Cidadão para que um cidadão comercie recursos. Os cidadãos que conduzam comércios ilegais podem rastrear-se via perdas ou ganhos inexplicados em seus recursos, e transações inexplicadas em que estão conduzindo mais transações de recursos do que têm registradas no sistema. Outras detecções do sistema de comércio estarão dispostas para assegurar que todo comércio conduzido seja comércio legal. *Isso pode também pôr fim ao comércio generalizado de drogas em um país Jasutopian, ou ao menos desferir-lhe um duro golpe.*

Argumento IX. Como um País Jasutopian Tem Zero Impostos?



Uma velha repartição de impostos de pé, fechada e coberta de hera em uma rua de mercado próspera, os cidadãos passando sem um olhar, a instituição deixada às trepadeiras.

O governo Jasutopian não usa um sistema monetário, portanto, não há valores que se constituam como impostos. Dito isso, esta forma de governo dependerá fortemente dos negócios de livre mercado dos cidadãos Jasutopian. O governo será encorajado a prover dados do sistema de registro aos negócios Jasutopian do setor privado para assegurar que as necessidades da sociedade se cumpram onde for preciso, mas também que seus cidadãos vivam a vida da mais alta qualidade possível com base nos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism.

O governo buscará em troca recursos primários ou processados das transações de negócios e através de negociações

com negócios estrangeiros até que o país Jasutopian tenha estabelecido uma sociedade de recursos totalmente renováveis. Os impostos de recursos nunca serão solicitados diretamente aos cidadãos Jasutopian que não estejam operando ativamente um negócio. Como resultado, o acesso ao luxo é regulado através do Nivelamento de Status. À medida que os recursos renováveis aumentam, os benefícios de Nível de Status aumentam, e as precauções das regulações governamentais de Nível de Status diminuirão com o tempo até que a meta de um país funcional de recursos 100% renováveis fique estabelecida: a Utopia Total.



Uma cidade de um futuro distante alimentada por captadores solares muito acima, seus feixes caindo sobre pratos receptores nas colinas, a abundância fluindo livremente, e a repartição do regulador de recursos fechando para sempre, seu guardião pendurando as chaves com um sorriso.

Argumento X. Como um País Jasutopian Mantém Seu Exército?



Dia trimestral de suprimento: carroças de grão, tecido e aço rolando das oficinas dos cidadãos para o pátio de uma fortaleza enquanto os intendentes registram cada entrega em pedestais de cartões, um exército abastecido pelo comércio, não pela moeda.

O exército receberia recursos da mesma maneira em que uma entidade de negócios receberia recursos, exceto que conduzido como uma entidade [de negócios] governamental oficial ou “ramo militar.” Os membros do exército também ganhariam pontos rumo ao Nivelamento de Status como os demais cidadãos Jasutopian, em que, estes Níveis de Status ganhos pelos membros do exército são inteiramente separados das funções da patente e do título militar. Os ramos militares também receberiam recursos na forma de subvenções governamentais trimestrais para assegurar a proteção e a longevidade do país Jasutopian. Estas subvenções provêm

diretamente dos negócios Jasutopian e de outra aquisição governamental de recursos.



Um soldado pendurando o uniforme ao fim do dia e pressionando uma gasta I.D. Nacional contra o pedestal do quartel como qualquer trabalhador, o cidadão dentro do soldado seguindo sua ascensão.

Argumento XI. Como as Pessoas Vão Querer Trabalhar Sem Dinheiro?



Uma família recém-chegada descendo do barco e recebendo, em uma só mesa do cais, tanto ferramentas de trabalho quanto a cesta de rações, para fora da pobreza no primeiro dia, pelo trabalho.

O dinheiro é um sistema portador de energia e o sistema de Níveis de Status é também um sistema portador de energia singular. O trabalho conduzido em um país Jasutopian não é “trabalho gratuito” nem escravidão. Os cidadãos Jasutopian estão ganhando incentivos por estar trabalhando e por continuar trabalhando. O incentivo de estar trabalhando é que os cidadãos Jasutopian terão acesso imediato a alimentos essenciais, água potável, cuidados de saúde, moradia de nível padrão, educação e serviços gratuitos. Cada cidadão contribuinte e não cidadão registrado em um país Jasutopian terá acesso a todos estes privilégios. Dito isso, há incentivos

singulares tanto para cidadãos quanto para não cidadãos para continuar trabalhando com ambição em um país Jasutopian.



Uma arcada ascendente de luxos, mobiliário fino, depois carruagens, depois grandes casas, e no topo uma única porta de negócio com sua chave pendurada pronta, os cidadãos escalando cada um em seu próprio ritmo.

Os cidadãos Jasutopian têm o direito ao Nível de Status. O Nivelamento de Status em um país Jasutopian significa que os cidadãos ganham acesso a luxos não essenciais mais altos; moradia maior, melhores carros, melhor mobiliário, artigos materiais de gama mais alta, o direito de iniciar um negócio, &c. Uma vez que o Nível de Status é alcançado, um cidadão Jasutopian tem todos os direitos aos artigos e incentivos incluídos nesse determinado Nível de Status. Isso pode fazer-se de tal maneira que um cidadão Jasutopian possa permanecer ambicioso até a idade de aposentadoria.

Para alguns não cidadãos registrados, simplesmente trabalhar em um país Jasutopian significa que já não continuarão vivendo na

pobreza do país do qual previamente fugiram, porque teriam acesso ao **Artigo de Lei 1** . No entanto, pode também significar um caminho à cidadania com respeito aos não cidadãos registrados que estão em processo de ganhar a cidadania. Os benefícios da cidadania significam que um indivíduo pode ganhar o direito ao Nível de Status e com o tempo iniciar seu próprio negócio se assim o escolher.

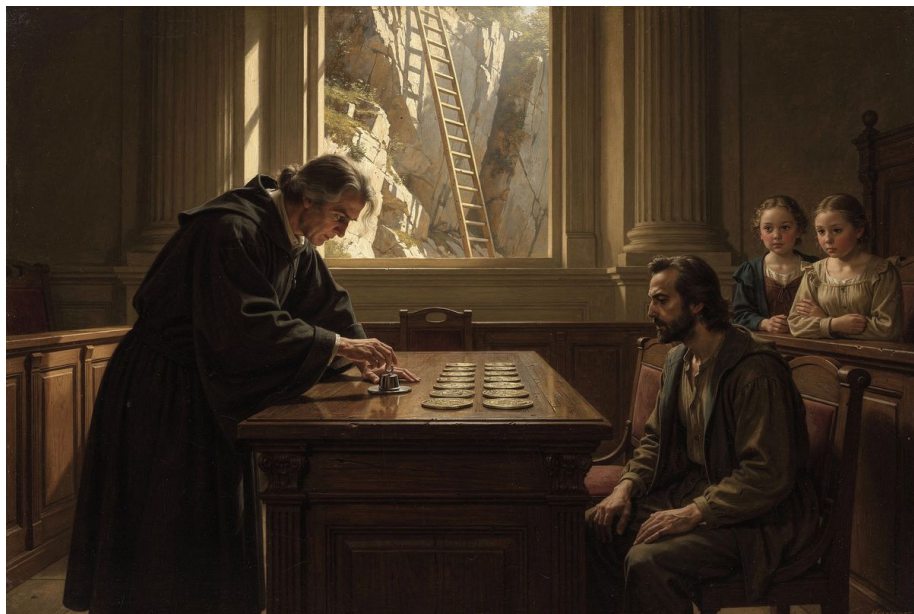
Argumento XII. Como Funciona em Detalhe o Sistema de Pontos e Nivelamento de Status?



Uma grande arcada de portões sucessivos, cada um mais rico que o anterior, os cidadãos apresentando medalhões em seu próprio portão, e no primeiro portão um jovem de dezoito anos recebendo as chaves de um modesto primeiro automóvel.

Cada cidadão tem o direito ao Nível de Status. O propósito do Nivelamento de Status é prover luxo não essencial pelo trabalho, porque todos os requisitos essenciais da vida estão cobertos sob o princípio de que o determinado cidadão, e cada cidadão maior de 18 anos que não esteja na universidade, está trabalhando. Geralmente, o Nivelamento de Status manter-se-á no ritmo de certos marcos de idade. Por exemplo, na idade de 16-18, um cidadão normalmente já dirige a esta altura, portanto, se estiver realizando seu trabalho nesta idade de maneira moderadamente aceitável [bom trabalho na escola

e trabalhando quando disponível], este cidadão deveria desbloquear o Nível de Status para ganhar uma transação por um automóvel de patamar um.



Um tribunal onde o juiz coloca um só pequeno peso medido junto aos medalhões ganhos de um condenado em lugar de varrê-los da mesa, a escada atrás do condenado visivelmente intacta.

Onde há artigos com níveis variáveis de qualidade, por exemplo, moradia de qualidade diferente, carros de qualidade diferente, &c., haverá “patamares.” Os patamares representam o nível de luxo que um determinado cidadão desbloqueia. Por exemplo, o Patamar um é o patamar mais baixo, e os patamares poderiam ser numerosos, no sentido de que há muitos níveis [de qualidade] do mesmo artigo para desbloquear-se em Níveis de Status variáveis. Por exemplo, poderia haver um automóvel de patamar um desbloqueado no nível cinco, um de patamar dois desbloqueado no nível quinze, &c. Os Níveis de Status serão 1-(Z), em que, em cada nível pode haver informação de artigos desbloqueados em cada área

e informação sobre qual patamar de um artigo determinado está desbloqueado. Todos os artigos ganhos em um Nível de Status são propriedade do cidadão uma vez reclamados via uma transação, isso inclui mas não se limita a, moradia, carros, &c. Se um cidadão é rebaixado um Nível de Status [por uma condenação de um crime ou insubordinação laboral], esse cidadão pode reter seus artigos de nível de status previamente adquiridos mas terá de renivelar para avançar.

Há também certos artigos que não são nem artigos essenciais nem artigos de luxo não essenciais. Tais como, o Direito de Iniciar um Negócio. Este há de desbloquear-se tipicamente no momento em que um cidadão alcança a idade de vinte e cinco anos com seu nível correspondente, idealmente. Se um cidadão conduziu tudo corretamente na vida; que tenha terminado a universidade e esteja trabalhando há 4 anos sem antecedentes criminais, ou que tenha estado na universidade por 8 anos sem antecedentes criminais maiores: a esta altura, terá desbloqueado o direito de iniciar um negócio [o que será por volta da idade de vinte e três a vinte e seis anos idealmente]. Se os Níveis de Status não estiverem sendo conduzidos desta maneira então, poderia haver um problema de calibração no sistema de Nivelamento de Status, em cujo caso, simplesmente necessita ser reajustado pela Autoridade Legislativa [explicitamente um poder do Senado], em que, este ajuste passará depois através da Autoridade Executiva e da Autoridade Judiciária, respectivamente.

Se há uma condenação criminal, os pontos deduzidos de um Nível de Status serão iguais ou menores à duração da pena, mas não mais. Por exemplo, se um cidadão é sentenciado a um ano de prisão, pode estar sujeito a até o valor de um ano de pontos em uma dedução de Nível de Status com base na taxa de pontos por semana a que trabalhava em seu emprego prévio ou na taxa que ganhava por semana enquanto estava na universidade. No entanto, este é o máximo absoluto de deduções possível. Alternativamente, pode

haver instâncias onde 0 pontos sejam deduzidos a critério do Juiz. Isso é para assegurar que um Número Excessivo de pontos por semana e Níveis não sejam deduzidos do Nível de Status de um cidadão por um crime menor, destruindo sua vontade e ambição de prosperar construtivamente na sociedade.

Argumento XIII. Como um País Jasutopian Tem o Potencial de Tornar-se o Maior País Manufatureiro do Mundo?



Um artesão antes pobre abrindo de par em par as portas de sua primeira oficina própria ao amanhecer, enfeitado pelos vizinhos, o belo sonho de ser um provedor dentro da sociedade, chegou enfim.

Em um país Jasutopian, pode haver um auge industrial adicional. Isso se deve ao fato de que iniciar um negócio como Cidadão Jasutopian não terá custo algum para um Cidadão Jasutopian, apenas que alcance um certo Nível de Status. Isso encorajará um mercado novo e inédito na criatividade de negócios que nunca antes se experimentou. Isso se deve ao fato de que os muitos cenários onde os cidadãos desfavorecidos do mundo não podiam ter a liberdade de expressar suas ideias e prover uma

plataforma construtiva para a sociedade devido a limitações econômicas mudarão. Uma vez em um país Jasutopian, a oportunidade de viver esse belo sonho de ser um provedor dentro da sociedade [ou outro sonho] e de possuir seu próprio negócio, ser pai ou mãe, ou outra autorrealização, estará certamente ao alcance.



Um grande porto na hora dourada, navios carregados abrindo-se em leque rumo a cada horizonte desde um só porto radiante, suas esteiras estendendo-se como os raios de uma roda.

Além disso, aos olhos dos negócios estrangeiros e dos mercados estrangeiros, estender uma filial de seu negócio em um país Jasutopian chega-lhes quase sem custo algum. Os negócios estarão fazendo muitos investimentos de longo prazo ao acrescentar uma filial manufatureira de seus negócios a um país Jasutopian. Isso por sua vez, proverá a um país Jasutopian recursos e outras oportunidades providas no **Argumento 1** . Com isso, os cidadãos de um país Jasutopian poderão ter trabalho, receber seus privilégios do **Artigo de Lei 1** e Nivelar seu Status para melhorar-se.

Como resultado, que um país Jasutopian se torne o maior fabricante do mundo também significará que um país Jasutopian se tornará o “Provedor” do mundo. Isso é algo bom, porque o mundo tornar-se-á interdependente com um país Jasutopian, isso pavimenta o caminho para acordos internacionais mais perfeitos e construtivos e para promover a paz através do interesse econômico e de outros interesses compartilhados.

Argumento XIV. Por Que É o Estabelecimento do Jasutopianism uma Ideia Útil para uma Nação de Pessoas Cujo País Já Tem uma Dívida Nacional Alta?



Líderes pousando as mãos sobre um pergaminho luminoso em branco sobre um plinto enquanto as notas do velho tesouro voam como folhas de outono escada abaixo.

Com respeito às políticas monetárias, às leis e às dívidas nacionais de certos países; se o governo de um determinado país [hipoteticamente] concede o poder a um sistema de governança Jasutopianism e estabelece um novo governo e uma declaração de novo País, isso pode atuar como um Botão de Reinício para toda a dívida nacional previamente acumulada sob uma formação [hipotética] de um novo país. Sob um novo sistema não monetário,

uma nova política, novos funcionários eleitos, um novo país; esse novo país Jasutopian não há de ser responsável pelas dívidas e decisões monetárias de um país e sistema político prévios do passado, no qual, as decisões desse país prévio estão injustamente fora da autoridade e do controle dos povos recém-estabelecidos e do País Jasutopian recém-estabelecido. O único inconveniente possível desta política é que os países estrangeiros que conduziram comércio com o país prévio antes da chegada de um país Jasutopian podem não reconhecer isso internacionalmente. No entanto, pode ou não estar dentro dos melhores interesses do país Jasutopian e do país estrangeiro que conduziu comércio com o país anterior alcançar um acordo ou entendimento a tempo, um que funcione para o benefício imediato de ambas as partes em lugar de ser uma forma continuada de endividamento para o país Jasutopian recém-estabelecido.

Além disso, pode também argumentar-se [Hipoteticamente] que em adição a estas reivindicações, na Concessão Formal do poder governamental a um sistema e estabelecimento governamental Jasutopianism, pode reivindicar-se que este governo inédito não representa afiliação alguma com o governo anterior nem com suas políticas, dívidas ou leis do mesmo. Como resultado, isso pode servir como uma rota rumo à liberdade financeira neste Governo e País Jasutopian recém-estabelecidos.



Cidadãos alimentando o forno fundador com as velhas correntes da dívida, e do mesmo vazamento, fundindo o sino e o arado do novo país.

Argumento XV. É Ruim Se Outros Países Adotassem Este Método de Governança?



Os portos de dois países defrontando-se através de um estreito, navios cruzando-se a meia água em cortesia especular, carga por carga, comércio entre iguais que compartilham um mesmo sistema.

Não, se outros países adotassem os Três Princípios Fundadores do país Jasutopian e o formato do sistema não monetário, isso não teria um impacto negativo. De fato, idealmente, se outros países adotassem os princípios do Jasutopianism e o sistema não monetário então, seria do mais alto benefício para os dois países. Isso significaria um parceiro comercial que pode reconhecer-se no mesmo nível que dois cidadãos donos de negócios conduzindo comércio, em lugar de um dono de negócio Jasutopian

conduzindo negócios com um dono de negócio estrangeiro que usa um sistema monetário.

Pode haver uma competição de capacidades manufatureiras entre os dois países, mas isso se atenua pelo fato de que ambos os países podem compartilhar uma transferência mais fluida dos recursos necessários para assistir o crescimento dos dois países Jasutopianist. Seria mais benéfico para dois países Jasutopian conduzir comércio comparado com um país Jasutopian e um país monetário estrangeiro [em alguns respeitos] porque então, os dois países Jasutopian podem conduzir trocas em transferências diretas de recursos sem requisito nem oferecimento de trabalho. Além disso, se este outro país adotasse os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism, isso significaria paz afirmada através das coincidências ideológicas.



Oficiais de dois exércitos depondo juntos suas espadas sobre um altar compartilhado de grão disposto entre os dois acampamentos, os princípios comuns dissolvendo a necessidade delas.

Argumento XVI. Racionalizando os Artigos das Três Autoridades de Governança



Um anfiteatro vasto além de todo horizonte, cheio de cidadãos cada um erguendo uma pequena luz como voto; em seu centro distante, a diminuta mesa do Senado onde o projeto de lei nasceu.

Resumo

As Três Autoridades de Governança servem como a entidade governamental primária. O propósito das Três Autoridades de Governança é criar as leis nacionais, executar a lei nacional e julgar a lei nacional com base em sua correspondência com os Três Princípios do Jasutopianism, os Artigos de Lei e os Artigos de Organização Societal, assim como levar a cabo todas as demais funções necessárias da governança.

Autoridade Legislativa

A Autoridade Legislativa criará leis que melhorem continuamente os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism, isso há de ser a lei mais alta acima de todas as demais, para depois corresponder com os Artigos de Lei e por fim com a vontade contemporânea dos cidadãos Jasutopian, respectivamente, nesta ordem. A Autoridade Legislativa consiste em duas câmaras em Forma Inédita: O Senado e Os Cidadãos.

I. O Senado

A Câmara do Senado consistirá em 5 Senadores por estado ou território. Os Senadores baseiam-se na igualdade geográfica de cada estado ou território. O Jasutopianism afirma que, embora seja importante representar a maioria nos estados ou territórios grandes, deve haver uma lupa sobre os possíveis estados ou territórios pequenos sub-representados, simplesmente porque as vozes dos estados e territórios maiores *sempre rugirão mais alto nos salões do discurso político* como a história pode atestar. Devido a que cada estado ou território tem um número igual de representantes, o Jasutopianism está garantindo que cada membro, como em uma união internacional, tenha representação geográfica igual, sem importar quão grande ou pequeno seja. Esta é a única maneira Verdadeira de garantir a Estabilidade Geopolítica e a Igualdade Geopolítica no longo prazo. A função principal do Senado é escrever as leis que serão votadas na Segunda câmara dos Cidadãos.

Com isso estabelecido, como medida precautória, deve fixar-se que, uma vez que um estado ou território se une com sua representação, não pode em nenhum ponto do futuro dividir-se em partes menores e esperar dois conjuntos de 5 representantes cada um. Em tais cenários improváveis, os 5 representantes serão divididos entre as novas partes divididas ou, a Autoridade Legislativa não reconhecerá formalmente sua divisão como consequência de tais

ações. Esta é uma verificação e um equilíbrio óbvios para assegurar que os estados ou territórios não tentem estrategicamente dividir seu território por mais poder político geográfico e representação em uma determinada porção de terra.



Os juízes da Corte Última de pé ombro a ombro nas escadarias da corte, as togas ao vento, colocados exatamente entre uma sombra que avança e a cidade iluminada atrás deles.

II. A Câmara dos Cidadãos

A Câmara dos Cidadãos é uma Câmara Inédita da Autoridade Legislativa que está Evoluída para o futuro de uma Democracia Civil e Globalizada. A Câmara dos Cidadãos está representada por Qualquer Cidadão maior de 18 anos que não tenha antecedentes criminais de Felonia [ou equivalente]. A câmara dos Cidadãos será pelas centenas de milhões, ou mais. Qualquer cidadão que deseje votar sobre qualquer projeto de lei dado [o qual é criado inicialmente pela Câmara do Senado] antes que esse projeto passe à Autoridade Executiva pode fazê-lo no Horário de Votação programado, em linha

ou nas urnas de votação. A segunda Câmara dos Cidadãos representa o aspecto mais elementar da Democratização do Governo de tal maneira que pode representar a Vontade das populações maiores dos cidadãos do futuro e também a Democracia Global de uma União Supranacional. Esta Câmara Legislativa dos Cidadãos é Inevitável ou o mundo verá uma realidade onde com o tempo se destrói a si mesmo em uma Guerra Final porque o mundo nunca alcançou uma União Supranacional Democrática.

A Câmara dos Cidadãos representa o Fim de Jogo para a Democracia. É a máxima “Vontade do Povo”, é o *Destino da Democracia*. Imagine-se um mundo hipotético, onde há mais de 20+ bilhões de pessoas, se os padrões de hoje continuassem, 19.5 bilhões não teriam uma Voz Verdadeira no governo, se a Câmara dos Cidadãos não se estabelecer a seu devido tempo então, o Comunismo [ou outras formas totalitárias de domínio] tem a Certeza de apoderar-se lentamente do mundo à medida que a população aumenta e o poder político dos cidadãos per capita se dispersa tão fino até que uma eventual reação violenta por parte dos cidadãos tome lugar, em escala massiva.

Só há dois futuros de uma União Supranacional Global: o Controle Ditatorial Total de Toda a Realidade [União Supranacional Ditatorial] ou uma Autoridade Legislativa Democrática com uma Câmara Global dos Cidadãos [União Supranacional Democrática]. Escolha-se um desses dois, porque a terceira opção é o Fim Inevitável da Humanidade em tensões escalonantes de guerra devidas à Cobiça de Recursos e ao afinamento do poder político dos cidadãos per capita.

III. Autoridade Executiva

A Autoridade Executiva executará a lei. A Autoridade Executiva será encabeçada pelos Tri-Presidentes como o gabinete mais alto. Os membros do gabinete dos Tri-Presidentes hão de

compartilhar, com igual poder e igual representação, todos os poderes do gabinete de um Presidente. Todas as decisões de um Presidente hão de tomar-se em um voto de 3/3, todos a favor, pelos Tri-Presidentes. Cada Tri-Presidente há de ser referido individualmente como Senhor ou Senhora Presidente. A racionalização por trás dos Tri-Presidentes comparados com um Presidente único [unitário] convencional é que há três indivíduos do mesmo partido e da mesma patente que estão trabalhando juntos como uma equipe para tomar decisões mais sábias e construtivas. A filosofia por trás de três membros da mesma patente criará uma dinâmica singular em que não há membro mais verdadeiramente igual para dar retorno construtivo que um membro do mesmo gabinete, com os mesmos poderes, e em que nenhuma decisão pode tomar-se sem um acordo uniforme. Esta é uma dinâmica que nem sequer um Vice-Presidente pode alcançar porque, ao fim de todo o discurso, o Presidente, não o Vice-Presidente, teria a decisão final sobre os poderes não especificamente delegados ao Vice-Presidente. Ademais, isso evitaria que um só Presidente tome qualquer decisão espontânea irracional sem o retorno necessário e um voto de 3/3, todos a favor, dos três Tri-Presidentes.

IV. Autoridade Judiciária

A Autoridade Judiciária está investida através da Corte Última. A Corte Última representa uma corte de nível nacional, que é a corte mais alta, superior a todas as demais cortes estaduais ou territoriais. A Corte Última serve como uma verificação e um equilíbrio à Autoridade Legislativa e Executiva, de modo que, a Autoridade Judiciária tem o poder de revogar ordens, leis, ações, ordens executivas, memorandos ou outras decisões feitas formal ou informalmente pela Autoridade Legislativa ou pela Executiva, enquanto estas ordens, leis, ações, ordens executivas, memorandos ou outras decisões feitas formal ou informalmente possam determinar-se explicitamente como violadoras dos Três Princípios

Fundadores de um país Jasutopian, do **Artigo de Lei I. ou do Artigo de Lei V** . A Autoridade Judiciária serve como a última defesa contra as ameaças à integridade de um país Jasutopian, e estes Juízes hão de reconhecer este dever e proteger esta integridade com suas vidas.

Argumento XVII. Como É Que Nenhum País Fez Isso Ainda?



Dourados terraços andinos carregados de colheita, armazéns cheios nas cristas, corredores com cordas atadas descendo os caminhos de montanha, uma civilização sem dinheiro prosperando em plena luz.

Civilizações passadas como o Império Inca usaram exitosamente sistemas não monetários em algumas formas, portanto é observavelmente possível. No entanto, devido à falta de capacidades tecnológicas no passado, é inteiramente impossível aplicar formas avançadas de sistemas não monetários como o sistema do Jasutopianism sem as capacidades tecnológicas que existem hoje. Dito isso, o Império Inca estava florescendo exitosamente em seu próprio respeito até o fato de que foi conquistado pelos espanhóis [junto com a doença que trouxeram]. Além disso, a razão pela qual um sistema não monetário Jasutopian não poderia ter sido usado no passado é porque o trabalho

obrigatório de cada cidadão em troca do direito a alimentos essenciais, água, cuidados de saúde, serviços e moradia de nível padrão para todos os cidadãos não podia aplicar-se com 100% de exatidão, as pessoas podiam mentir sobre ser cidadãos ou falsificar suas horas de trabalho declaradas. Agora, na sociedade moderna podemos promulgar estas leis e aplicá-las com 100% de certeza de que cada cidadão estará contribuindo fielmente, devido aos sistemas de cartões de registro de I.D. Nacional [e possivelmente à tecnologia de identificação por leitura facial] implementados para confirmar que um determinado cidadão está contribuindo em um país Jasutopian no momento de uma compra transacional. No passado, teríamos tido de confiar na “boa vontade”, o que certamente não é um padrão eficiente por desenho, especialmente em um sistema monetário quebrado.



Quadro dividido: as mãos de um guardião de quipos lendo nós à luz do fogo de um lado; a mão de um cidadão tocando um cartão contra um pedestal suavemente iluminado do outro, a mesma ideia, cinco séculos depois, enfim aplicável.

Argumento XVIII. Possíveis Funções do Jasutopianism em Uma União Supranacional; A União Supranacional do Mundo; S.U.W.



Um colossal salão de assembleia redondo, o líder de cada nação de pé atrás de uma urna lisa idêntica depositando exatamente uma grande pedra, galerias de cidadãos observando erguendo-se para fora da vista acima deles.

O papel do País Jasutopian em uma União Supranacional [Hipotético, mas não limitado a]

Em uma união supranacional, de países monetários e não monetários. O país Jasutopian teria o potencial de ser o produtor do mundo em troca do uso totalmente gratuito dos produtos e serviços do país estrangeiro para os cidadãos Jasutopian, ou de uma renda

constante de recursos para determinados negócios que escolham pagar com recursos em lugar da primeira opção acima.

Com isso, todos os negócios fluiriam através do Jasutopianism em algum nível. Isso encorajaria a unidade de todas as nações e países por igual. O Jasutopianism seria o Grande Braço que empurra o mundo na direção de enfrentar as interrogações científicas que paralisaram nosso processo social por tanto tempo. Se um país Jasutopian está unido em uma união Supranacional, seria um passo adiante para propulsar a humanidade rumo às estrelas e além.

II. Os Passos na Formação da União Supranacional Serão os Seguintes

I. Um determinado país propõe em uma reunião da O.N.U. (Se ainda aplicável) ou em outra reunião em que todos os países possíveis possam estar presentes, formar uma União Supranacional, em que, esta é equivalente a um só grande país, em que cada país na união supranacional é equivalente a um Poder de Nível Estadual relativo ao Poder Nacional do Governo Supranacional. Todos os países nesta União Supranacional devem formalmente ceder seu status em outras uniões menores tais como a União Europeia ou outras uniões internacionais ao entrar na União Supranacional do Mundo.



De um porto mundial unificado, uma grande nave erguendo-se sobre um pilar de luz rumo a um campo aberto de estrelas enquanto uma multidão com a vestimenta de cada nação observa como um só povo.

II. Haverá uma eleição de Tri-Presidentes da União Supranacional para representar o nível nacional de governo na União Supranacional.

III. O grupo elegível de candidatos para Tri-Presidentes da União Supranacional serão os líderes atuais de cada país que escolham candidatar-se juntos em grupos de três na União Supranacional.

IV. Os cidadãos de cada país na União Supranacional votarão qual grupo de candidatos Tri-Presidenciais serão os Tri-Presidentes da União Supranacional. Uma vez que o voto popular dos cidadãos de cada país seja contado, o líder de cada país atuará como Eleitor Oficial da soma total do voto dos cidadãos e depositará um voto formal de 1 em nome de todos os cidadãos do país, quanto a qual

grupo de candidatos a Tri-Presidente serão os Tri-Presidentes da União Supranacional.

V. Os líderes que violarem a vontade da escolha de seus cidadãos no voto popular serão considerados um Eleitor Infiel diante de todos os Líderes da União Supranacional. Pode ou não haver leis e penas Supranacionais formais estabelecidas em algum ponto do tempo posterior ao estabelecimento desta União Supranacional para manter considerada a vontade do povo de cada país, em nome da Democracia Global.

Método de Governança de uma União Supranacional

I. O Método de Governança de uma União Supranacional usará também o mesmo Método de Governança que se usa primariamente em um país Jasutopian; as Três Autoridades de Governança, o qual se demonstra adiante neste manifesto. As Três Autoridades de Governança é o Método de Governança mais Moralmente Sólido em que há verificações e equilíbrios apropriados dispostos e permanece similar em estrutura [ainda que superior] às muitas democracias de hoje.

Argumento XIX. Os Sistemas Monetários Causam a Desvalorização dos Diplomas Universitários



Um jovem acadêmico escalando uma escada interminável construída com pergaminhos de diploma idênticos rumo a uma porta de escritório distante, enquanto no nível da rua, despercebida, uma porta idêntica já está aberta.

Em muitos países que usam um sistema monetário, no ano dois mil e vinte e um as pessoas estão notando a crescente crise de saturação dos mercados de membros educados e a desvalorização de um diploma de bacharelado ou inclusive de um mestrado. Em um país Jasutopian, nunca será ruim que haja “pessoas demais” com um diploma de bacharelado. Em um sistema monetário, se pessoas demais têm um diploma de bacharelado então, subsequentemente necessitarão de um mestrado devido ao limitado “limite de gasto monetário” de um determinado negócio. Depois, uma vez que esse

padrão de diploma se satura, o único diploma pelo qual vale a pena esforçar-se é um doutorado ou um Juris Doctor. Isso se deve ao fato de que a economia monetária se “satura” de profissionais. Então, as pessoas passarão dos 18 aos 28 anos obtendo diplomas neste ritmo em lugar de ser membros contribuintes de tempo integral da força de trabalho, tudo para obter um emprego para o qual normalmente poderiam ter qualificado aos 21 anos com um diploma de bacharelado.



Mestres de oficina esperando ansiosos fora do salão de formatura oferecendo ferramentas finas como buquês, competindo para dar as boas-vindas a cada formando a sua bancada.

Esta é uma estrutura terrível para uma economia de alto funcionamento ou um país civilizado. A juventude tem a maior energia e a gastará regurgitando coisas que já aprendeu em seu bacharelado enquanto estuda sua pós-graduação [na maioria das vezes], ou reaprendendo coisas que já aprendeu na vida mas deve “provar” que sabe com um título de Mestrado. Tudo sem ter tempo

suficiente para trabalhar em uma carreira para ganhar experiência profissional ou criar uma família. Como esclarecimento, isso é para a maioria dos empregos, no entanto, isso obviamente exclui carreiras que requerem especialização como a de um cirurgião, isso é obviamente justificado e não é o tema do grupo de cidadãos em menção. No entanto, está chegando ao ponto em que quase todos estes empregos não especializados já necessitam de um mestrado ou mais para assegurar o emprego; é um precedente econômico terrível devido à supersaturação em uma força de trabalho monetária.

Um país Jasutopian será muito diferente em contraste. Os empregadores em um país Jasutopian sempre quererão mais trabalhadores porque o trabalho para eles chega virtualmente sem custo. Portanto, não há “limite de gasto monetário” para que os negócios contratem um empregado, eliminando assim a crise de saturação nos mercados. Podem inclusive incentivar um indivíduo a escolher seu emprego acima de um negócio concorrente, porque querem nivelar mais rápido eles mesmos com mais empregados, e a única maneira de um dono de negócio fazer isso, é que seu negócio seja exitoso. Isso reduzirá a saturação e a competição para obter um emprego e uma carreira com maior facilidade.

***As ideias do seguinte argumento XX. foram obtidas e inspiradas nas Citações MLA abaixo. Uma ideia e um plano originais formam-se aqui a partir de múltiplas fontes ***

Argumento XX. Desenvolvendo Métodos Para Reduzir as Emissões de CO2 a Zero Líquido [O Seguinte Tem Citações MLA no Texto]



O Superpainel Solar.

Resumo

Uma maneira pela qual um país Jasutopian pode ser capaz de reduzir sua dependência de recursos não renováveis é adotando e investindo em tecnologia de painéis solares altamente avançada. Existe uma questão de emissões crescentes de gases de efeito estufa que provém parcialmente de nosso uso excessivo de recursos não renováveis no mundo de hoje. É evidente que toda a sociedade está vivendo tempos que mudam devido a muitas variáveis. À medida que o tempo avançar dentro dos próximos poucos anos, a realidade

da mudança climática será mais inevitavelmente evidente até que se tenha convertido em uma crença bipartidária entre todos os partidos e formas de governo ao redor do mundo.

Para combater proativamente uma crise climática global e fazer com que um país Jasutopian se torne independente em energia, reduzindo assim as pressões políticas estrangeiras no governo, pelo presente oferece-se uma proposta. Uma *hipótese científica inédita de 2 pontos* seguida de uma *política e legislatura para assistir o desenvolvimento de painéis solares avançados* proposta separadamente a seguir. Isso é para que um país Jasutopian possa fazer a transição a 100% para a energia renovável com a eletricidade como o portador de energia primário de escolha em um determinado período de 25 anos, com base nas capacidades tecnológicas atuais do ano dois mil e vinte e um.

Hipotetiza-se que a chave para fazer isso é desenvolver a inovação científica e estabelecer a moldura de política pública do mesmo, para melhorar dramaticamente a capacidade geral dos painéis solares. Ao observar o aspecto científico dos painéis solares de hoje, estes derivam energia direta do Sol capturando sua luz solar e convertendo-a em energia elétrica. Esta energia elétrica é então, o “portador de energia” que transmite a energia capturada do Sol rumo aos lares, aos automóveis, aos negócios, &c. Ao analisar os painéis solares, observa-se que a questão atual com os painéis solares de hoje contra os painéis solares avançados do futuro é sua *capacidade de absorver eficientemente a máxima luz solar* e sua respectiva *durabilidade contra o calor em luz solar direta* [junto com questões indiretas a serem atendidas]. Se estes dois fatores forem melhorados, significaria um futuro mais brilhante para o mundo e para um país Jasutopian, respectivamente.

Ponto 1: Aspecto científico

O aspecto científico desta Hipótese de 2 pontos é criar “Superpainéis Solares.” Os Superpainéis Solares seriam colocados em Mercúrio ou em outro planeta próximo ao Sol e absorveriam energia em magnitudes nunca presenciadas, criando assim uma superabundância de recursos disponíveis para alimentar os portadores de energia elétrica em lares, negócios e automóveis. Um Superpainel Solar é um painel solar avançado que poderia absorver energia do Sol a uma taxa nunca antes experimentada na sociedade. Isso se deve simplesmente ao fato de que os Superpainéis Solares estão estruturalmente avançados para funcionar muito mais perto do sol com uma maior durabilidade ao calor.

As questões dos painéis solares atuais que hão de ser atendidas são as Seguintes:

Questão I. Comparados com os futuros Painéis Solares em Mercúrio, os painéis solares agora na Terra estão atualmente absorvendo energia do Sol a uma pequena fração da energia que o Sol realmente irradia porque esta taxa se dissipa através da distância de radiação (Thompson)

Questão II. A transmissão sem fio de energia

Questão III. A questão do superaquecimento

Questão IV. Levar o equipamento a Mercúrio

Questão I. Primeiro, ao atender a questão da energia do Sol dissipada através da distância, pode determinar-se que esta questão ficará administrada uma vez que o painel solar estabeleça uma transmissão sem fio de energia. Isso se deve ao fato de que a energia já não será absorvida do Sol irradiando rumo à Terra mas antes, do Sol irradiando rumo a Mercúrio, e então transmitida sem fio à Terra. Portanto, para atender a questão **I**, a questão **II** necessitará ser atendida.

Questão II. Se os Superpainéis Solares fossem colocados na superfície de Mercúrio, para então, transmitir sem fio a energia usando seja tecnologia de transmissão por micro-ondas ou por feixe laser (Elinoff) então, os painéis solares experimentariam uma nova magnitude de produção de energia solar que não era previamente possível. Com o planejamento apropriado é possível completar isso para fazer a transição da sociedade a 100% de energia renovável com a eletricidade como o portador de energia primário de escolha dentro de vinte e cinco anos.

Os cientistas de hoje já criaram uma transmissão sem fio de energia transferindo energia através de diferentes meios para uso comercial, tal como o carregamento sem fio de um iPhone (Elinoff). Isso também pode aplicar-se para grandes distâncias, por exemplo, podemos fazer viajar essa energia através de um feixe laser dirigido do Superpainel Solar em Mercúrio até um receptor na Terra. Isso pode fazer-se de duas maneiras, a transferência de energia de 4 vias [ou uma de X vias] de transferência de energia. O Sol transmite inicialmente a energia solar aos Superpainéis Solares em Mercúrio então, a um receptor satelital B no Espaço sobre a atmosfera de Mercúrio. Então, o receptor satelital B transfere ao receptor satelital A sobre a atmosfera da Terra. Alternativamente [e mais factivelmente], com uma transferência de energia de “X vias”, também é possível criar *múltiplos mini satélites de transferência* entre a Terra e Mercúrio para assegurar que a transmissão seja consistente sobre uma grande distância [**Questão I**] e possa corresponder com as limitações de transmissão laser encurtando o intervalo de distância de transmissão da energia solar entre cada satélite.

Questão III. A questão então surge, “Como podem os painéis solares ser feitos mais resistentes ao calor?”

Aqui se propõe uma solução para atender esta questão: A primeira parte da solução é o desenho do Superpainel Solar, a segunda é a colocação do Superpainel Solar.

Ao observar a questão do desenho, é notável que para construir um Superpainel Solar se necessita de um material exterior de revestimento mais eficiente e de outros materiais semicondutores internos que possam resistir à luz do Sol e ao calor na superfície de Mercúrio [a qual é de 800F e -290F, respectivamente]. [Como nota de referência, a radiação cósmica de outros corpos celestes não seria necessariamente um problema em Mercúrio porque é empurrada para longe pelo campo magnético do Sol e pela radiação solar, a única questão verdadeira é a radiação térmica ou calor (Uppuluri)]. Um possível “material exterior de revestimento” poderia ser um material cerâmico super-resistente ao calor de desenho revolucionário que já foi criado na pesquisa da NUST MISIS no ano passado, 2020. Este material cerâmico pode resistir a cerca de 7,460 F. O nome químico do material é $\text{HfC}_{0.5}\text{N}_{0.35}$ (The National University of Science and Technology MISIS).

Para as células solares, em lugar do silício tradicional, pode ser possível usar um plástico de poliimida super-resistente ao calor, tal como “SR CEPLA”, que é um plástico de poliimida recentemente criado que pode resistir a 932 F e a temperaturas tão frias quanto -320 F, muito mais eficiente que o silício (ScienceRich) (Filiani). Se isso falhar, em teoria, outros materiais podem buscar-se para substituir o semicondutor de silício e o revestimento resistente ao calor previamente discutido para avançar. No entanto, a ideia principal segue sendo a mesma.

O segundo aspecto é a colocação, dado que um dia em Mercúrio é igual a 58 dias (cerca de 2 meses), 15 horas e 30 minutos de tempo terrestre (Williams), então é possível criar um Superpainel Solar com capacidade de movimento móvel que viaje

consistentemente ao longo das localizações mais eficientes em temperatura de Mercúrio ao longo do altamente contrastante eixo dia/noite. Não de todo na luz solar direta mas ainda capaz de absorver radiação solar na atmosfera. Isso se deve ao fato de que criamos painéis solares que já podem absorver energia na ausência de luz solar direta. Mercúrio tem uma superfície com um eixo de dia e noite que é altamente variado em temperatura por centenas de graus. O benefício aqui é, fazê-lo em Mercúrio significaria que a magnitude da energia solar seria exponencialmente maior. Assim, o painel solar estará constantemente evitando o sol direto de Mercúrio enquanto suas rodas operáveis serão alimentadas por energia solar. Ou alternativamente [e mais idealmente], os Superpainéis Solares podem fazer-se com a capacidade de um desenho estacionário nos polos de Mercúrio para luz solar mais direta.

Questão IV.

Para levar o equipamento a Mercúrio entrando exitosamente em sua órbita, não será tão impossível quanto parece. Tal como está agora em dois mil e vinte e um, levar equipamento a Mercúrio não levaria mais de 3.5 anos (Cain). Isso se baseia nos padrões de tecnologia de 2004 dos Estados Unidos [nave espacial NASA Messenger] (Cain) em que, o país entrou exitosamente na órbita de Mercúrio 3.5 anos depois. No entanto, desde então, dezessete anos depois, houve grandes saltos e avanços na tecnologia de naves espaciais.

Para realmente levar o equipamento a Mercúrio, o equipamento pode empacotar-se em uma missão não tripulada, em que, os Superpainéis Solares poderiam desdobrar-se com o apertar de um botão em comparação com ter a necessidade de ser montados manualmente. Ao contrário, poderia ser possível comunicar uma transmissão sem fio a um robô que possa assistir na montagem dos Superpainéis Solares se tal tarefa for necessária.

Isso significa que, com a engenharia e a liderança apropriadas, isso poderia fazer-se para que um país Jasutopian obtenha 100% de energia renovável. Dependendo da magnitude de energia que este Superpainel Solar pudesse criar e de quantos terminemos criando em Mercúrio, o impacto total de recursos disponíveis dos benefícios energéticos do Superpainel Solar seria massivo para o melhoramento da humanidade. Alternativamente, uma ideia mais facilmente alcançável e amplamente conhecida no Domínio Público do Pensamento seria colocar painéis solares na lua. No entanto, isso seria por padrão menos eficiente e outras frentes de recursos renováveis necessitarão ser investidas simultaneamente para compensar.

Ponto 2: Política e Legislação

O segundo ponto desta hipótese seria a implementação do estabelecimento de política e legislação. O procedimento faria o seguinte:

I. Treinar engenheiros enquanto se tem eles atualizando um sistema inteiro de rede elétrica nacional com receptores de painéis solares dentro de vinte anos

II. Atualizar negócios e lares com receptores de painéis solares, desenvolver e estabelecer painéis solares em Mercúrio dentro de vinte anos



A transferência de X vias tornada visível: uma cadeia de pequenos satélites brilhantes escalonando um único feixe luminoso através da escuridão, do ardente Mercúrio até um prato receptor em uma verde encosta da Terra ao crepúsculo.

III. Eliminar gradualmente a construção de novos recursos não renováveis de forma incremental durante os primeiros vinte anos

IV. Aprovar legislação que previna a produção de automóveis, lares, negócios e postos de combustível que usem recursos não renováveis dentro dos últimos 5 anos para alcançar a meta de vinte e cinco anos.

A primeira parte deste procedimento pode de fato ser a mais difícil, mais ainda que criar os painéis solares em si; treinar os engenheiros e tê-los atualizando o sistema nacional de rede elétrica. Isso se deve ao fato de que, para treinar todos os engenheiros necessários, com base nos dados disponíveis, levaria quase dez anos (Diesendorf). O aspecto desafiador é que neste tempo também teriam de estar atualizando simultaneamente o sistema nacional de rede elétrica com receptores de entrada de painéis solares, o que

representaria um desafio, mas ainda é factível. Quanto a atualizar negócios e lares com receptores, isso requer ainda outra equipe ainda maior de engenheiros a quem se requererá levar a mesma quantidade de tempo em treinamento.

No entanto, tudo isso necessita estabelecer-se antes que os painéis solares possam enviar-se a Mercúrio a fim de permitir uma transição uniforme. Durante estes vinte anos, observar-se-á globalmente que as companhias estarão migrando rumo a outras formas de recursos; recursos renováveis, carros elétricos, &c. Isso só tornará o processo mais fácil devido às mudanças de política. Uma vez que os painéis solares cheguem a Mercúrio, começa a fase final de transição de cinco anos.

A legislatura há de aprovar-se de modo que proíba a nova manufatura e atualização de veículos a gasolina, lares e negócios que usem um queimador de óleo, lares que usem fogões a gás. De modo que, devem mudar-se para elétricos, estes passos serão a fase final [se não estiver completada já].

Organizações e Universidades na Vanguarda do Desenvolvimento

No ano dois mil e vinte e um, algumas organizações e universidades que já estão na vanguarda de prover estas possibilidades tecnológicas supracitadas são a NUST MISIS. A NUST MISIS, ainda que não esteja especificamente orientada rumo à manufatura de painéis solares, deu grandes saltos e avanços no processamento dos materiais necessários para forjar tal painel solar com a criação do material HfC0.5N0.35 que pode resistir a mais de 7,460 graus F. Além disso, outra organização fazendo progresso rumo à tecnologia de feixe laser é o Naval Surface Warfare Center em Bethesda, Maryland. A equipe de pesquisadores logrou usar um

feixe laser de alta potência e longo alcance que pode transmitir 400 watts de energia no ar. Isso é muito mas tenha-se também presente, a energia do sol produzirá uma magnitude ainda maior e mais consistente através do aparato laser.

Em sua maior parte, esta tecnologia já está aqui em formas básicas mas dispersa em diferentes áreas em campos do trabalho científico; os cientistas estão trabalhando independente e separadamente em fazer um material teoricamente adequado para um revestimento, um semicondutor super-resistente ao calor para as células do painel solar e a tecnologia de feixe laser para os serviços de transmissão.

Citações MLA:

Author last name, First name. "Title of Article." Website Name, Day Month Year, URL.

Carbo, Anthony. "21 semiconductor companies empowering technological growth across industries." BuiltIn, 17, July 2019, <https://builtin.com/hardware/semiconductor-companies>

(Carbo)

Elinoff, Gary. "The Future of Power": Infrared Beams Could Be the Next Step in Wireless Charging Evolution" Allaboutcircuits, 12, June 2019, <https://www.allaboutcircuits.com/news/future-of-power-infrared-beams-next-step-in-wireless-charging>

(Elinoff)

The National University of Science and Technology MISIS. "Scientists develop the most heat-resistant material every created" Phys, 27, May 2020. <https://phys.org/news/2020-05-scientists-heat-resistant-material.html>

(The National University of Science and Technology MISIS)

Williams, Matt. “How Long is a Day on Mercury” Universetoday, 8, March, <https://www.universetoday.com/47834/length-of-day-on-mercury/>

(Williams)

Filiani, Gregory “Polymer plastic solar cells can be more efficient and have more stability, according to new research” futurity, 3, July 2018, <https://www.futurity.org/polymer-plastic-solar-cells-polystyrene-1801162/>

(Filiani)

Diesendorf, Mark “How rapidly can we transition to 100% renewable electricity” 29, July 2018, <https://energypost.eu/how-rapidly-can-we-transition-to-100-renewable-electricity/>

(Diesendorf)

ScienceRich “Super Heat Resistant-Polyimide Plastic” 2021, <https://www.sciencerich.com/en/products/detail/70>

(ScienceRich)

Uppuluri, Siva “Understanding Semiconductor Resistance Data” 2016, <https://www.diodes.com/zh/design/support/technical-articles/understanding-semiconductor-thermal-resistance-data/>

(Uppuluri)

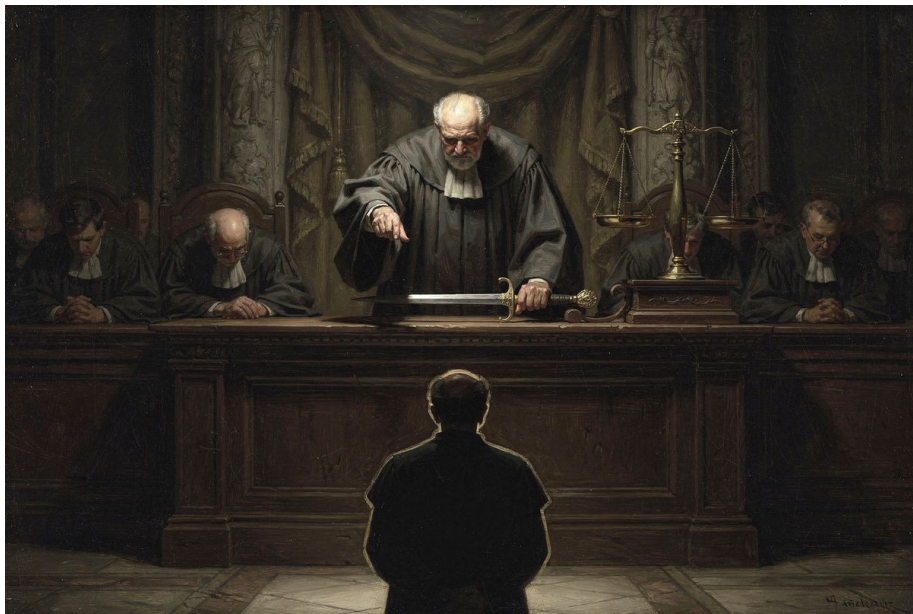
Thompson, Avery. “Pollution Could Block 25% of Light that would Become Solar Power” 28, June 2017, <https://www.popularmechanics.com/science/energy/news/a27112/pollution-can-block-25-percent-of-solar-power/>

(Thompson)

Cain, Fraser. "How Long does it Take to Get to Mercury" 29, June 2009, <https://www.universetoday.com/33719/how-long-does-it-take-to-get-to-mercury/>

(Cain)

Princípio Quatro do Jasutopianism; Falha do Tribunal Humano na Determinação da Pena de Morte



Uma sala de tribunal onde a própria mão levemente trêmula do juiz que preside baixa a espada cerimonial de volta ao estrado sem brandi-la, a falibilidade humana recusando o irreversível.

Premissa 1 Todas as entidades humanas são Fundamentalmente Falhas por Desenho de alguma forma.

Premissa 2 Um Tribunal Humano determina cada caso com o reconhecimento da Impossibilidade de uma Determinação Perfeita além de Toda Incerteza devido aos limites do Erro Humano, em que, atuam sob a alegação de posse de uma Supremacia Moral estabelecida [ou educação superior e experiência] para Determinar com exatidão o Destino Jurídico de um Cidadão Registrado.



Uma cela perpétua onde um feixe de luz da alvorada alcança o único buraco da fechadura como uma chave, no muro, as marcas dos anos junto a uma planta que segue crescendo rumo à janela.

Caso

Assumir que qualquer Poder no Governo, um que é criado por e para Todos os seus Cidadãos Registrados, tem a autoridade de Terminar a Vida de Qualquer Cidadão Legalmente Estabelecido e Registrado é logicamente tentar alegar juridicamente uma *Supremacia Moral [ou educação superior]* para *Determinar com exatidão o Destino de um Cidadão*, com respeito a um Veredicto de Tribunal de uma Pena de Morte sobre a vida de outro Cidadão.

Achado Observacional

O risco inerente do Ato do Tribunal humano de alegar [Supremacia Moral [ou educação superior] de Determinação] além de Toda Incerteza com respeito ao destino da vida de um Cidadão Registrado é demasiado grande na presença de uma Pena tão Grave [de Morte] sob a Premissa lógica 1: Todas as entidades humanas são

uma entidade falha por desenho de alguma forma. Portanto, moral e logicamente, o risco supera qualquer Mérito ou Autoridade Governamental de privilégio e julgamento de Tribunal nesta circunstância explícita. Em que, a pena recomendada de compromisso é uma determinação de Prisão Perpétua com a possibilidade de exoneração por nova evidência devida a avanços tecnológicos ou a outros meios estabelecidos para instrumentos de exoneração.

Princípio Cinco do Jasutopianism; Falha da Função Executiva Humana e Os Limites da Deliberação Médica na Determinação do Aborto Humano



Um médico inclinando-se diante de um paciente sentado, a mão aberta oferecida mas detida antes de tocar, conselho, nunca ordem, uma pequena balança em perfeito equilíbrio entre ambos.

Caso Um Cidadão de sexo feminino ou masculino é acidentalmente comprometido ou forçado a uma gravidez, em que, deseja terminar esta determinada gravidez sob a suposição de toda autoridade lógica, moral e jurídica para fazê-lo.

Premissa 1 Todas as entidades humanas são Fundamentalmente Falhas por Desenho de alguma forma.

Premissa 2 Um Doutor Médico Persiste em Atuar para determinar cada caso médico contra o reconhecimento expresso da Impossibilidade de uma Determinação Perfeita além de Toda Incerteza devido aos limites do Erro Humano sob a alegação de atuar sob uma Supremacia [ou educação superior] para Determinar com Maior Exatidão o Destino Médico de um Cidadão Registrado com o uso de uma Educação Médica Formal

Premissa 3 Todas as Decisões Finais das práticas médicas estariam Juridicamente à Determinação de um paciente Mentalmente Capaz ou de uma Procuração Médica do mesmo.

Premissa 4 Um Cidadão fica Juridicamente Registrado e Estabelecido em um sistema no momento do Nascimento.

Premissa 5 A Gravidez é um Processo Biológico.

Achado Lógico:

I. Dado que, todos os humanos são Falhos Por Desenho de alguma forma, um doutor médico portanto determina o que é Medicamente Melhor para o paciente sob a alegação de uma *Supremacia adquirida [ou educação superior] para Determinar com Maior Exatidão o Destino Médico de um Cidadão Registrado com o uso de uma Educação Médica Formal*, em que, o “Poder de Recomendação” de um profissional médico se Detém na Deliberação Última da determinada prática médica estar à Vontade desse Cidadão Capaz ou de uma Procuração Médica com respeito à sua própria pessoa [corpo].

II. Então, é portanto lógico assumir que devido a uma falha na Função Executiva Humana, em que, existe uma carência de controle ou inteligência, ou em casos por força, [que comprometeria esse determinado cidadão a um Processo Biológico não desejado] não deveria ser vinculante com respeito Explícito à sua própria pessoa [corpo]. Em que, os Limites na Autoridade desta Deliberação detêm-

se na só vontade de uma cidadã de sexo feminino que está atravessando o processo biológico, relativo ao sexo masculino associado.

III. No entanto, os Limites do poder de Deliberação do Processo Biológico desta determinada cidadã de sexo feminino Também se Detêm na Deliberação de um Processo Biológico para terminar a vida de Outra Pessoa devido às Restrições de Autoridade das Práticas Médicas realizadas, já que estas autoridades são somente com respeito à pessoa [corpo] de um único paciente determinado por procedimento.

IV. Portanto, determinar-se-ia logicamente que, a menos que existam circunstâncias atenuantes, tais como complicações Comprováveis e Observáveis, em que, existe o risco de Morte da vida da Cidadã de sexo feminino Estabelecida e Registrada, então, está fora de sua autoridade médica deliberar uma prática médica ou prática biológica, em que, há um veredicto da Terminação da Vida de Outra Pessoa, Cidadão ou não cidadão.



Uma colossal figura guardiã ajoelhando-se para sustentar seu escudo sobre a menor luz de berço a seus pés enquanto figuras blindadas dos Mais Fortes passam adiante, o governo fazendo a única coisa para a qual foi desenhado.

Consequência:

Como resultado final, há de determinar-se então, por esse meio, lógica e juridicamente *Quando a Vida de Outra Pessoa Começa durante a Gravidez* de uma cidadã de sexo feminino a fim de Determinar Corretamente e cumprir esta Sequência Lógica.

Se se considerar que a vida começa no início de um batimento cardíaco, aproximadamente 18 dias (cerca de 2 semanas e meia) depois da concepção, então, esta seria uma solução adequada em casos de gravidez forçada devido a estupro. Em que, 18 dias (cerca de 2 semanas e meia) normalmente seriam uma quantidade suficiente de tempo para reportar às autoridades. No entanto, em casos onde não o seja por qualquer razão, seria uma matéria de ética e moralidade. Ética e moralidade no sentido de, é a oportunidade de

vida de uma “Pessoa Vivente juridicamente determinada e inocente o fardo de um Cidadão Vitimizado?”

Achado Moral

I. [Como é comumente conhecido no Domínio Público do Pensamento] A Vida de uma Pessoa Não Nascida é explícita e objetivamente um dos grupos demográficos mais vulneráveis da humanidade, em que, o Governo em si mesmo está especialmente desenhado por seus Cidadãos para Proteger a Vida dos Mais Vulneráveis, cidadão ou refugiado por igual, Contra o *Exercício Injusto dos Poderes e da influência dos Mais Fortes* [pessoas que podem defender-se facilmente e usar também sua influência]. Portanto, moralmente, há de ser uma Determinação formal de Caso Médico à deliberação de um Doutor Médico se a vida do sexo feminino está em risco de Morte ou não devido a complicações Observáveis e Comprováveis na gravidez. Em que, nos casos em que os riscos em complicações de Morte de fato existam para a mulher vitimizada, o Doutor Médico Determinará Unicamente com a Deliberação Última outorgada a este Doutor [devido a haver duas vidas em risco], [levando em conta o Momento da Vida na Gravidez logicamente Estabelecido] se atuar simultaneamente para preservar a oportunidade de nascimento da Pessoa Não Nascida Vivente [Se a vida já foi juridicamente determinada como iniciada para esta Pessoa Não Nascida] enquanto tenta salvar a vida da cidadã de sexo feminino como o Objetivo Primário do Procedimento. Se a vida da cidadã de sexo feminino está em risco por continuar carregando o feto, então, a Pessoa Não Nascida deve ser abortada.

II. Com respeito aos casos de Gravidez Forçada, em que, há um caso criminal de estupro, e a vítima não pôde abortar antes de uma declaração jurídica de Vida de uma Pessoa Não Nascida, o procedimento há de ser o mesmo. A difícil pergunta de se uma

“Pessoa Vivente Inocente é o fardo de um Cidadão Vitimizado?”
Pode responder-se moralmente via o seguinte:

Da mesma maneira em que uma Vítima é Assassinada, é a Responsabilidade do Governo Entregar Justiça à Família da Vítima e Sustentar a Lei VIA o Encarceramento desse Assassino, assim como é a Mesma Responsabilidade do governo Encarcerar um Estuprador. No entanto, esta Entrega de Justiça e o Encarceramento de um Assassino Não Traz de Volta a Vida da Vítima, nem desfaz o ato de estupro; ao contrário, o Governo deveria em correspondência, Não ter Autoridade alguma em resposta para Terminar a Vida do Grupo Demográfico Mais Vulnerável da Humanidade quando o Governo está explicitamente Estabelecido por seus Cidadãos para Proteger Contra o *Exercício Injusto dos Poderes e da influência dos Mais Fortes*.

Entende-se que estes são ambos crimes terríveis [assassinato & estupro] em que, a ação não pode normalmente desfazer-se, ao contrário de um Roubo. No entanto, com respeito a uma Pessoa Vivente, o resultado deste crime [gravidez forçada] *Não Deveria Desfazer-se* porque o Custo da Vida Inocente de uma Pessoa Não Nascida Não Desfaz o Crime Inicial [de estupro] em si mesmo *Nem a Morte Jamais Significa Justiça* devido aos princípios do Erro Humano na Determinação Perfeita de Tribunal, só cria Maior Injustiça Moral.

Solução Moral- Uma vitória para todas as partes, a vítima feminina e a Pessoa Não Nascida

Uma Solução Mais Ética, Moralmente Sólida e Correspondente a esta Questão seria um Programa gratuito e Estabelecido de Assistência Governamental às Vítimas de Gravidez Forçada, em que, Recursos e Assistência Governamentais sejam Dados às Vítimas reportadas de Estupro, e se solicitado a critério da Vítima, que esteja disposto um programa estabelecido de Adoção ou

um programa para gestar o feto fora da vítima feminina via tecnologia moderna. De tal maneira que, tenha havido um Processo Penal ou um boletim policial oficial para verificar que estes crimes foram cometidos sob Pena de Perjúrio.

Achado Jurídico

A Vida de uma Pessoa Não Nascida Não é a Vida de um Cidadão ou não cidadão Estabelecido ou Registrado; portanto, não têm os mesmos direitos que teria um Cidadão sob circunstâncias normais, já que são semelhantes a um cidadão Não Registrado ou a um Não cidadão. O Princípio Fundador de Melhorar Continuamente a qualidade e a Vida de Todos os Cidadãos Jasutopian, portanto, Detém-se Juridicamente nos Cidadãos Não Registrados ou Não cidadãos.

No entanto, os Achados Lógicos & os Achados Morais sugerem ditar que uma lei deveria Estabelecer-se para Promulgar, a combinação dos Dois Achados do Mesmo para criar um precedente jurídico; Achados Lógicos e Achados Morais, para então servir como um Achado Jurídico recém-estabelecido dos dois daí em diante, explicitamente para este caso de Gravidez Não Desejada ou Forçada, Textualmente.

Teoria da Relatividade Eterna do Jasutopianism



Uma cadeia de figuras sussurrantes abarcando a vestimenta de cada era, o sussurro em si um fio dourado passando de boca a ouvido de volta rumo a um primeiro falante junto a um fogo.

Conceito I. Tudo Está Indiretamente Relacionado Entre Si em Pontos Eventuais de Inferência na Escala Visível

Quer o mundo o entenda hoje ou não, tudo está relacionado entre si em algum ponto de inferência. O caráter de um país é inclusive relativo às funções de um computador. Pode não ser aparente porque há muitos sistemas que estão em diferentes etapas de desenvolvimento ou separados por muitos pontos de inferência, mas o conceito chave é que cada sistema individual é relativo a outro sistema através da metainformação, ou antes, toda a informação que se deriva de outra informação [Isso é especialmente aparente na escala subatômica ao interpretar as interações de partículas e ondas,

mas difícil de derivar na escala visível ou na escala cósmica devido às interpretações que usam metainformação, mas eventualmente tudo é relacionável se a capacidade tecnológica estivesse disponível para mostrá-lo].

Conceito II. Toda a Informação Conhecida é Alcançável na Escala Visível

Toda a Informação conhecida no universo já é alcançável dentro de si mesmo através de derivados da metainformação existente atual ao seu redor. Isso se deve ao fato de que uma determinada peça de informação se deriva de volta de toda outra informação de alguma maneira, forma ou modo, pode portanto teoricamente rastrear-se até uma grande causa de origem, como o jogo verbal do “Telefone” ou o tráfego de metadados de um Endereço IP de computador. Se alguém puder derivar com exatidão cada questão individual e desdobrá-la o suficiente, pode encontrar que cada situação individual está conectada a outra situação através de gerações ilimitadas no tempo, e cada decisão individual está relacionada com uma escolha prévia de alguém mais ou de si mesmo em algum ponto.



Uma praça pública onde uma figura rejeitada se senta à parte, e de cada cidadão que se detém, um fino fio de luz corre de seu próprio passado ao dele, a postura da multidão tornando-se da aversão à aproximação.

Conceito III. A Relação do Conceito I. e II.

Usando estes dois conceitos um indivíduo, grupo, sociedade, território, estado, nação ou país pode rastrear de volta toda a informação para entender todas as decisões prévias de diferentes perspectivas para encontrar a mais alta iluminação e o significado mais exato em todas as coisas dadas. A partir disso, um indivíduo pode entender “*por que*” uma decisão é tomada por outro indivíduo a quem inicialmente não entenderia, e por que é interpretada de maneira diferente por diferentes povos com base em observar a informação que tinham disponível, ou a carência do mesmo. Eventualmente, é então possível encontrar a razão em cada decisão de alguém mais simplesmente descobrindo como se relaciona com outra decisão que outro indivíduo possa ter tomado ou teria tomado se estivesse suficientemente bem calibrado. Como resultado, isso

causa que qualquer indivíduo determinado Humanize cada membro individual da sociedade que de outro modo seria ostracizado, já que esta é a única maneira de alcançar a maior *Responsabilidade Social* que é necessária para entender e disciplinar uma entidade ou país para tornar-se a versão mais civil e iluminada possível. Este é também o conceito individual mais importante na prevenção de toda guerra, se um país deixa de *desumanizar* seus rivais através de formas de má comunicação e carência de entendimento da metainformação, então um país mantém-se mais perto da mais alta iluminação, que é também o maior estado de responsabilidade possível de um indivíduo, grupo, sociedade, estado, território, nação ou país.

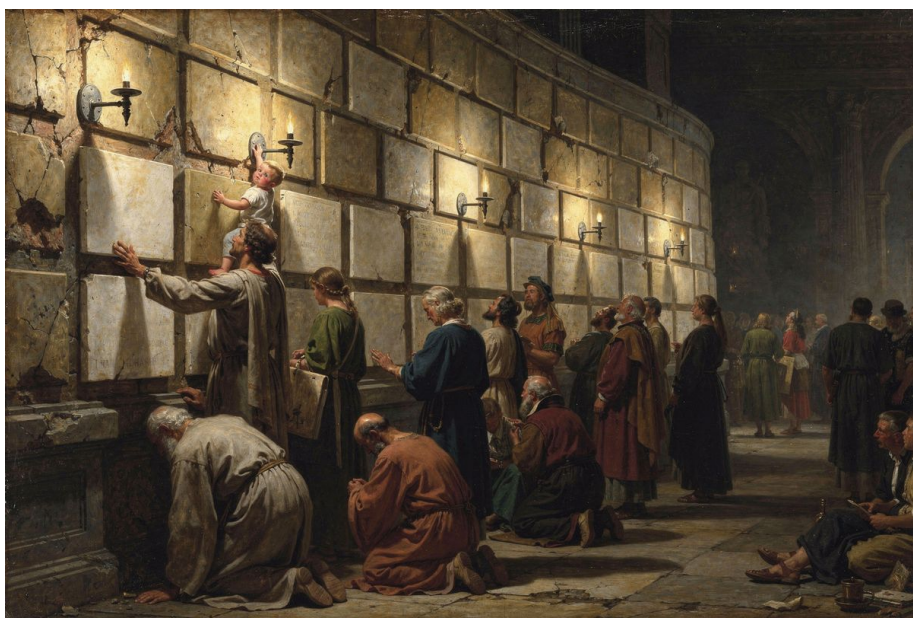
Conceito IV. Entendendo a Importância da Responsabilidade a partir do Conceito III.

Esta responsabilidade é essencial para o progresso social construtivo. A Responsabilidade Social dá a um país de pessoas um entendimento de toda a metainformação que existe, sem medo da verdade. Quando o país tem a mais alta verdade per capita, terá o mais alto poder por padrão, e portanto, a forma mais pura de liberdade assim como muitas outras funções úteis.

*Os Artigos de Lei números III., VI., VIII., XII., XV., XXI., XXIII., XXIV., XXV., XXVI., XXVII., XXVIII., XXIX., XXX., XXXI., XXXII., XXXIII., XXXIV.,

LXXXIX., XCIII., XCIV., XCVIII., e XCIX. derivam-se de e são exaltados a partir da Carta de Direitos dos Estados Unidos e não pretendem interpretar-se como ideias originais mas antes incorporadas ao Jasutopianism a partir de fontes externas*

Artigos de Lei do Jasutopianism



Um grande muro público curvo de cento e duas tábuas talhadas em branco com dignidade uniforme, cidadãos de toda idade lendo, uma criança erguida para tocar a primeira, um muro construído para jamais perder uma pedra.

- I. Todos os alimentos essenciais, o vestuário básico, a água potável, a educação, os cuidados de saúde, a moradia de nível padrão e os serviços são um direito básico de todos os Cidadãos Contribuintes (e dos não cidadãos contribuintes legalmente permitidos) em um País Jasutopian, inclusive em tempos de Crise Formalmente Declarada.
- II. Nenhuma lei será criada em uma sociedade Jasutopian que limite os Três Princípios Fundadores de melhorar continuamente a qualidade da liberdade, da vida e da prosperidade dos cidadãos Jasutopian salvo em tempos de Crise Formalmente Declarada, em que, a lei deve ser revogada imediatamente em seguida.

- III. A liberdade de expressão jamais será infringida na medida em que a expressão não ponha a vida de outro cidadão Jasutopian em perigo iminente nem manche injustamente a reputação ou o caráter de outro cidadão Jasutopian ou residente não cidadão sem o devido processo completo de lei.
- IV. Nenhuma entidade governamental dentro de um país Jasutopian em nenhum período de tempo e por nenhuma razão pode estabelecer forma alguma de campos de concentração ou campos de detenção de cidadãos Jasutopian, residentes não cidadãos, prisioneiros de guerra ou povos apátridas, inclusive em tempos de Crise Formalmente Declarada. Um país Jasutopian não tomará inimigos de guerra com vida durante tempos de guerra. Apenas refugiados são aceitos através de um processo legal de exame.
- V. A liberdade dos meios de comunicação e da imprensa jamais será infringida, na medida em que os meios e a imprensa que distribuem notícias provejam uma fonte de informação noticiosa independentemente verificável e não anônima. Estes comunicados de meios noticiosos devem ter a capacidade de que cada cidadão revise e rastreie o comunicado de volta até a fonte original explícita, a qual será provida formalmente depois de cada comunicado ou ao pé de cada artigo de tal maneira que seja facilmente acessível a cada espectador.
- VI. O direito das pessoas de reunir-se em protesto e petição jamais será infringido na medida em que esta reunião ou protesto permaneça não violenta em suas ações e em seu discurso.
- VII. Cartões de I.D. de votação serão emitidos a todos os cidadãos na idade de votação legalmente declarada. Este cartão de identificação com fotografia há de ser um cartão de identificação separado de todas as demais formas de cartões de identificação emitidos pelo governo. Os não cidadãos em

processo de tornar-se cidadão Jasutopian ainda não ganharam o direito de votar.

- VIII. Todos os Cidadãos sem importar gênero, sexo, raça, religião, credo ou qualquer outro fator aparentemente definidor terão o direito de votar na idade de 18 anos.
- IX. Os cidadãos jamais serão injustamente Nivelados em Status por cor de pele, raça, gênero, sexo, religião, etnia, credo, visões políticas ou qualquer outro fator aparentemente definidor. Só hão de ser Nivelados em Status pela pura qualidade de seu desempenho no trabalho. Em que, o desempenho no trabalho não se baseará em traços de personalidade mas no número de transações e em outros dados empíricos comprovavelmente objetivos.
- X. As avaliações do desempenho no trabalho dos empregados por cada negócio serão abertamente acessíveis ao público e providas diretamente ao governo Jasutopian como referência de cada negócio registrado e licenciado. Para assegurar que qualquer potencial injustiça ou manipulação de qualquer tipo no sistema de pontos e Nivelamento de Status por parte de um dono de negócio seja monitorada eficazmente por suas respectivas autoridades no governo Jasutopian.
- XI. Todas as pessoas por nascimento são livres e cidadãs; jamais haverá um período da história Jasutopian onde o trabalho se realize sem pontos providos rumo aos Níveis de Status de um cidadão durante um período padrão de pagamento em pontos. Alternativamente, a ninguém se permite trabalhar que não seja cidadão ou não cidadão em processo de tornar-se cidadão ou não cidadão trabalhando com uma permissão de trabalho. Além disso, que esses não cidadãos em processo de tornar-se cidadão ou não cidadãos com permissão de trabalho ainda não ganharam o direito aos Níveis de Status mas lhes são

permitidos os direitos dos Artigos de Lei I a CII, em que, há menções específicas de não cidadãos listadas, ou qualquer lei que não se aplique a um sistema de Níveis de Status.

XII. O direito de praticar ou estabelecer uma religião jamais será infringido, na medida em que esta religião não represente ameaças iminentes na forma de violência ou de inconveniências invasivas maiores rumo a outros indivíduos, grupos ou membros de outra religião na sociedade. Uma inconveniência invasiva maior pode definir-se arbitrariamente como ter uma lei aprovada para fechar nacionalmente todos os negócios por mais de um período de uma semana para honrar essa religião.

XIII. Os procedimentos de todas as matérias de cuidados de saúde estão a critério de uma base de médico e paciente unicamente. Nem o governo Jasutopian nem suas leis podem limitar nenhum procedimento que um médico considere útil para melhorar a qualidade de vida de seu paciente, com exceção do Princípio Cinco estabelecido no Manifesto. Isso é também explicitamente com exceção da Eutanásia de um cidadão Jasutopian atualmente registrado e vivente, assim como de qualquer procedimento previamente abandonado como de Natureza Bárbara. A eutanásia viola os princípios de melhorar continuamente a qualidade de vida de seus cidadãos; a morte jamais é um meio para melhorar a vida de um cidadão Jasutopian.

XIV. Todas as ações criminais em natureza e os suspeitos das mesmas conforme reportado pelos meios e pela imprensa que não tenham recebido formalmente o devido processo apropriado e a confirmação além de dúvida razoável por condenação hão de determinar-se declaradas como “Ação Alegada, X” ou “Alegações”, e “Suspeitos” respectivamente

para os cidadãos de tais alegações, até que tais verdictos tenham sido colocados através do devido processo de lei. Todos os eventos e incidentes reportados pelos meios e pela imprensa em que, a perspectiva do evento ou incidente não tenha sido formalmente reportada de ambas as partes opostas, a Causalidade e a Razão de tal evento ou incidente, nem o incidente tenha sido reportado pelas autoridades, sejam pequenos ou grandes, hão de reportar-se formalmente como “Incidentes Alegados” em nome do direito de um cidadão de manter a inocência até que se prove a culpa.

XV. Uma religião ou suas crenças não podem invadir a vida e as leis de outros cidadãos Jasutopian. Não haverá leis criadas com base em ideais religiosos que invadam e ultrapassem a vida de outros cidadãos que não sejam membros dessa religião determinada. Os limites da influência religiosa deter-se-ão em sua capacidade de impactar negativamente [ou notoriamente] a vida diária dos cidadãos não religiosos ou dos cidadãos de outra religião. Isso inclui todas as matérias relacionadas aos cuidados de saúde. No entanto, as matérias de cuidados de saúde baseadas na religião de um determinado cidadão Jasutopian estão protegidas dado que seja unicamente sua própria pessoa a medicamente afetada.

XVI. Uma Autoridade Legislativa de duas câmaras existirá para processar leis e regulações que honrem os princípios do Jasutopianism. A Autoridade Legislativa de duas câmaras jamais pode fazer moções para criar leis que possam ver-se como violadoras dos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism; com exceção em tempos de Crise Nacional declarada pela Autoridade Executiva em que tais Leis serão revogadas imediatamente em seguida por uma determinação de um cessar-fogo, retirada de milícia, declaração de vitória ou superação da crise; com uma estrita exceção de primazia

quanto ao Artigo I e ao Artigo IV, os quais jamais podem ser negados pelos Três Poderes de Governança; e com uma proibição permanente de estabelecer uma entidade de “Tipo Monarca” durante tais tempos de Crise Nacional, e de modo que os projetos de lei aprovados em tempos de Crise Nacional requeiram um voto de maioria de 4/5 na Câmara do Senado para então passar à Câmara dos Cidadãos, a qual necessitará de quarenta por cento a favor então, rumo à Autoridade Executiva. Em que em tais tempos de Crise Nacional, a Autoridade Judiciária será adiada até depois que a Crise Nacional tenha cessado, para inevitável e subsequentemente, com um protocolo estrito, ficar fixada a Revogar Todas as Leis criadas durante a Crise Nacional que não teriam sido aprovadas normalmente de outro modo. Além disso, a Câmara dos Cidadãos ainda mantém o direito de Anulação de Veto da Autoridade Executiva se puder alcançar um voto de noventa por cento a favor durante este tempo de Crise Nacional.

XVII. A Autoridade Executiva pode declarar uma Crise Nacional de Governo Doméstico no evento de que um golpe de estado suspeito esteja sendo tentado pela Autoridade Judiciária ou pela Autoridade Legislativa contra a Autoridade Executiva via seja uma solicitação de impeachment Civil Aprovada ou da Autoridade Legislativa Aprovada contra a Autoridade Executiva, em que, a Autoridade Executiva pode gozar do direito a um Tribunal Militar para Ouvir Civilmente um caso oficial de impeachment.

XVIII. A Autoridade Executiva pode [também] promulgar a Lei Militar no único e exclusivo evento em que a Autoridade Executiva possa prover vídeo, áudio ou outra prova documentada de um alegado golpe de estado para prover-se a um Tribunal Militar depois que a declaração formal de uma Crise Nacional de Governo Doméstico tenha sido feita em

resposta a uma moção de iniciar um julgamento de impeachment à Autoridade Executiva, em que, este protocolo para promulgar a Lei Militar resulta em uma suspensão temporária das Três Autoridades de Governança a fim de prover unicamente um Julgamento Militar célere dos funcionários eleitos de um alegado golpe de estado contra os Tri-Presidentes e é superior ao julgamento de impeachment previamente mocionado. Os poderes da Lei Militar detêm-se uma vez que os julgamentos dos determinados Funcionários Eleitos tenham terminado. Isso há de conduzir-se de maneira civil. Os direitos dos Cidadãos não hão de suspender-se durante este tempo, nem os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism hão de suspender-se, e estes são superiores à Lei Militar com respeito aos Cidadãos Jasutopian.

- XIX. Um Gabinete Tri-Presidencial do mesmo partido será igual em poder; em que todas as decisões executivas hão de tomar-se com um voto de 3/3 todos a favor; há de estabelecer-se como a Autoridade Executiva principal.
- XX. Um sistema judiciário nacional com a corte do mais alto poder será criado para proteger os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism, os Artigos de Lei e para sustentar a justiça em toda forma possível no caso de uma apelação de uma corte de nível inferior. Este sistema judiciário nacional é a Autoridade Judiciária das Três Autoridades de Governança.
- XXI. Um exército será estabelecido no nível nacional a fim de preservar os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism e de proteger seus cidadãos.
- XXII. Todos os cidadãos começarão a escolaridade obrigatória desde a idade de 3 anos até os 18.

XXIII. Todos os cidadãos têm o direito de estar seguros em sua pessoa, casa, automóvel e demais propriedade do mesmo. Jamais haverá buscas irrazoáveis sem ter uma causa provável. Esta causa provável deve prover-se especificamente primeiro ao cidadão em questão antes que a busca tenha começado, na forma de um mandado provido por um juiz ou de clara evidência de câmera de vídeo que mostre o cidadão na cena de um crime [por volta do momento em que foi cometido]. Isso é particularmente significativo para as buscas e apreensões dos cidadãos e de todas as suas formas de propriedade.

XXIV. Nenhum membro militar pode viver à força com outro cidadão em tempos de paz ou guerra exceto com o consentimento expresso desse cidadão.

XXV. Nenhum cidadão ou não cidadão será detido contra sua vontade para responder por crime algum salvo por uma acusação formal de um grande júri. Isso exclui casos onde esteja ocorrendo um conflito militar.

XXVI. Um cidadão ou não cidadão jamais será sujeito ao mesmo crime ou ofensa duas vezes. No caso de múltiplas ofensas, só se imputa a ofensa mais alta. Se o cidadão for absolvido da acusação criminal mais alta ou receber um acordo de culpa com respeito à ofensa mais alta imputada então, as acusações menores são subsequentemente arquivadas.

XXVII. Um cidadão ou não cidadão jamais será compelido a prover evidência contra si mesmo durante um crime suspeito. Nem nenhum cidadão ou não cidadão será compelido a atuar como testemunha contra si mesmo.

XXVIII. Um cidadão ou não cidadão em processo de tornar-se cidadão jamais será privado da vida, da liberdade, dos alimentos essenciais, da água, da moradia, dos cuidados de

saúde, dos serviços ou do vestuário básico sem o devido processo de lei. No evento de que um cidadão esteja atualmente desempregado devido a uma prisão prévia, uma agência governamental de serviço de emprego buscará diretamente emprego para o cidadão a fim de continuar quaisquer benefícios previamente suspensos [do Artigo de Lei I] de um devido processo de lei prévio. Sem importar o caso de inocência ou culpa, se a ofensa do cidadão não requerer tempo de prisão, o governo Jasutopian assistirá na busca de emprego para o cidadão desde que possa mostrar uma forma de prova via uma declaração escrita ou um correio verificável declarando que a razão de seu desemprego recente está diretamente em relação à prisão. No caso de que a ofensa de um cidadão ou não cidadão requeira tempo de prisão, dois eventos independentes ocorrerão para o cidadão e para o não cidadão. Se a ofensa de um cidadão requereu tempo de prisão, depois que esse tempo de prisão se complete exitosamente, o governo assistirá na busca de emprego a fim de retomar os direitos a alimentos essenciais, água, cuidados de saúde, moradia de nível padrão, serviços e vestuário básico. Durante este período, ao cidadão será dada uma isenção temporária para acessar tais recursos enquanto busca emprego. Os não cidadãos anteriormente em processo de cidadania que requeiram tempo de prisão devido a uma condenação maior que 1 ano de tempo serão deportados depois que sua sentença tenha sido completada.

XXIX. Em todas as perseguições penais, o acusado terá o direito a um julgamento rápido e público por um júri imparcial do estado ou território. Este processo de julgamento não durará mais de dois meses de calendário de tempo. Em que, o processo é que o crime terá sido cometido, cujo nível de aplicação da lei terá sido previamente usado para buscar a

verdade por lei, e que o cidadão ou não cidadão seja informado da natureza e causa da acusação assim como de seus direitos; ser confrontado com as testemunhas contra si; ter um processo obrigatório para obter testemunhas na defesa do cidadão ou não cidadão; e ter a assistência de um advogado para a defesa do cidadão ou não cidadão. Esta assistência de advogado assistirá o cidadão ou não cidadão acusado em todos os passos durante este processo.

XXX. Os cidadãos e não cidadãos em ações no nível de direito comum sempre terão o direito a um julgamento por júri a pedido de qualquer das partes sem importar o Nível de Status.

XXXI. A fiança jamais será requerida na forma de recursos não monetários excessivos, nem deduções de Nível de Status serão jamais requeridas como garantia de fiança para nenhum caso na corte de lei. No entanto, nenhuma forma de fiança pode permitir-se para crimes de roubo, violência/agressão, violência doméstica, alegado assassinato, alegada tentativa de assassinato, incêndio criminoso, assalto, sequestro, estupro ou qualquer crime sério considerado não adequado para fiança por um juiz. Em que, os criminosos alegados podem solicitar uma audiência de leitura de acusação ou qualquer procedimento prévio ao julgamento para começar no prazo de uma semana desde a data da prisão como compensação pela falta de fiança. Nisso, durante este tempo o acusado estará obrigado, às expensas da lei [se não tiver advogado], a receber assessoria jurídica pelas acusações imputadas antes que a audiência de leitura de acusação comece.

XXXII. Um cidadão preso tem o direito de ser informado das acusações formais contra si no momento da prisão e novamente no momento da audiência de leitura de acusação ou de qualquer procedimento prévio ao julgamento.

XXXIII. Nenhuma acusação de multas excessivas de apreensões de recursos não monetários será requerida, mas antes, multas razoáveis na forma de deduções de pontos em um Nível de Status podem impor-se se uma determinação de um veredicto de culpa se encontrar em corte.

XXXIV. Nenhum castigo cruel e incomum de nenhum cidadão ou não cidadão será imposto. Uma Bárbara Pena de Morte jamais será trazida sobre um cidadão ou não cidadão pelos crimes mais hediondos mas antes uma sentença de prisão perpétua há de impor-se em lugar desta pena primitiva.

XXXV. Todos os cidadãos de 16 + anos dependendo das leis do território ou estado, em que começarão a trabalhar sob as mesmas leis trabalhistas permitidas no nível de território ou estado do país mas não são obrigados a trabalhar até a idade de 18. Em que, aos 18 isso pode também mitigar-se com propósitos educacionais.

XXXVI. Todos os cidadãos de 16-21 anos não têm permissão de trabalhar mais de 30 horas por semana devido aos requisitos educacionais. Com um mínimo de 5 horas de trabalho por semana na idade de 18, isenções de trabalho podem fazer-se para cidadãos com necessidades especiais com propósitos de escolaridade, esportes atléticos, clubes acadêmicos ou serviço comunitário unicamente.

XXXVII. Haverá um sistema de Pontos e Nivelamento de Status a fim de adquirir artigos não essenciais tais como luxo e terra maior. Uma vez que um Nível de Status é alcançado, um cidadão respeitador da lei não pode ser rebaixado e tem direito a todos os luxos do nível determinado. A única maneira pela qual um cidadão pode ser rebaixado em um Nível de Status ou perder pontos em um Nível de Status é se quebrantar a lei,

recusar-se a trabalhar suas horas obrigatórias, ou for demitido de seu emprego devido a insubordinação.

XXXVIII. Há um requisito de horas obrigatórias de trabalho de nível base, qualquer um que escolha trabalhar mais horas por semana ganha mais pontos rumo ao seu próximo Nível de Status.

XXXIX. Certos empregos obtidos através de uma educação excepcional rendem um Nivelamento de Status mais rápido através de um processo de ganhar mais pontos por semana. Os empregos que requerem especialização, tal como um médico, naturalmente ganham mais pontos por semana para nivelar mais rápido. Os empregos não de nível de entrada em geral, ganham mais pontos por semana em um Nível de Status. Um sistema nacional de patamares de tipos de emprego será criado para gerir os pontos rumo ao Nivelamento de Status.

XL. Não haverá deduções de Nível de Status cruéis e incomuns. Se há uma condenação criminal, os possíveis pontos deduzidos de um Nível de Status serão iguais ou menores à duração da pena, mas não mais. Se um cidadão é sentenciado a um ano de prisão, pode ou não estar sujeito a até uma pena máxima do valor de um ano em dedução de pontos de um Nível de Status, em que, a taxa se baseia na taxa de pontos por semana a que o determinado cidadão trabalhava em seu emprego prévio ou na taxa que ganhava por semana enquanto estava na universidade [se previamente desempregado].

XLI. As idades 16-17 estão isentas de um requisito obrigatório mínimo de trabalho. As idades 18-21, como se declarou acima, trabalham 5 horas por semana como requisito obrigatório mínimo de trabalho [com as exceções previamente listadas nos Artigos de Lei prévios].

XLII. Idades 22-30, há um requisito obrigatório mínimo semanal de trabalho de 40 horas.

XLIII. Idades 30-40 há um requisito obrigatório mínimo semanal de trabalho de 38 horas.

XLIII. Idades 40-50, há um requisito obrigatório mínimo semanal de trabalho de 25 horas.

XLIV. Idades 50-60, há um requisito obrigatório mínimo semanal de trabalho de 20 horas.

XLV. Idades 60-65, há um requisito obrigatório mínimo semanal de trabalho de 15 horas.

XLVI. A idade 65 e mais tem o direito de aposentar-se.

XLVII. Qualquer um que esteja matriculado na universidade em qualquer nível universitário obtém suas horas de trabalho ajustadas com base em suas horas de crédito cursadas. As horas obrigatórias mínimas de trabalho para a matrícula de tempo integral permanecerão em 5 horas por semana sem importar o status de tempo integral. Os estudantes com necessidades especiais, os atletas, os membros de um clube acadêmico ou os estudantes realizando serviço comunitário durante o tempo universitário podem estar isentos disso caso a caso.

XLVIII. As notas de educação mais altas rendem mais pontos rumo a subir de nível para encorajar a diligência, a ambição e a dedicação do estudante.

XLIX. Todas as instituições educacionais não privadas ao longo do país, excluindo a universidade, devem padronizar-se no nível nacional a fim de criar uma oportunidade educacional igual para todos os estudantes sem importar sua localização ou criação. Acomodações educacionais serão feitas para os

estudantes com necessidades especiais como se espera, ou este sistema estará falho. A universidade está excluída dos requisitos de padronização porque um estudante pode ter recebido a aceitação em uma universidade que rende um sistema de ganho de pontos ligeiramente mais alto devido a notas excepcionais ganhas em uma escola secundária federalmente padronizada ou escolaridade equivalente. Assim como a asserção de que certas universidades oferecem diferentes oportunidades educacionais e têm reputações singulares por sua qualidade de educação, e que isso não há de ser infringido.

- L. A fim de continuar os incentivos de obter uma educação excepcional no nível de escola secundária, as universidades mais rigorosas e pioneiras rendem um sistema de ganho de pontos mais alto, assim, resultando em um nivelamento mais rápido durante a universidade.



Uma longa rua de trabalho como procissão de uma vida: o de dezoito anos com horas leves, o de vinte e cinco a passo pleno, o de cinquenta e cinco em um ritmo mais suave, e o de sessenta e cinco desatando o avental de trabalho para sempre.

- LII. A constituição do país e suas câmaras de governo permanecem como o estado de direito supremo se o Sistema e Manifesto do Jasutopianism se acrescentar a um país como um projeto de lei em comparação com o desenho mais prático da Substituição Total do Sistema.
- LIII. Em um certo Nível de Status, os cidadãos têm a capacidade de iniciar um negócio, isso abrirá a oportunidade de ganhar pontos rumo a um Nível de Status mais rapidamente para os cidadãos que sejam donos de negócios, Presidentes de negócios e Diretores Executivos exitosos.
- LIV. Os negócios terão categorias de ganho de pontos com base no patamar do negócio conforme o tamanho e o tipo do negócio. Os negócios também terão classificação com base na taxa de êxito do negócio através do tempo.

- LV. Haverá um Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos representado por todos os cidadãos donos de negócios que supervisiona as regulações nos negócios no nível federal, não no nível estadual ou territorial. Há de ser verificado e equilibrado pelos Senadores do ramo legislativo. Este comitê serve para dar a todos os cidadãos donos de negócios uma Voz Direta no Governo. Este Comitê Nacional Empresarial dos Cidadãos jamais poderá requerer que os cidadãos trabalhem mais que suas horas obrigatórias mínimas de trabalho [por grupo etário] para prevenir a corrupção do Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos.
- LVI. O Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos está dividido em patamares, portanto, se há 30 patamares (tipos) de negócios, há 30 Comitês Nacionais Democráticos Empresariais dos Cidadãos separados. Para clareza, um patamar é a categoria de negócio de um negócio. Cada um desses patamares terá suas próprias eleições respectivas de funcionários eleitos pelos cidadãos donos de negócios registrados para esse patamar.
- LVII. O Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos não tem líder eleito nem figura principal, apenas posições de funcionários eleitos necessárias para realizar as funções centrais. As posições de funcionários eleitos hão de ser diretamente eleitas por todos os cidadãos donos de negócios registrados no Comitê Nacional Empresarial dos Cidadãos. Pode haver um máximo de 20 candidatos ouvidos por posição por patamar de negócio para prevenir a superlotação de informação aos eleitores. Os primeiros 20 a declarar candidatura de uma determinada posição de candidato serão os candidatos ouvidos pelos membros cidadãos do Comitê Nacional Democrático dos Cidadãos para suas eleições respectivas. Outros podem candidatar-se, mas podem não ser

ouvidos a menos que suas qualificações os situem entre os primeiros 20 durante o processo de sondagem de candidatos antes das eleições.

LVIII. A quantidade total e o tipo de patamares são um poder singular e reservado decidido pela Câmara do Senado da Autoridade Legislativa do governo nacional.

LIX. Os cidadãos que ganham o direito de iniciar um negócio ao alcançar um certo Nível de Status ganham automaticamente representação em um determinado Comitê Nacional Empresarial dos Cidadãos e podem votar em seu patamar determinado.

LX. Em geral, quanto maiores os negócios (por população) maior o voto representativo. De uma escala de 1-10 votos representativos. Um único negócio não pode ter um voto representativo maior que 10, sem importar o tamanho desse negócio, para prevenir a corrupção.

LXI. Cada questão de regulação terá um sistema de voto onde cada negócio pode depositar seu voto que se baseia em seu tamanho de representação, 1-10.

LXII. O sistema de voto não pode ser criado por um contratante independente ou dono de negócio de um país estrangeiro, o sistema de voto também deve ser criado por uma companhia dentro do país.

LXIII. Todos os sistemas de votação serão hospedados por uma companhia independente e pública dentro do país. Todos os sistemas de votação [se aplicável] usarão o Sistema de Votação Mais Apropriado, incluindo o Comitê Nacional Democrático dos Cidadãos para as eleições a fim de assegurar a integridade do sistema.

LXIV. Se ocorrer evidência de manipulação, essa companhia privada é demitida de sua posição como hospedeira do sistema de votação, o dono do negócio é rebaixado em Níveis de Status com base na severidade da manipulação, e o processo é levado a uma revotação com um novo sistema e software de uma nova companhia em uma data posterior.

LXV. Os negócios jamais podem votar para alterar nenhum dos Artigos de Lei neste documento. Alternativamente, jamais podem votar para acrescentar um Artigo de Lei adicional que cancele um Artigo de Lei prévio.

LXVII. Todos os resultados de voto do Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos devem ser confirmados ou negados para serem levados à legislatura pelo corpo legislativo ou equivalente se aplicável. Com o poder de veto Padrão do Presidente ou de outro poder executivo principal então, julgados depois pelo poder judiciário.

LXVIII. Todos os votos do Comitê Nacional Democrático Empresarial dos Cidadãos que sejam assinados pelo poder executivo principal devem julgar-se por sua capacidade de não interferir com nenhum dos Três Princípios Fundadores de uma sociedade Jasutopian. Se se encontrar que interfere com qualquer dos Três Princípios Fundadores de uma sociedade Jasutopian, é derrubado em corte e inelegível para usar-se como lei. Os componentes principais desta lei inelegível podem não poder processar-se em outro projeto de lei em uma data posterior se se encontrar objetivamente que violam qualquer dos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism. Isso só pode anular-se em um tempo de crise tal como uma guerra ou uma pandemia no entanto, após o que, a lei previamente aprovada deve retratar-se de imediato depois que a ameaça percebida se considere ter passado, a lei ou projeto

de lei não pode persistir em nenhum ponto depois que esta crise já não seja uma ameaça percebida. Todo este processo há de fazer-se em tempo célere depois que os votos sejam depositados pelo Comitê Federal Democrático Empresarial, não mais de 30 dias de calendário.

LXIX. O Comitê Nacional Empresarial dos Cidadãos só pode votar sobre questões com uma preocupação clara diretamente relacionada aos negócios e às suas funções.

LXX. O Comitê Nacional Empresarial dos Cidadãos jamais pode votar para alterar o sistema de pontos de seu patamar de negócios uma vez que o patamar esteja estabelecido. Uma vez que o patamar esteja estabelecido, seu sistema de pontos é final. Só o ramo legislativo pode ajustar o sistema de pontos se houver um erro notório devido à inflação dos valores de pontos para o Nivelamento de Status em relação aos outros negócios, o que poderia prevenir-se desde o princípio de ocorrer porque o corpo legislativo tem a última palavra sobre um voto antes que seja levado ao poder executivo. Em cujo caso, esta é uma matéria que será resolvida pelo ramo legislativo, passada ao ramo executivo, e julgada pelo judiciário.

LXXI. Só os cidadãos contribuintes e os cidadãos com deficiência documentada têm direito aos recursos gratuitos listados no Artigo de Lei

I. Os não cidadãos que entrem no país para uma estadia de longo prazo ou em processo de cidadania devem registrar-se para trabalhar ao entrar. Depois, poder mostrar prova de trabalho através de um cartão de I.D. de não cidadão emitido por este país para receber os direitos de alimentos essenciais, água, cuidados de saúde e moradia de nível padrão como todos os cidadãos contribuintes trabalhadores. Esse cartão de I.D. de

não cidadão deve emitir-se no mesmo dia ou esse não cidadão não pode usar nenhum dos serviços ou produtos em um país Jasutopian. Ao expirar é desativado automaticamente.

LXXII. Se o não cidadão entrou com um visto de turista ou qualquer visto semelhante, ao não cidadão será emitido um cartão temporário de I.

D. de não cidadão. Se esse visto expirou, refletir-se-á automaticamente em seu cartão de ID de não cidadão, e já não serão elegíveis aos recursos gratuitos listados no Artigo de Lei I. Isso será aplicado mediante uma suspensão de compras através da desativação de seu cartão de ID de não cidadão. No evento de uma falha em sair antes que seu cartão de ID seja suspenso, o não cidadão pode contatar as autoridades para assistência no retorno ao seu país de origem.

LXXIII. Os não cidadãos que se registrem para trabalhar seguirão as mesmas leis de trabalho por grupo etário que os cidadãos a fim de receber continuamente alimentos essenciais, água potável, cuidados de saúde, moradia de nível padrão gratuita, serviços e vestuário básico.

LXXIV. Os não cidadãos que estão em processo [ou não em processo] de tornar-se cidadão não podem entrar no Sistema de Pontos e Níveis de Status com propósitos de luxo; o Sistema de Pontos e Níveis de Status com propósitos de luxo é um Direito Apenas dos Cidadãos. Os não cidadãos que visitam com um visto de turista estão isentos disso [com certas exceções], estão obrigados a mostrar seu visto de turista para ser lido em cada transação. No entanto, depois que o visto de turista expira, já não têm acesso aos privilégios do Artigo de Lei I nem aos luxos temporários de turista.

LXXV. Aos não cidadãos que entrem com um visto de turista para explorar o país com propósitos de lazer pode prover-se serviços de aluguel de automóveis ou outros serviços de aluguel, ainda que não possuam inerentemente nenhum dos artigos destes serviços. O não cidadão deve devolver todos os artigos alugados aos seus serviços respectivos antes do momento da partida. Não cumprir sujeitará esse determinado não cidadão a uma possível proibição de viagem para retornar a um país Jasutopian.

LXXVI. Os não cidadãos que desejem entrar no processo de tornar-se cidadão devem passar em todos os exames educacionais providos, com respeito ao seu grupo etário. Suas notas afetarão a estrutura de seu sistema de pontos para o Nivelamento de Status. Boas notas significam mais pontos por semana enquanto trabalham em um emprego com respeito ao seu nível educacional.

LXXVII. Um não cidadão em processo de ganhar cidadania tem direito a todas as oportunidades educacionais. Se um não cidadão entra na escolaridade em uma idade tardia, deve passar em um exame para ser aceito em seu respectivo nível de série. A tutoria para este exame será provida sem custo ao não cidadão por cada estado ou território dentro do respectivo país Jasutopian.

LXXVIII. Com respeito aos não cidadãos que entram no país Jasutopian, um número limitado de vistos de turista, viagens de turismo, vistos de trabalho e outros vistos semelhantes para viajar ao país Jasutopian será distribuído por ano. Isso é para prevenir um superconsumo de recursos mais rápido que a produção ou a taxa de acumulação que se requer para sustentar-se em um país Jasutopian. O governo gerirá e ajustará estes números conforme corresponda a cada ano.

LXXIX. O direito de possuir uma pistola oculta na idade de 18 para proteção jamais será infringido em um país utópico ideal. Isso se baseia nos princípios de melhorar continuamente a qualidade das liberdades para seus cidadãos em uma sociedade Jasutopian.

LXXX. A posse de armas pode regular-se em termos de categoria, ambiente e antecedentes criminais.

LXXXI. O direito de possuir uma pistola de mão oculta para proteção na idade de 18 jamais será infringido nem regulado de forma alguma pela emenda LXXX, com exceção de uma condenação criminal ou de uma felonía prévia por um cidadão. Os não cidadãos que visitam ou estão em processo de tornar-se cidadãos jamais podem possuir ou comprar uma arma para direitos de porte oculto em nenhum momento, nunca. Este é um direito apenas para cidadãos. Os não cidadãos ganham este direito uma vez que se tornam cidadãos legais.

LXXXII. Em certas idades, os cidadãos deveriam ter a oportunidade de ter já desbloqueado certos níveis para ganhar certos luxos. Por exemplo, na idade de 18, um cidadão razoavelmente exitoso deveria ter ganho o direito de desbloquear o uso de ao menos um automóvel de patamar 1. Especialmente já que a idade para dirigir legalmente é universalmente perto dos 18 anos. Não necessariamente um automóvel específico; como exemplo, “Este cidadão tem 18 anos, tem o direito de usar um automóvel de patamar 1 nesta idade se tiver feito tudo corretamente em termos de avanço de carreira e educação.” A partir disso, a Câmara do Senado decidirá qual automóvel se rende para o patamar 1 e a quantidade permitida por esse determinado Nível de Status. Presumivelmente, quando esse determinado cidadão estiver por volta da idade de 16-18, teria desbloqueado uma transação por um automóvel de 1º patamar.

Se os processos de Nível de Status como este não estiverem ocorrendo apropriadamente então, o sistema de Nivelamento de Status necessita ser reajustado. [Sistemas de Nivelamento de Status funcionando apropriadamente são quintessenciais em reafirmar a ambição em um cidadão].

LXXXIII. A moradia terá diferentes patamares, moradia maior, terra maior e moradia de maior qualidade serão patamares mais altos. Estes patamares desbloqueiam-se em certos níveis. As casas com mais quartos desbloqueiam-se [para serem possuídas] em níveis mais altos.

LXXXIV. Toda propriedade e terra previamente herdada é o direito desse cidadão e da família desse cidadão, sem importar este sistema ou o Nível de Status desse cidadão.

LXXXV. Todos os cidadãos devem ter uma I.D. nacional.

LXXXVI. Todos os Cidadãos devem ter uma I.D. nacional presente no momento das transações de todos os artigos, isso inclui as transações de todos os alimentos essenciais, água, moradia, outras transações de mercearia, &c. Isso se deve ao fato de que no momento da transação o cidadão deve verificar que é ele quem recebe este produto, terra ou serviço e não alguém mais. Em adição a isso, uma leitura de ID Nacional [usada em conjunto com o Sistema de Registro] e uma Leitura Facial serão o método para conduzir transações de todos os produtos, terra ou serviços.

LXXXVII. Todos os negócios que entreguem qualquer tipo de produto, terra ou serviço seja presencialmente ou em linha aos cidadãos no país Jasutopian devem ter um Leitor Facial e um Leitor de ID Nacional [o Sistema de Registro] instalados no momento da transação do cidadão. Isso previne a corrupção do sistema por não cidadãos que tentem usar cartões de ID

Desativados e cidadãos que tentem receber um artigo de um Nível de Status diferente.

LXXXVIII. A fim de prevenir a corrupção dos cartões de ID nacionais por invasores ou cidadãos de outros países que usam um sistema monetário, estas proteções serão postas em seu lugar como segue: As transações de artigos de luxo de certos Níveis de Status mais altos serão monitoradas e registradas no momento da transação. Bandeiras vermelhas serão automaticamente alarmadas se o sistema detectar cartões de ID Nacional falsos ou roubo de ID Nacional. Em que, se um cidadão viesse a invadir exitosamente um cartão de ID Nacional em um dado ponto, então, seu histórico de trabalho, Níveis de Status e outros meios de dados podem ser Registrados para Revisão em uma data posterior para assegurar que este cidadão em particular não comprou este artigo de alto luxo com um cartão de ID invadido ou falso com histórico de trabalho falso, Níveis de Status falsos, &c. Além disso, avanços tecnológicos hão de pôr-se continuamente em seu lugar ao longo do progresso social, tais como verificações de segurança, a fim de manter a realidade de que cada cidadão está usando seu cartão de I.D. Nacional apropriado.

LXXXIX. Cada vendedor e cada negócio devem ter um sistema de leitor de I.D. governamental aprovado e atualizado. Não cumprir isso resultará em transações não creditadas a esse negócio ou vendedor, assim como em possíveis penalidades.

XC. Todos os negócios só podem conduzir transações de recursos de negócio a negócio não mais de um dia por semana, o Dia Nacional do Comércio da semana. Nenhum negócio nesse dia tem licitamente permissão de conduzir mais de 4 transações de ida e volta com o mesmo negócio, encorajando antes grandes transações de estoque Contra múltiplas transações pequenas;

todos os negócios devem pré-registrar o respectivo negócio com o qual conduzirão transações de recursos antes de conduzir tais transações junto a um arquivo do governo nacional. Os negócios serão marcados em vermelho e sujeitos a possível monitoramento se o sistema de Registro Eletrônico de Cartões detectar que um negócio está comerciando de ida e volta os mesmos recursos com múltiplos negócios diferentes ou conduzindo mais transações do que esse negócio tem em recursos registrados como causa provável de intenções de manipular e violar a integridade do sistema de Níveis de Status.

XCI. Os termos dos Artigos de Lei e certos direitos listados não serão mal interpretados para negar ou ver negativamente outros direitos retidos pelos cidadãos Jasutopian.

XCII. Todos os Funcionários Eleitos hão de ter um máximo de dois limites de mandato eleito.

XCIII. Os poderes não delegados a um país Jasutopian ou a Jasutopia pelos Artigos de Lei, são portanto poderes reservados aos Estados ou territórios, isso exclui os poderes proibidos ao Estado ou território pelo país Jasutopian ou por Jasutopia. Os poderes não delegados nem reivindicados pelo país Jasutopian, ou pelos Estados ou territórios, ficam portanto delegados aos cidadãos de um país Jasutopian.

XCIV. Todos os cidadãos e não cidadãos estão protegidos contra as detenções ilegais em que o encarceramento ocorre quando são intencionalmente restringidos de seu movimento sem autoridade legal, justificação lícita ou consentimento informado do cidadão detido.

XCV. Qualquer direito autoral que tenha 80 anos ou mais entrará então no domínio público para uso e disseminação gratuitos.

XCVI. Leis de países prévios podem adotar-se nos Artigos de Lei pelos Senadores da Autoridade Legislativa conforme considerem necessário, enquanto estas leis não violem os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism, os Artigos de Lei, os Artigos de Organização Societal ou os Artigos das Três Autoridades de Governança. Todos os projetos de lei [leis] serão passados através dos três níveis das Três Autoridades de Governança conforme o procedimento padrão, isso naturalmente inclui a aprovação da Câmara dos Cidadãos.

XCVII. Cartões nacionais de I.D. com fotografia serão emitidos a todos os cidadãos de 6 anos em diante. Hão de desativar-se e subsequentemente renovar-se a cada 2 anos até a idade de 18, onde então se renovarão a cada 10 anos daí em diante. São usados para a Identificação Nacional, prova de identidade durante as transações de produtos com os negócios, usados pelos donos de negócios registrando e rastreando o movimento de matérias-primas e materiais processados durante as transações, e usados com propósitos de emprego para processar os pontos por semana no cartão de I.D. Nacional de um determinado cidadão empregado.

XCVIII. Todos os cidadãos em um país Jasutopian estarão defendendo seu terreno contra o perigo iminente em qualquer lugar onde alguém esteja licitamente presente com respeito a outros cidadãos, em que, como último recurso, esse cidadão pode usar força letal quando acreditar que é necessária para defender sua vida contra o Poder Injusto de outro cidadão diante da visão de força letal, grande dano corporal, sequestro, estupro, roubo ou outros crimes sérios. Em que, isso deve provar-se depois em corte além de dúvida razoável. O limite desta lei requer que o cidadão que defende seu terreno não seja o agressor, nem seja o uso de força letal seu meio primário de ações mas antes, um último recurso diante da face percebida

do perigo iminente. Além disso, que cada cidadão que invoque esta lei reconheça o ônus da prova que se requer para que este ato não seja considerado assassinato ou outra atividade criminal.

XCIX. Todos os cidadãos em um país Jasutopian terão o direito de defender seus lares e espaços de morada com o uso de força letal se acreditarem com razão que sua vida está em perigo imediato contra qualquer força, em que, isso deve provar-se em corte além de dúvida razoável depois.

C. Haverá uma eleição popular e direta dos 5 representantes de cada estado ou território pelos cidadãos de cada estado ou território do mesmo.

CI. O mandato de cada Senador durará 6 anos, e cada mandato de um determinado Tri-Presidente dura 4 anos, com um máximo de dois mandatos por cada Senador e Tri-Presidente.

CII. Nenhum Artigo de Lei [I-CII] pode remover-se ou alterar-se deste documento depois que tenha sido aprovado em sua totalidade.

*O seguinte: os “Artigos das Três Autoridades de Governança” derivam-se da Constituição dos Estados Unidos e estão alterados de tal maneira a criar uma declaração teorizada “mais perfeita” dentro de um determinado país Jasutopian. Os Artigos das Três Autoridades de Governança não hão de interpretar-se como uma ideia original mas antes obtidos externamente da Constituição dos Estados Unidos. *

Artigos das Três Autoridades de Governança



Um grande salão em tríptico profundo: as mesas de escrita do Senado em primeiro plano, a interminável câmara de votação dos cidadãos através do grande arco além, os três assentos executivos e o estrado da corte acima, um projeto de lei passando por todas as estações como uma única luz viajante.

Artigo I. Autoridade Legislativa

I. O ramo Legislativo está fixado como duas câmaras de Autoridade Legislativa. A primeira câmara é um Senado com 5 membros por cada estado ou território em nome da representação geográfica igual de cada estado e território sem importar tamanho ou localização. A segunda é a Câmara dos Cidadãos, representada por Qualquer e Todo Cidadão maior de 18 anos sem antecedentes criminais de Felonia [ou equivalente].

- II.** A Autoridade legislativa é responsável pela criação de leis que se alinhem com os Três Princípios do Jasutopianism assim como de leis que melhorem em geral a qualidade e a função do país e das leis durante crise.
- III.** As leis da Autoridade Legislativa criam-se unicamente através da Câmara do Senado; o Senado então vota se o projeto de lei será passado à Câmara dos Cidadãos ou fracassará no Senado. Se aprovado na Câmara do Senado, as leis são então votadas quanto a passar ou não à Autoridade Executiva a partir da Câmara dos Cidadãos. A Câmara dos Cidadãos é unicamente uma Câmara de Votação, não pode criar leis. Para aprovar um projeto de lei no Senado inicialmente, o voto de um projeto deve receber Cinquenta e Um por cento do voto a favor, para então aprovar-se na Câmara dos cidadãos em seguida, o projeto deve receber mais de Cinquenta e Cinco Por Cento do Voto a favor.
- IV.** A Câmara dos Cidadãos também goza do direito a uma Anulação de Veto por Supermaioria perante a Autoridade Executiva, em que, se oitenta por cento ou mais estiverem a favor do projeto de lei, isso anulará qualquer poder de veto da Autoridade Executiva se tal ocasião se apresentar. Em um tempo de Guerra Formalmente Declarada, a porcentagem de anulação de Veto deve estar em Noventa Por Cento.
- V.** Durante todos os procedimentos legislativos não pode haver forma alguma de não participantes ou membros que não votem no Senado. Tais ações de não participação no Senado do mesmo excluirão um Senador dos seguintes 10 procedimentos legislativos.
- VI.** Os membros da Autoridade Legislativa estão proibidos de portar armas de fogo durante os debates ou durante quaisquer sessões de votação enquanto estiverem na localização de cada sessão.

Todos os debates e votações devem aderir a uma maneira civilizada.

- VII.** Nenhum cidadão será Senador que não tenha atingido a idade de trinta anos, que não tenha sido no mínimo dez anos cidadão; e ao ser eleito deve ser um habitante legal de seu estado ou território.
- VIII.** Imediatamente depois que a câmara do Senado da Autoridade Legislativa esteja reunida em consequência da primeiríssima eleição do Senado, o Senado deve ser dividido igualmente em três classes uniformemente por grupo etário apenas para a primeira assembleia. As cadeiras da Legislatura da primeira classe, o conjunto mais jovem de Senadores, devem ser vagadas na expiração do segundo ano, a segunda classe na expiração do quarto ano, e a terceira classe na expiração do sexto ano, de modo que um terço possa ser escolhido a cada segundo ano; além disso, se vacâncias ocorrerem por renúncia, ou de outro modo, durante o recesso do Senado de qualquer Estado [ou território], a Autoridade Executiva do mesmo pode fazer nomeações temporárias até a próxima reunião da Legislatura do Senado, a qual então preencherá tais vacâncias. Estas nomeações temporárias não hão de ser negadas por nenhuma outra Autoridade de Governança.
- IX.** A Autoridade Legislativa no Senado há de ter o poder de impeachment direto por voto para iniciar um caso de impeachment em que deve haver um voto de 2/3 para então iniciar o julgamento, então um julgamento será conduzido no Senado em Deliberação do Senado. Ao passo que um cidadão privado deve receber uma aprovação das cortes, sob a base estrita de que os Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian foram diretamente violados a fim de iniciar um julgamento separado. Nisso, o funcionário eleito pode também

apelar da aprovação até que tenha chegado à Corte Última para decidir se aprova ou nega a determinada moção. Se aprovado, o julgamento será julgado através dos Juizes da Corte Última, exceto em casos de Impeachment de qualquer dos Tri-Presidentes, em que, os Tri-Presidentes gozam do direito de eleger um Julgamento pela Autoridade Legislativa com deliberação formal pelo Senado.

- X.** Os Tri-Vice-Presidentes de uma nação Jasutopian devem ser os Tri-Presidentes da Autoridade Legislativa, mas não devem ter voto, a menos que a Autoridade Legislativa no Senado esteja igualmente dividida entre todos os estados e territórios.
- XI.** A Autoridade Legislativa deve eleger seus outros oficiais e Tri-Presidentes temporários, na ausência dos Tri-Vice-Presidentes, ou quando os Tri-Vice-Presidentes exercerem o Gabinete de Tri-Presidentes em um país Jasutopian.
- XII.** O julgamento em casos de Impeachment serve para a remoção do cargo e a desqualificação para cargos eleitos ou mandatos adicionais em um país Jasutopian. A parte condenada pode também ser responsável e sujeita a Indiciamento, Julgamento, Sentença e Punição, conforme a lei.
- XIII.** A Autoridade Legislativa há de ter poder para impor deveres de recursos a fim de coletar matérias-primas [ou processadas] dos negócios para pagar as dívidas e prover para a defesa comum e o bem-estar geral de um país Jasutopian; mas todas as matérias-primas [ou processadas] hão de ser uniformes.
- XIV.** O Senado tem poder para tomar emprestadas matérias-primas ou materiais processados sob o crédito de um país Jasutopian.
- XV.** O Senado tem poder para regular o comércio com países estrangeiros, os estados, os territórios e com tribos.

- XVI.** O Senado tem poder para estabelecer uma regra uniforme de obtenção de cidadania, e leis uniformes sobre o tema de crise de recursos em um país Jasutopian habitado.
- XVII.** O Senado tem poder para regular o valor dos recursos e bens processados, e das moedas estrangeiras, e fixar o padrão de pesos e medidas.
- XVIII.** O Senado tem poder para impor penalidades pela manipulação do sistema de Níveis de Status e do sistema de comércio de um país Jasutopian.
- XIX.** O Senado tem poder para estabelecer serviços nacionais de entrega e dirigir a construção de trânsito.
- XX.** O Senado tem poder para promover os Três Princípios Fundadores criando leis para melhorar continuamente a qualidade da Liberdade, da Vida e da Prosperidade de seus cidadãos Jasutopian através de todos os campos considerados adequados.
- XXI.** O Senado tem poder para construir cortes inferiores à Corte Última.
- XXII.** O Senado tem o poder de definir todos os crimes cometidos fora de um país Jasutopian e suas penalidades do mesmo.
- XXIII.** O Senado tem o poder de declarar guerra e definir regras de guerra.
- XXIV.** O Senado tem o poder de apoiar exércitos estrangeiros com um limite de três anos de assistência de recursos provida.
- XXV.** O Senado tem o poder de convocar todas as forças necessárias para executar leis e suprimir o terror doméstico.
- XXVI.** O Senado tem o poder de regular todas as matérias de formação militar e fortificação.

XXVII. O Senado tem o poder de ter a palavra final em todas as discrepâncias legislativas em todas as matérias de definição de palavras ou significados em todos os casos sobre todas as outras Autoridades de Governança.

XXVIII. O Senado tem o poder de criar leis que se alinhem com os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism assim como leis que melhorem a qualidade e a função geral do país, e todas as leis durante crise; decidido de modo que estas leis criadas durante crise sejam revogadas imediatamente quando uma crise for resolvida. Assim como a criação de leis que fortifiquem e se alinhem com estes poderes supracitados investidos nos Artigos das Três Autoridades de Governança.

XXIX. Todas as ordens executivas, memorandos e proclamações Tri-Presidenciais devem receber uma aprovação de voto de 4/5 da Autoridade Legislativa no Senado se forem interpretadas por quaisquer quinze membros do Senado como tendo violado os Artigos de Lei.

Artigo II. Poderes Vedados aos Três Poderes de Governança

- I. Não haverá detenções ilegais de cidadãos, a menos que em casos de insurreição ou de outras matérias de segurança pública, seja então considerado justificado. Estas matérias de detenção não de resolver-se então em não mais de dois meses de tempo.
- II. Nenhum decreto de proscrição nem lei ex post facto será aprovado.
- III. Nenhum dever de recursos será imposto aos donos de negócios pelo governo nacional, a menos que em proporção ao Censo ou uniforme em natureza relativo a todos os estados e territórios.

- IV. Nenhum dever de recursos será imposto sobre artigos exportados de qualquer Estado ou território.
- V. Nenhuma Preferência será dada por nenhuma Regulação de Comércio ou Receita aos Portos de um Estado sobre os de outro: nem os Navios com destino a, ou desde, um Estado, serão obrigados a entrar, despachar ou pagar deveres de recursos em outro.
- VI. Nenhum recurso será retirado dos Tesouros de Recursos, senão como resultado de Apropriações feitas por Lei; e uma Declaração e Conta regular dos Recebimentos e Despesas de todas as transações públicas de recursos entre negócios, de um a outro, e de negócios diretamente a cidadãos, será sempre registrada VIA o Registro Eletrônico de Cartões
- VII. Um país Jasutopian jamais concederá um título de nobreza: Nenhuma pessoa que ocupe qualquer cargo no governo pode aceitar nenhum Presente, Emolumento, Cargo ou Título de nenhum tipo, de nenhum Rei, Príncipe, Estado estrangeiro ou território. As violações de tais atos do mesmo resultarão em penalidades da Autoridade Legislativa.
- VIII. A Autoridade Legislativa não fará lei alguma que viole os Artigos de Organização Societal.

Artigo III. Poderes Vedados aos Estados ou Territórios em um País Jasutopian

- I. Nenhum estado ou território entrará em nenhum tratado, aliança ou confederação; nem concederá cartas de corso e represália; cunhará moeda; emitirá letras de crédito; nem fará outra coisa que matérias-primas como pagamento de dívidas; nem aprovará nenhum decreto de proscrição, lei ex post facto ou lei

que prejudique a obrigação dos contratos, nem concederá título algum de nobreza.

II. Nenhum estado ou território, sem o consentimento expresso e escrito da Autoridade Legislativa, imporá deveres de recursos sobre importações ou exportações, exceto o que possa ser absolutamente necessário para executar suas leis de inspeção: e o produto líquido de todos os deveres de recursos, impostos por qualquer estado sobre importações ou exportações, será para o uso do Tesouro de Recursos de um país Jasutopian; e todas essas leis estarão sujeitas à revisão e ao controle das Três Autoridades de Governança.

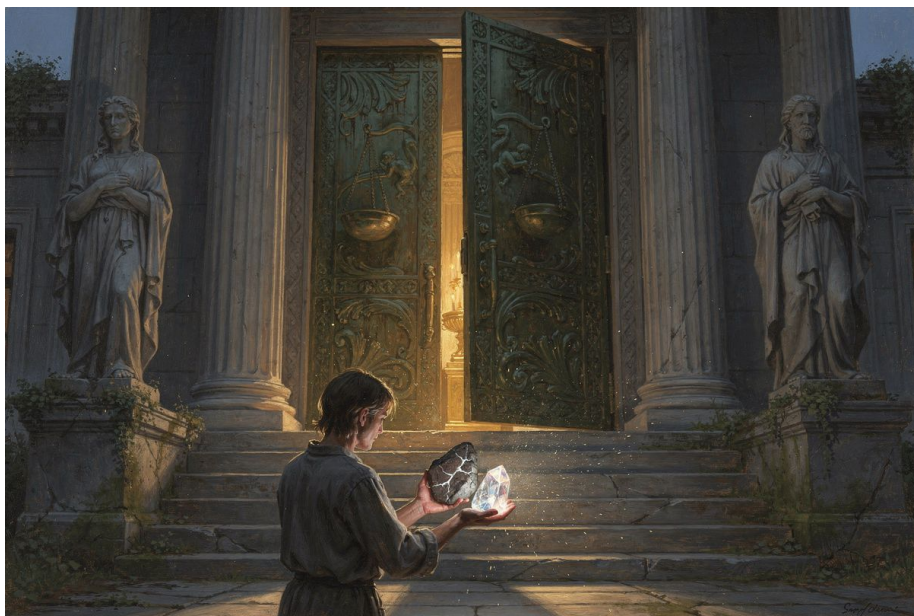
III. Nenhum Estado ou território, sem o consentimento das Três Autoridades de Governança, imporá dever algum de tonelagem, convocará o uso do exército em tempo de paz, nem entrará em nenhum acordo ou pacto com outro estado, território ou com uma Potência estrangeira. Nem se envolverão em guerra, a menos que sejam realmente invadidos, ou em tal perigo iminente onde os atos de demora não sejam possíveis.

Artigo IV. Autoridade Executiva

I. A Autoridade Executiva estará investida nos Tri-Presidentes de um país Jasutopian, em que, são três cidadãos que ocupam o mesmo e igual poder deste gabinete. Ocuparão o cargo por um mandato de 4 anos de duração, com um máximo de 2 mandatos por candidato individual. Os Vice Tri-Presidentes ocuparão este gabinete junto com os Tri-Presidentes, escolhidos pelo mesmo mandato.

II. Os Vice Tri-Presidentes estão proibidos de candidatar-se a qualquer dos três gabinetes dos Tri-Presidentes uma vez que

tenham completado dois mandatos como Vice Tri-Presidentes. No mesmo respeito, se um Vice Tri-Presidente servir apenas um mandato como Vice Tri-Presidente, pode buscar apenas um mandato como membro do gabinete dos Tri-Presidentes de um país Jasutopian. O mesmo processo igual e oposto aplica-se para qualquer membro inicialmente eleito para o gabinete dos Tri-Presidentes.



Um cidadão solitário diante das imponentes portas da Corte Última apresentando duas pedras, uma rachada pelo dano provado, outra clara como a evidência, e as grandes portas abrindo-se para recebê-las.

- III.** Nenhuma pessoa exceto um cidadão nascido por nascimento natural em terra de um país Jasutopian ou qualquer cidadão registrado em um país Jasutopian no momento de sua concepção inicial, será elegível ao gabinete dos Tri-Presidentes. Com esse mesmo respeito, nenhuma pessoa nascida de um país ou território estrangeiro pode ser elegível

ao gabinete dos Tri-Presidentes depois de sua concepção como país.

- IV.** Os Tri-Presidentes e os Vice Tri-Presidentes receberão um salário de matérias-primas mensais e pontos por semana rumo ao seu Nível de Status como membros do gabinete dos Tri-Presidentes e Vice Tri-Presidentes de um país Jasutopian. Este salário de matérias-primas mensais e pontos por semana rumo a um Nível de Status não será diminuído nem aumentado em nenhum ponto do tempo durante o cargo para os Tri-Presidentes e os Vice Tri-Presidentes, respectivamente.
- V.** Há de haver estritamente três membros do gabinete dos Tri-Presidentes e três membros separados do gabinete dos Vice Tri-Presidentes, para um total de 6 membros da Autoridade Executiva.
- VI.** Antes que qualquer membro do gabinete dos Tri-Presidentes e Vice-Presidentes possa assumir o cargo, deve fazer o juramento “Juro (ou afirmo) solenemente que com lealdade, executarei o gabinete dos Tri-Presidentes deste país Jasutopian com minha melhor capacidade para preservar, proteger e defender os Três Princípios Fundadores, as Três Autoridades de Governança e a Integridade deste país Jasutopian.”
- VII.** Os Tri-Presidentes e os Tri Vice-Presidentes devem ser membros do mesmo partido político
- VIII.** Os Tri-Presidentes não tomarão nenhuma decisão executiva sem um voto de confirmação de 3/3 entre os três Tri-Presidentes de um país Jasutopian.
- IX.** Os Tri-Presidentes serão os Tri-Comandantes do exército em seu país Jasutopian.

- X.** Os Tri-Presidentes não moverão forças militares nem declararão guerra sem um voto de 3/5 da Autoridade Legislativa, em que, depois de uma declaração de guerra aprovada o gabinete dos Tri-Presidentes já não necessita de consentimento para controlar as forças militares.
- XI.** Nenhum membro individual do gabinete dos Tri-Presidentes moverá ou controlará forças militares sem um voto formal e documentado de 3/3 entre os membros do gabinete dos Tri-Presidentes para realizar tais ações militares, inclusive durante um tempo de guerra ou a partir de uma aprovação da Autoridade Legislativa.
- XII.** Os Tri-Presidentes terão poder para celebrar tratados, desde que 2/3 da Autoridade Legislativa aprovem; e nomearão e designarão embaixadores, outros Ministros públicos e Cônsules, Juizes da Corte Última e todos os demais Oficiais de seu país Jasutopian, cujas nomeações não estejam aqui providas de outro modo, e que serão estabelecidas por lei: mas a Autoridade Legislativa pode por lei investir a nomeação de tais oficiais inferiores, nas cortes de lei, ou nos chefes de departamentos.
- XIII.** Os Tri-Presidentes terão poder para preencher todas as vacâncias que possam ocorrer durante o recesso da Autoridade Legislativa, concedendo comissões temporárias que expirarão ao fim de sua próxima sessão.
- XIV.** Requer-se que os Tri-Presidentes deem à Autoridade Legislativa relatórios mensais de inteligência do estado atual de seu país Jasutopian, de todos os assuntos exteriores, e recomendem à sua consideração as medidas que julguem necessárias e oportunas; podem, em ocasiões extraordinárias, convocar a Autoridade Legislativa e em caso de desacordo entre eles, com respeito ao tempo do encerramento, podem

adiá-los até o tempo que considerem apropriado; receberão embaixadores e outros ministros públicos; cuidarão de que as leis sejam lealmente executadas e comissionarão todos os oficiais de seu país Jasutopian.

XV. Os Tri-Presidentes, os Vice Tri-Presidentes e todos os oficiais civis de um determinado país Jasutopian, serão removidos do cargo em Impeachment por, e condenação de, traição, suborno ou outros altos crimes e delitos.

XVI. Os Tri-Presidentes têm a autoridade de instituir ordens executivas, memorandos Tri-Presidenciais e proclamações; com a estrita proibição de usar essas ordens executivas, memorandos e proclamações para mover forças militares sem o consentimento de 2/3 da Autoridade Legislativa ou para violar os Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian ou para violar as Três Autoridades de Governança ou o Artigo de Lei 1 e o Artigo de Lei 4.

XVII. Os Tri-Presidentes não farão ordens executivas, memorandos nem proclamação nem nenhum decreto formal em absoluto que viole os Artigos de Organização Societal.

Artigo V. Autoridade Judiciária

I. A Autoridade Judiciária está investida e representada unicamente através de uma Corte Última, a Corte Última. Por esse meio, Cortes inferiores podem de tempo em tempo ordenar-se e estabelecer-se. Em que, os casos em cortes inferiores têm o direito de ser apelados a cortes mais altas até a Corte Última. Os Juízes, tanto da Corte Última quanto das inferiores, ocuparão seus cargos durante a boa conduta.

II. Os Juízes tanto da Corte Última quanto das cortes inferiores, em tempos estabelecidos, recebem compensação por seus

serviços, a qual não será diminuída durante sua Permanência no cargo. Em que sua compensação será determinada como uma pensão mensal de matérias-primas (ou processadas) e pontos semanais por semana rumo ao seu Nível de Status.

- III.** Todas as leis da Autoridade Legislativa e as ordens executivas, memorandos, proclamações e outros decretos dos Tri-Presidentes são enviados à Autoridade Judiciária para julgamento.
- IV.** A Autoridade Judiciária julga a “Congruência” da Autoridade Legislativa e da Autoridade Executiva; em que, se a Autoridade Legislativa faz uma lei, ou os Tri-Presidentes fazem uma ordem executiva, memorando ou proclamação que esteja em violação dos Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian, ou viole os Artigos de Organização Societal, ou viole os Artigos das Três Autoridades de Governança ou viole o Artigo de lei 1 ou o Artigo de lei 4 então, essa lei, ordem executiva, memorando ou proclamação ou outro decreto é considerado nulo e sem poder sob o veredicto de “Incongruência.”
- V.** Em todos os casos que afetem embaixadores, outros ministros públicos e consultores, e aqueles nos quais um Estado ou Território seja parte, a suprema Corte terá Jurisdição originária. Em todos estes casos supracitados, a suprema Corte terá Jurisdição de apelação, tanto em Lei quanto em Fato, com as exceções e sob as Regulações que a Autoridade Legislativa fizer.
- VI.** Uma determinação jurídica como lei e fato pela Corte Última será a lei fixada em um país Jasutopian se não houver resposta clara através dos Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian, dos Artigos de Lei, dos Artigos de Organização Societal ou dos Artigos das Três Autoridades de Governança.

Em cujo caso, todos os casos inéditos que possam chegar à Corte Última serão nova lei.

- VII.** O julgamento de todos os Crimes será por Júri e tal Julgamento será realizado no Estado ou Território onde os ditos crimes tenham sido cometidos; mas quando não cometidos dentro de nenhum Estado, o julgamento será em tal lugar ou lugares que a Autoridade Legislativa por Lei tenha dirigido.
- VIII.** Casos de impeachment declarados pela Autoridade Legislativa podem também ser ouvidos pela Corte Última e decididos por seus juízes.
- IX.** Todos os casos de impeachment aprovados para começar devem primeiro ter uma dúvida clara e razoável na forma de evidência em um evento que retrate um incidente que descreva uma violação dos Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian, ou dos Artigos de Organização Societal, ou dos Artigos das Três Autoridades de Governança, ou dos Artigos de Lei 1 e 4.
- X.** A traição contra um país Jasutopian consistirá apenas em manipular uma eleição Tri-Presidencial, violar os Três Princípios Fundadores de um país Jasutopian fora de um tempo de crise, violar os Artigos de Lei 1 e 4, travar guerra contra um país Jasutopian, ou em aderir aos seus inimigos dando-lhes ajuda e conforto. Nenhuma Pessoa será condenada por Traição a menos que pelo testemunho de duas testemunhas do mesmo ato manifesto, ou por confissão em corte aberta.
- XI.** A Autoridade Legislativa terá poder para declarar a punição da Traição, mas nenhuma proscricção por traição operará em corrupção de linhagens familiares nem em confisco além da vida do ofensor. Nenhuma punição de Traição será jamais uma

punição de morte mas antes, mais civilmente, uma sentença perpétua em prisão de máxima segurança se assim declarado.

Artigo VI. Relação dos Estados ou Territórios Entre Si

- I.** Cada estado ou território tem o direito de acesso aberto à informação sobre os atos públicos, registros e procedimentos judiciais de cada outro estado ou território; e a Autoridade Legislativa pode por leis gerais prescrever a maneira pela qual tais atos, registros e procedimentos serão provados, e o efeito do mesmo.
- II.** Os cidadãos de cada estado ou território terão direito a todos os privilégios e imunidades dos cidadãos nos diversos estados e territórios.
- III.** Uma pessoa acusada em qualquer estado ou território de traição, felonía ou outro crime, que fuja da Justiça e seja encontrada em outro Estado, será, a pedido da autoridade executiva do estado ou território de onde fugiu, entregue, para ser removida ao estado ou território que tenha jurisdição do crime.
- IV.** Novos estados ou territórios podem ser admitidos pela Autoridade Legislativa no país; mas nenhum novo estado ou território será formado ou erigido dentro da jurisdição de nenhum outro estado ou território; nem nenhum estado ou território será formado pela junção de dois ou mais estados ou territórios, ou partes de estados ou territórios, sem o consentimento da Autoridade Legislativa dos estados e territórios envolvidos assim como da Autoridade Legislativa como um todo.
- V.** A Autoridade Legislativa terá poder para dispor de e fazer todas as regras e regulações necessárias respeitantes ao território ou

outra propriedade pertencente a um país Jasutopian; e nada nas Três Autoridades de Governança será interpretado de maneira a prejudicar quaisquer reivindicações do país Jasutopian, ou de qualquer Estado ou território particular.

- VI.** Um país Jasutopian garantirá a cada estado ou território neste país uma forma de governo Jasutopianism e protegerá cada um deles contra invasão; e a pedido da Autoridade Legislativa, ou da Autoridade Executiva (quando a Autoridade Legislativa não puder ser convocada) contra o terror doméstico.

Artigo VII. Emendando as Três Autoridades de Governança

- I.** A Autoridade Legislativa, sempre que considerar necessário sob um voto de 4/5, proporá Emendas às Três Autoridades de Governança, ou, a pedido das Autoridades Legislativas de 4/5 dos diversos estados ou territórios, convocará uma convenção para propor emendas, o que é válido sob estes Artigos das Três Autoridades de Governança, quando ratificadas pela Autoridade Legislativa de 4/5 dos diversos estados ou territórios, ou por convenções em 3/5 dos mesmos, conforme um ou outro modo de ratificação possa ser proposto pela Autoridade Legislativa; desde que nenhuma emenda que possa ser feita antes do ano dois mil e vinte e um impacte nenhum estado ou território sem seu consentimento, de tal maneira a privar esse estado ou território de seu sufrágio igual na Autoridade Legislativa.

Artigo VIII. Supremacia do Governo Nacional

- I.** Com isso, os Três Princípios Fundadores, as Três Autoridades de Governança, e as leis de um país Jasutopian que forem feitas em Cumprimento do mesmo; e todos os tratados futuros feitos,

sob a autoridade de um país Jasutopian, serão a Lei Suprema da Terra; e os juízes em cada estado ou território estarão vinculados por ela, sendo desconsiderado qualquer coisa nas Três Autoridades de Governança ou Leis de qualquer estado ou território em contrário. Os Artigos das Três Autoridades de Governança permanecem supremos sobre qualquer governança de estado ou território.

- II. Todos os membros do governo em cada nível estarão vinculados por juramento ou afirmação, a apoiar os Artigos das Três Autoridades de Governança; mas nenhum teste religioso será jamais requerido como qualificação para nenhum cargo ou encargo público sob um país Jasutopian.

Artigo IX. O Direito Jurídico de Verificação e Equilíbrio do Cidadão ao Governo Nacional

- I. Como precaução, se os representantes atuais em exercício ou qualquer cargo eleito nas Três Autoridades de Governança viessem de fato e além de dúvida razoável a ser determinados como quebrantando diretamente os Três Princípios Fundadores fixados no Jasutopianism na data de sua concepção, há medidas dispostas determinadas pelo Artigo IX.

Um cidadão privado pode gozar do direito de apresentar uma petição em corte para requerer um Julgamento de Impeachment em que, esta petição inicial para requerer um julgamento de impeachment há de ser revisada para ser aceita ou negada com base no Mérito e na Legitimidade. Estes dois termos serão definidos e demonstrados pelo seguinte:

- II. Legitimidade: a capacidade do cidadão de demonstrar juridicamente à corte que há uma conexão clara e suficiente com, e um dano causado por, as ações ou leis impostas pelo

funcionário eleito que demonstrem de tal maneira que houve uma Violação Direta dos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism ou de qualquer Artigo de Lei Diretamente Derivado da base dos Três Princípios Fundadores. Tal causa de legitimidade poderia descrever-se como que o determinado cidadão é [observavelmente] incapaz de prosperar, viver uma vida ou manter sua liberdade devido a ações ou leis impostas explícita e unicamente por este determinado funcionário eleito. Em que, durante tempos de Crise Declarada, os Tri-Presidentes podem ser escusados e dispensados desta Reivindicação de Legitimidade até que a Crise tenha sido superada.

III. Mérito: a base válida para apresentar fatos suficientes a partir dos quais a corte possa encontrar evidência de privação dos direitos conferidos pelos Três Princípios Fundadores do Jasutopianism. Isso pode apoiar-se e citar-se com leis estatutárias ou outra jurisprudência. Um cidadão gozaria do direito de redigir uma petição, em que, se não houver evidência para derrotar a reivindicação desta petição, o mérito é concedido. Em combinação destes dois requisitos, a corte pode conceder a moção de iniciar um julgamento de impeachment.

IV. A parte que se defende [o funcionário Eleito] deve ser julgada pelos Juízes da Corte Última, com exceção dos Tri-Presidentes, que podem gozar do direito de eleger seja um julgamento pelos Juízes da Corte Última, um julgamento por Deliberação da Autoridade Legislativa ou um Tribunal Militar [em Casos Especiais de um alegado golpe de estado]. Este julgamento terá uma deliberação última de um impeachment do cargo, em que, isso resulta na remoção do cargo desse determinado funcionário eleito.

- V.** A menos que um veredicto de culpa seja o desfecho oficial determinado em um caso de uma Petição Cidadã de Impeachment, então, não haverá título de “Sofreu Impeachment” colocado sobre a reputação ou o registro do funcionário eleito.
- VI.** Um determinado funcionário eleito não pode ser julgado duas vezes pela mesma ação ou lei explícita previamente alegada de ter violado diretamente os Três Princípios Fundadores do Jasutopianism ou qualquer Artigo de Lei Diretamente Derivado da base dos Três Princípios Fundadores pela petição de outro determinado cidadão.

Carta do Autor



Longe em um mar açoitado pela tempestade de clarão caótico e cegante, um pequeno ponto quente de luz mantém-se perfeitamente firme, sem tremular, paciente, esperando sem julgamento para guiar.

Prezado Leitor,



A colossal figura da Liberdade plenamente livre das garras de ferro rompidas, avançando a passos largos rumo à manhã aberta, as correntes já enferrujando atrás dela.

Neste mundo onde O Povo está em um conflito eterno para “Proclamar a Liberdade por toda a Terra”, deve reconhecer-se que a Verdadeira Liberdade é maior que as Certas Restrições de um sistema monetário, maior que as Certas Restrições de lutar para atender as próprias Necessidades Básicas de Sobreviver. É Florescer para Sempre sem Correntes em toda a sua essência, e em toda a sua Certa Glória no próprio significado do mesmo; a Liberdade; o ser Livre. A partir disso, desvela-se um mundo baseado em Ideais Racionais que são exaltados acima das Garras de Ferro da Cobiça Monetária e de sua Loucura. Um mundo que está ligado a melhorar continuamente as qualidades da Liberdade, da Vida e da Prosperidade de Todos os seus cidadãos. Quando o Mundo estiver pronto para aceitar o Futuro Inevitável destas proclamações neste Manifesto, ele estará aqui, sem julgamento, ansioso por guiar um

país rumo a um futuro mais construtivo, como um brilho de luz na loucura ofuscante.

Eu Sou,

Jasone Rodriguez

Glossário

Termos e Siglas do Resumo do Preâmbulo Explicados

- I. Padrão de vida por cidadão indexado nacionalmente (S.O.L.P.C.N.): Esta é uma medida que analisa a qualidade do estado de vida dos cidadãos em nível nacional. Em uma sociedade Jasutopian isso se usará para medir periodicamente quantos cidadãos estão nos determinados Níveis de Status. Certos Níveis de Status assinalam um certo nível na qualidade de vida. Isso pode fazer-se simplesmente pesquisando virtualmente os cartões de ID da população, os quais têm inserida sua informação de Nível de Status.
- II. Padrão de Vida Por Cidadão Indexado Globalmente (S.O.L.P.C.I.G): Esta é uma medida que analisa a qualidade de vida dos cidadãos comparada com o mundo inteiro. Isso pode fazer-se usando a informação do S.O.L.P.C.N e então, traduzindo-a a cifras monetárias com base no país ou países da determinada organização que ao comparar os dados escolha. Isso é possível porque os Níveis de Status de uma sociedade Jasutopian são traduzíveis a cifras nominais de uma sociedade monetária de qualquer país determinado ao levar em conta que os luxos desbloqueados nos certos Níveis de Status têm valor percebido em outros países. Tudo pode comparar-se em uma base relativa.
- III. Produção de Produto Doméstico (D.P.P.): Esta é a versão de uma sociedade não monetária de um P.I.B. Isso pode medir-se medindo a produção total de cada produto em uma sociedade Jasutopian. Se uma sociedade Jasutopian houvesse de traduzi-la para fins de comparação com sociedades monetárias então, seria relativa à produção de cada país em comparação.

- IV. Oportunidade Inovadora (I.O.): Esta é uma medição essencial em uma sociedade Jasutopian. Isso se usa para rastrear o potencial de liberdade inovadora dos cidadãos dentro de uma sociedade Jasutopian. Quanto mais alta esta cifra, mais provável é que uma sociedade Jasutopian produza novas formas de avanço tecnológico inovador e outro avanço científico. Isso pode fazer-se medindo o número total de posições em todas as carreiras que oferecem uma plataforma para a inovação na sociedade tais como empregos de engenharia, empregos de avanço tecnológico, empregos de invenção, etc.
- V. Taxa de Norma Inovadora (I.N.R.): Esta é uma medição em uma sociedade Jasutopian que mede periodicamente o número total de produtos criados através de empregos registrados como possuidores de plataformas de inovação.
- VI. Saída Nacional de Recursos (N.R.O): Esta é uma medição essencial para as estruturas de uma sociedade Jasutopian. Esta mede o número total de matérias-primas e outros materiais essenciais exportados de um país Jasutopian anualmente.
- VII. Entrada Nacional de Recursos (N.R.I): Esta é uma medição essencial para as estruturas de uma sociedade Jasutopian. Esta mede o número total de matérias-primas e outros materiais essenciais importados a um país Jasutopian anualmente.
- VIII. Recursos Nacionais Líquidos (N.N.R.): Esta é uma medição essencial para as estruturas de uma sociedade Jasutopian. Esta mede o número total de matérias-primas e outros materiais essenciais disponíveis depois que as importações e exportações são levadas em conta anualmente.
- IX. Avanço Tecnológico (T.A.R.): Esta é uma medição essencial para as estruturas de uma sociedade Jasutopian. Esta mede periodicamente o avanço tecnológico em uma sociedade

Jasutopian em áreas essenciais para sua longevidade, tais como desenvolver sistemas portadores de energia mais eficientes e desenvolver tecnologia mais eficiente para a extração de recursos. Além disso, também se usa para rastrear áreas científicas usadas para avançar os três princípios fundadores em uma sociedade Jasutopian.

- X. Escala de Oportunidade de Avanço Utópico (U.A.O.R.): Esta é uma medida de escala na qual uma sociedade pode realizar todas as funções necessárias para manter-se e crescer dentro de uma sociedade utópica. Há um certo precedente e valor de índice requerido para iniciar uma sociedade utópica como o Jasutopianism. Por exemplo, uma sociedade deve ter disponibilidade de acesso à internet quase total para seus cidadãos, uma sociedade deve ter um número determinado de recursos naturais para iniciar o sistema Jasutopian, uma sociedade deve ter em seu lugar seus Três Princípios Fundadores de uma sociedade Jasutopian, etc. Todos estes fatores em seu lugar ajudam a inclinar a escala para medir eficientemente a taxa de êxito e a longevidade de uma sociedade utópica. Portanto, esta escala pode usar-se tanto em uma sociedade não utópica quanto em uma sociedade utópica.
- XI. Número de Países Aliados Assistidos no Avanço Global (N.A.A.C.G.A.): Este é o valor numérico do número total de países que um país Jasutopian está assistindo na prosperidade de outros países seja um país Jasutopian, outro país utópico, ou um país não utópico. A meta para um país Jasutopian deveria ser assistir todos os países aliados no avanço global. Esta é uma boa medida geral do esforço positivo e do impacto positivo de um país Jasutopian.
- XII. Índice de Criminalidade por Cidade (N.C.I.): Este mede o crime total de cada cidade em um país Jasutopian. As cidades não se

promediam entre si a fim de dar uma visão mais específica de onde o crime localizado poderia estar ocorrendo a fim de reforçar a segurança para a determinada cidade. Se fossem promediadas entre si, seria uma representação inexata do Crime total por Cidade portanto, haverá centenas de índices de criminalidade por cidade. Uma ferramenta pode usar-se para alertar um sistema de segurança quando uma certa cidade alcança um índice demasiado alto a fim de focar a atenção nessa cidade.

XIII. Índice de Pobreza por Cidade (C.P.I.): Este mede a pobreza total de cada cidade em um país Jasutopian. As cidades não se promediam entre si a fim de dar uma visão mais específica de onde a pobreza localizada pode estar ocorrendo a fim de atender os cidadãos individuais e a cidade que enfrenta questões de pobreza. No entanto, a pobreza em uma sociedade Jasutopian é muito diferente da de uma sociedade monetária. Isso se deve ao fato de que desde que um cidadão esteja trabalhando, tem acesso total a artigos de alimentos essenciais, água, vestuário e moradia de nível padrão. As questões singulares poderiam chegar caso a caso para quando os indivíduos possam não estar trabalhando devido a razões atípicas tais como ser demitidos. Neste momento, os empregados que gerem o Índice de Pobreza por Cidade passarão esta informação a uma segunda divisão. Essa segunda divisão do Índice de Pobreza por Cidade contatará companhias para oportunidades de emprego para esses indivíduos atípicos. Esta medição e análise podem fazer-se mensalmente pesquisando os dados nos cartões de ID e nas contas dos cidadãos. Em geral, este processo deve funcionar como uma máquina bem azeitada para manter a sociedade Jasutopian funcionando eficientemente.

Aviso Legal

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou retransmitida de forma alguma por nenhum meio eletrônico ou mecânico, isso inclui sistemas de armazenamento e recuperação de informação, sem permissão escrita diretamente do autor deste livro, exceto no caso de retorno crítico e resenhas. Qualquer cobertura ou resenha que possa interpretar-se objetivamente como difamação aberta do livro Jasutopianism, e de seu autor, que é um Cidadão Privado, receberá de imediato uma carta de Cessação e Desistência, seguida de ações Agressivamente ajuizadas em resposta a tais ações. Em que, a difamação será determinada por uma queda mensurável na taxa de vendas depois que tal cobertura tenha sido feita, ou também no caso de manchar a reputação do livro ou do autor com o uso de Calúnia ou Difamação escrita devido a Discurso Difamatório. Este autor tem uma estrita Tolerância Zero a qualquer Desprezo Temerário Comprovável pela Verdade e pelos conteúdos deste livro. Nomes com marca registrada podem aparecer ao longo deste livro. Em lugar de usar um símbolo de marca registrada a cada aparição de um nome com marca registrada, os nomes usam-se de maneira editorial, sem intenção alguma de infração da marca registrada do respectivo dono. A informação neste livro distribui-se sobre uma base “tal como está”, sem garantia. Ainda que toda precaução tenha sido tomada na preparação desta obra, nem o autor nem o editor terão responsabilidade alguma perante nenhuma pessoa ou entidade com respeito a nenhuma perda ou dano ou evento social causado ou presumidamente causado, direta ou indiretamente pela informação contida neste livro. Esta obra escrita meramente provê, uma vez comprada, uma liberdade de acesso à informação e aos pensamentos construídos por seu autor. O autor não está associado a nenhum grupo político, partido político, organização política ou grupo

ativista. Qualquer grupo ativista que se faça passar por autoproclamado Jasutopianist Não representa as visões, ideias, filosofia, livro ou autor do Jasutopianism, nem o autor condona atividade alguma de tais grupos. Qualquer grupo que se faça passar por um grupo Jasutopianist enquanto provê menções diretas ao livro Jasutopianism, às ideias com direitos autorais do Jasutopianism ou ao seu autor será Agressivamente processado por difamação se puder observar-se que existe qualquer Desprezo Temerário Comprovável pela Verdade e pelos Conteúdos deste livro ou qualquer forma observável de difamação seja discurso ou ações de Difamação escrita ou Calúnia.

Como previamente declarado no texto deste livro, o capítulo dos “Artigos dos Três Poderes de Governança” está obtido e derivado da Constituição dos Estados Unidos, assim como os Artigos de Lei números III., VI., VIII., XII., XV., XXI., XXIII., XXIV., XXV., XXVI., XXVII., XXVIII., XXIX., XXX., XXXI., XXXII., XXXIII., XXXIV., LXXXIX., XCIII., XCIV., XCVIII., e XCIX. da Carta de Direitos dos Estados Unidos e da Constituição dos Estados Unidos sem intenções de infração, nem estas instâncias específicas pretendem interpretar-se como ideias originais mas antes, ideias externas e ideias alteradas dos documentos supracitados incorporadas ao Jasutopianism. Junto com estes avisos supracitados, buscas consistentes de meios em todos os meios de comunicação estão sendo conduzidas de “Jasutopianism” e de múltiplos conceitos assinalados pelo autor via uma terceira parte a fim de proteger Todos os Direitos Reservados ao autor, que também goza dos Direitos de um Cidadão Privado.

Esta é uma obra de teoria política, teoria científica, teoria jurídica, teoria socioeconômica e filosofia. Os nomes, personagens, lugares, ideias e incidentes ou bem são produto da imaginação do autor ou são informação obtida usada apenas com propósitos educacionais e de iluminação, e qualquer semelhança com

documentos, pessoas, nações, entidades governamentais, eventos ou ações sociais reais é inteiramente coincidente ou usada apenas com propósitos educacionais sem intenção consciente ou deliberada de infração. Toda a informação supracitada desde o texto “Todos os direitos reservados” até “Infração” serve como um aviso formal de Todos os Direitos Reservados a todas as partes.